

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

Bruna Molina Leal

TERRITÓRIOS SUBJETIVOS NA ILHA DA PINTADA
TRAÇANDO CAMINHOS COM O COLETIVO *COLAÍ*, *MOVIMENTO DE CULTURA*

Porto Alegre

2016

Bruna Molina Leal

TERRITÓRIOS SUBJETIVOS NA ILHA DA PINTADA
TRAÇANDO CAMINHOS COM O COLETIVO *COLAÍ, MOVIMENTO DE CULTURA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Rosemarie Gartner Tschiedel

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Leal, Bruna Molina
TERRITÓRIOS SUBJETIVOS NA ILHA DA PINTADA:
TRAÇANDO CAMINHOS COM O COLETIVO COLAÍ, MOVIMENTO DE
CULTURA / Bruna Molina Leal. -- 2016.
112 f.

Orientador: Rosemarie Gartner Tschiedel .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Jovens. 2. Coletivo. 3. Território Subjetivo.
4. Ilha da Pintada. I. Tschiedel , Rosemarie Gartner
, orient. II. Título.

Bruna Molina Leal

TERRITÓRIOS SUBJETIVOS NA ILHA DA PINTADA
TRAÇANDO CAMINHOS COM O COLETIVO *COLAÍ*, MOVIMENTO DE CULTURA

Banca Examinadora

Dissertação _____ aprovada _____ em __30__ / __08__ / __2016__ para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Social e Institucional

Profª Drª Katia Faria de Aguiar

Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Patrice Schuch

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Analice de Lima Palombini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Rosemarie Gartner Tschiedel (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Nair Iracema Silveira dos Santos

*A todos que participaram, compartilharam
e me apoiaram nessa jornada.*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo problematizar como o coletivo *Colaí, Movimento de Cultura* tem construído territórios subjetivos a partir das experiências promovidas na Ilha da Pintada, em Porto Alegre. Acompanhamos atividades do *Colaí*, coletivo de jovens, criado a partir da iniciativa de um grupo de amigos, que buscou ocupar uma praça da comunidade de maneira distinta, promovendo atividades de lazer, esporte e cultura. Apesar de ter uma posição central na comunidade, localizada ao lado de uma escola, a praça escolhida pelos jovens estava em processo de abandono, referenciada por moradores como espaço de “tráfico de drogas” e de circulação de “pessoas suspeitas”. Assim, ao organizar ações como o *Colaí na Praça*, o *Colaí no Cinema*, o *Colaí na Pelada*, entre outras, o *Colaí* passa a se constituir um coletivo, recriando espaços de convivência comunitária. Trabalhamos com a noção de território subjetivo, tendo como referência textos de Félix Guattari e Sueli Rolnik, entendendo tanto como o espaço vivido, quanto o modo como os sujeitos circulam, se inserem e criam estratégias de relações e de vida nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e afetivos. Perguntamos sobre os modos como os jovens organizam e participam das atividades propostas, sobre as estratégias adotadas pelo coletivo, sobre as relações estabelecidas entre os jovens, as relações destes com os espaços da ilha, com o poder público, com a comunidade. Metodologicamente, seguimos princípios etnográficos aliados a uma ética cartográfica. Nesta perspectiva, priorizamos uma postura de observar-participar, de modo ativo, a fim de acompanhar os processos e habitar territórios, desenvolvendo um olhar sobre os encontros e as relações estabelecidas nas experiências deste coletivo de jovens. Com a elaboração de diários de campo e registros de conversas digitais, desenvolvemos um texto polifônico e dialógico, usando na apresentação da análise a imagem de um quebra-cabeça, em que cada peça, quando montada, nos apresentava novas possibilidades de compreender um pouco mais os processos associados à construção de territórios subjetivos. No puzzle, a pesquisadora dialoga com o *Colaí*, que passa a ser um personagem metodológico, construído a partir das falas dos participantes da pesquisa. Sentimentos de pertencimento ao *Colaí* e de busca de reconhecimento pela comunidade são fortes junto aos participantes da pesquisa. O *Colaí*, como movimento de cultura, é marcado por uma lógica neoliberal e empreendedora, ao mesmo tempo em que é regido por princípios democráticos em suas ações. O plano econômico tensiona forças, entre ser projeto social e organização independente, atravessadas por relações do coletivo com o poder público, com a comunidade, relações entre os jovens e destes com o próprio lugar que ocupam no processo construído.

Palavras-chave: Jovens, Coletivo, Território Subjetivo, Ilha da Pintada

ABSTRACT

This dissertation aims to problematize how the collective *Colaí, Movimento de Cultura* has built subjective territories from the experiences promoted in Ilha da Pintada, Porto Alegre. I followed the activities of *Colaí*, a collective of young people that was created from the initiative of a group of friends who sought to occupy the community square in a different way, promoting leisure, sports and cultural activities. Referenced by locals as a place of "drug trafficking" and with "suspicious persons" moving around, Dr. Salomão Pires Abraão Square was in the process of abandonment process, despite its central position in the community, next to the Almirante Barroso State School. So, when they organize actions such as *Colaí na Praça*, *Colaí no Cinema*, *Colaí na Pelada*, among others, *Colaí* becomes constituted as a collective, recreating the community's life areas. When looking at the construction of subjective territories (GUATTARI; ROLNIK, 1986) – here understood both as the living space, and as the way the subjects circulate, insert themselves and create relations and life strategies in the social, cultural, aesthetic and affective times and spaces – it was asked about the ways in which young people organize and participate in the proposed activities, the strategies adopted by the collective, the relations among young people, their relations with the island areas, with the government, and with the community. Methodologically, it is aimed to build a puzzle in which each piece, when assembled, presents new possibilities to understand a little more about the processes associated with the construction of subjective territories. For this, we follow ethnographic principles combined with a cartographic ethics. In this perspective, we propose to observe and to participate in actively, in order to follow the processes and inhabit territories, looking at the meetings and the established relations in the experiences of this group of young people. With elaboration of field diaries and recording of digital conversations, we developed a polyphonic and dialogic text to seek to promote a dialogue in this text between the researcher and the methodological character *Colaí*, built from the research participants' speeches. The feeling of belonging to *Colaí* and the seeking for community recognition are noticeable among the participants of the research, and *Colaí* is marked by a neoliberal and entrepreneurial logic, while regulated by democratic principles in its actions. Its relationship with the community and geographical territory of the Ilha da Pintada are also points that deserve to be highlighted when looking for the subjective processes of young participants of the *Colaí*. These are clues and pieces that help us thinking about the building of subjective territories.

Key Words: Youth, Collective, Subjective Territory, Ilha da Pintada

LISTA DE SIGLAS

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GCAR – Grupo Cultural AfroReggae

CAR-Ilhas – Centro Administrativo Regional Ilhas

OP – Orçamento Participativo

FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo

SMGL – Secretaria Municipal de Governança Local

EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

SASE – Serviço de Apoio Socioeducativo

SME – Secretaria Municipal do Esporte

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMJ – Secretaria Municipal da Juventude

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

CEIC – Centro Integrado de Comando

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do <i>Colaí</i>	15
Figura 2 - Mapa de Porto Alegre com destaque para a Ilha da Pintada	49
Figura 3 - Mapa do Bairro Arquipélago com vias terrestres destacadas em amarelo	50
Figura 4 - Peças do Quebra-Cabeça 1	64
Figura 5 - Banner	68
Figura 6 - Lixo e Placas do <i>Colaí</i>	68
Figura 7 - Peças do Quebra-Cabeça 2	71
Figuras 8 e 9 - Grafites feitos na praça	72
Figura 10 - Peças do Quebra-Cabeça 3	75
Figura 11 - Peças do Quebra-Cabeça 4	78
Figuras 12 e 13 - Foto da rede de proteção à pracinha	79
Figura 14 - Peças do Quebra-Cabeça 5	81
Figura 15 - Peças do Quebra-Cabeça 6	85
Figura 16 - Peças do Quebra-Cabeça 7	88
Figura 17 - Quebra-Cabeça quase Montado	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos realizados durante a pesquisa.....	60
Quadro 2 – Música do <i>Colaí</i>	61

SUMÁRIO

1 CAMINHOS IMPLICADOS.....	12
1.1 PASSOS INICIAIS	13
1.2 MOVIMENTOS DE PESQUISA.....	14
1.3 PROCESSOS DE ESCRITA.....	17
2 CAMINHOS JUVENIS: PANORAMA DAS PEÇAS	19
2.1 PEÇAS: REFLEXÕES SOBRE AS JUVENTUDES	19
2.2 PEÇAS: JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	21
2.3 PEÇAS: POLÍTICAS CULTURAIS.....	24
2.4 PEÇAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENIS	27
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1 PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA.....	32
3.1.1 Outros Olhares Possíveis do Fazer Etnográfico	37
3.2 ÉTICA CARTOGRÁFICA	39
3.3 INTERCESSORES: TERRITÓRIOS SUBJETIVOS E O COLETIVO.....	41
4 PASSOS DA PESQUISA	46
4.1 ILHA DA PINTADA	49
4.2 COLANDO-ME AO <i>COLAÍ</i>	54
5 QUEBRA-CABEÇA DO <i>COLAÍ</i>.....	62
5.0 COMEÇANDO... ..	63
5.1 PROCESSOS ORGANIZATIVOS DO <i>COLAÍ</i>	64
5.2 AÇÕES E EVENTOS EM 2015	71
5.3 ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS.....	75
5.4 RELAÇÕES COM PÚBLICO - COMUNIDADE.....	78
5.5 REPERCUSSÕES POLÍTICAS.....	81
5.6 SITUAÇÃO CRISE - ENCHENTE	85
5.7 <i>COLAÍ</i> : GRUPO OU COLETIVO?	88
6 CAMINHOS A SEGUIR	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXO A.....	111

1 CAMINHOS IMPLICADOS

Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer?
(LISPECTOR, 1979, p. 15).

Pensei muito sobre como elaborar a introdução deste trabalho. De que maneira começar? Acredito que o começo é um dos mais difíceis desafios. Nunca estamos num ponto que possamos dizer que é o começo de tudo; estamos em constante movimento, seguindo os caminhos distintos que a vida nos apresenta, sendo afetados permanentemente por tudo que está ao redor. Porém, neste desafio de iniciar esta dissertação, recordei a passagem de Clarice Lispector. Não há um antes e um depois. As coisas vão acontecendo e devemos seguir seus movimentos para tentar fazer algum sentido nessa vida.

Esta pesquisa se constituiu numa sequência de movimentos, curiosidades, perguntas. Ao participar de um grupo de jovens que atua na Ilha da Pintada, promovendo atividades culturais na periferia de Porto Alegre, fui abrindo caminhos para novos modos de conhecer, interrogar, viver. Percebo que posso começar este texto por diversos momentos, e não é por acaso que tenho dificuldade de iniciar esta escrita. A pesquisa foi surgindo e se desenvolvendo com embates e disputas, sendo possível visualizar os caminhos percorridos e vislumbrar novos horizontes. Ao mesmo tempo que fui a um campo de pesquisa próximo a mim, busquei, através do diálogo entre teorias e campos de conhecimento, me aventurar num campo interdisciplinar. Percebi que meu olhar durante a pesquisa era afetado pelas minhas vivências. Meu pensar estava implicado: implicado pelas relações sociais que me atravessam, implicado por estar estudando uma comunidade com a qual tenho grandes laços familiares, implicado por ser inserida em relações de poder que perpassam o grupo, implicado por naturalizar fenômenos que deveriam ser desnaturalizados. Ao perceber tais implicações, abracei-as seguindo por caminhos implicados, concebendo esta dissertação para além da naturalização de um sujeito-objeto. Tendo mergulhado em campo, busquei estar aberta aos afetos e às experiências.

Porém, neste momento da escrita, me questiono por onde começar, pergunta que encontra às vezes a simples resposta “Começa pelo início”. Mas como sei qual é o início? E, de fato, pensando a respeito desta dissertação, posso elencar muitos inícios: a entrada no campo de pesquisa, a entrada no mestrado, a inscrição no mestrado, a ideia da pesquisa que me acompanhou desde o final da graduação, as experiências da vida acadêmica, minha escolha de faculdades, a escolha da minha família em se mudar para a Ilha da Pintada, entre

tantos outros momentos. Uma dissertação não nasce apenas das experiências proporcionadas pelo curso de Mestrado. Muitos outros passos são dados para a sua construção, sem nos darmos conta de quando está acontecendo. E sigo pensando como me apresentar. Seguindo os movimentos, os processos, e descobrindo os caminhos — caminhando pelos inícios, pelos meios e pelos fins —, apresento este trabalho, construído neste movimento contínuo.

1.1 PASSOS INICIAIS

São os passos que fazem os caminhos. (QUINTANA, 1989, p. 12)

Pensando nos muitos inícios desta dissertação, destaco alguns passos iniciais, relacionados com vários momentos de minha vida, momentos esses que destaco, de forma sucinta, apresentando-me e posicionando-me frente ao processo de pesquisa.

Minha família tem fortes laços com a comunidade da Ilha da Pintada. Meus avós nasceram, cresceram e casaram-se na Ilha; meu pai e meus tios também. Quando se casaram, meus pais ganharam do meu avô um terreno na Ilha, para onde me mudei com 5 anos de idade. Moro na mesma rua de meus avós e sou vizinha de tios e primos. Nessa comunidade, moram tios, tios-avós e primos. Cresci na Ilha, conhecendo a comunidade, mas conectando-a com a dimensão familiar, vivendo a comunidade através das experiências familiares.

Ingressei numa escola em outro bairro da cidade de Porto Alegre. Ao crescer, percebia uma distância entre a escola e a Ilha. Aos poucos, passei a afirmar que morar na Ilha da Pintada era como morar numa cidade do interior dentro de uma cidade grande. Para ir à escola, era necessário ir a Porto Alegre, ir à cidade. No momento de escolha profissional, acabei fazendo vestibular para Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e para Psicologia na Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Quando passei em ambas as provas, ainda em 2007, não havia a lei que impedia uma pessoa de fazer dois cursos em universidades federais. Assim, assumi o desafio de fazer os dois cursos. “Por quê?”, muitos já me perguntaram. Por muitos motivos, mas o que pesou era o que me levou a prestar vestibular para os dois: sempre tive curiosidade sobre comportamentos individuais e coletivos e sobre contextos macro e microsociais, pois acreditava que um estava vinculado ao outro e queria estudar sobre isso.

Durante a graduação, passei a estranhar e desnaturalizar as relações sociais e individuais. Participei de pesquisas, estágios e bolsas que me levaram a postos de saúde, a organizações de assistência social, a escolas, a experiências com jovens. Tive oportunidade de aprender um pouco mais sobre as políticas de saúde, assistência social e educação. Trabalhei com jovens e participei de atividades comunitárias na Ilha da Pintada e em outras comunidades. Com o desafio de realizar pesquisas preliminares para o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, voltei meu olhar para a tensão entre indivíduo e sociedade. Porém, com tema tão amplo, meu olhar se voltou para as relações do jovem com a cidade. Numa universidade com uma lógica predominantemente biomédica, tive de mudar o tema do meu trabalho, sendo impossibilitada de realizar esta pesquisa, mas fiquei com as inquietações que foram provocadas pelo processo de elaboração daquele projeto de pesquisa.

Ao ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, eu trouxe minhas inquietações da formação em Psicologia e licenciatura em Ciências Sociais. Dois cursos, duas disciplinas que muitas vezes se afirmam na negação uma da outra. A tensão entre a sociedade e o indivíduo é discutida com grande frequência nos espaços em que habito. As aulas do mestrado modificaram minha concepção sobre minhas perguntas de pesquisa e ampliaram meu olhar com leituras de autores pós-modernos, discussões em sala de aula e no grupo de pesquisa, além da participação em eventos. Nesse período, fui trabalhando a partir das minhas inquietações, lapidando-as e elaborando esta pesquisa.

Pode parecer, numa leitura rápida, uma sucessão de momentos, de passos sem ligação — a não ser por fazer parte da minha trajetória na construção desta pesquisa —, mas acho importante destacar esses momentos por considerá-los os passos iniciais constituintes do meu ser implicado como pesquisadora.

1.2 MOVIMENTOS DE PESQUISA

...como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada movimento de pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes (BARROS; KASTRUP, 2009, p.59).

Com esses passos, incícios e momentos, encontrei o movimento desta pesquisa: olhar para a comunidade à qual pertence minha família e na qual cresci, a comunidade da Ilha da

Pintada. Considerada periferia da cidade de Porto Alegre, por estar localizada em suas bordas, trata-se de um espaço urbano em disputa, dentro do Parque Estadual do Delta do Jacuí, área de preservação ambiental, e é caracterizado pelo seu difícil acesso, através de uma única estrada, devido à limitação do seu território físico pelo Lago Guaíba. Localizada ao lado da cidade de Eldorado do Sul, muitas vezes a população dessa comunidade, que compõe com outras quatro ilhas o bairro Arquipélago em Porto Alegre, reclama do abandono da região quanto às políticas públicas. Caracterizada por pequenos comércios e pelo envolvimento com a pesca, a Ilha possui apenas uma praça — a Pracinha, como é apelidada pelos moradores — localizada ao lado de uma das escolas da comunidade, a qual possui uma quadra poliesportiva. Além dessa praça, não há mais espaços de lazer, de esporte e de convivência comunitária, já que estes foram sendo ocupados por novas moradias e novos empreendimentos.

Nela, encontrei um grupo de jovens que promovia atividades ao ar livre. Esse grupo de jovens decidiu se reunir para ocupar a praça, já que até então era ponto de consumo de drogas, o que afastava ainda mais a comunidade dali. Com a intenção de promover um espaço de convivência, shows de música, jogos de vôlei, gincanas e campeonatos aos finais de semana, esses jovens formaram o *Colaí, Movimento de Cultura*. Esse coletivo agregou, aos poucos, mais pessoas interessadas, ocupando o espaço de forma diferenciada daquela que estava sendo até o momento, e reivindicou uma atenção ao local perante as instâncias de políticas institucionais.

Figura 1 - Logo do *Colaí*



Fonte: Facebook – Página: *Colaí, Movimento de Cultura*

Essa escolha em estudar o *Colaí* foi sendo permeada pelas minhas vivências anteriores, minhas implicações. Uma escolha, uma trajetória, uma problemática. Aos poucos, as narrativas foram se formando e este trabalho foi se configurando, de maneira a olhar para o

espaço vivido pelos jovens da comunidade e as relações que nele se estabeleciam, os modos como os sujeitos circulam, se inserem e criam estratégias de vida nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e afetivos (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Formulava como pergunta de pesquisa para este estudo “Como o coletivo *Colaí, Movimento de Cultura* tem construído territórios subjetivos a partir das experiências promovidas na Ilha da Pintada, em Porto Alegre?”.

Com a pergunta elaborada, com a participação no *Colaí*, preocupações surgiram quanto aos movimentos de pesquisa a serem adotados, além de questões teóricas e empíricas. Que postura adotar quanto à produção acadêmica sobre a juventude? O *Colaí*, como grupo de jovens que promove atividades culturais, insere-se no debate de políticas públicas *de/para/com* juventudes. Como lidar com as diversas juventudes estudadas e as variadas abordagens realizadas? Ao mesmo tempo que a pesquisa foi seguindo caminhos distintos, esse olhar sobre os jovens permaneceu neste trabalho. Muito mais do que uma categoria social de juventude ou juventudes, olho para o ser jovem como sujeito plural, inserido num contexto social, ético e político.

Outras perguntas surgiam. Como olhar para o *Colaí*? Como grupo ou coletivo? Há diferença? Essa problemática produziu grandes discussões. Ao utilizar o conceito de coletivo elaborado por Escóssia (2014), que o considera como plano relacional de forças, é necessário destacar a escolha ética realizada neste trabalho. Um coletivo não decorre somente de uma ação coletiva, social, de um grupo de pessoas — o que aqui será trabalhado nos termos de coletividade. Qualquer grupo ou comunidade pode configurar-se como coletivo ao acessar um plano de imanência, de criação. Ampliamos a concepção dicotômica de indivíduo e sociedade, considerando o *Colaí* a partir de seus movimentos coletivos, de criação singular. Aqui não trabalhamos com uma visão antagonista, e sim como um plano em composição, ao falar de conceitos distintos que se comunicam. Ao olhar para o *Colaí*, pode-se perceber que ele se configura enquanto grupo e enquanto coletivo, já que é composto por uma coletividade de jovens que, por momentos, constitui-se como coletivo¹.

Partindo dessas concepções, inquietações e da pergunta de pesquisa apresentada, encaro o campo de pesquisa de outra forma. Assumo uma postura etnográfica permeada por uma ética cartográfica, perspectiva metodológica essa construída através dos diálogos realizados durante minha formação acadêmica. Postura etnográfica decorrente de meus

¹ Maior discussão sobre o conceito de coletivo na seção 3.3 e na seção 5.7.

estudos em Ciências Sociais, permeada por um *ethos* cartográfico, vinculado às práticas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Escolha epistêmico-metodológica desafiadora, que me permitiu a inserção em campo com novos pares de lentes nesta pesquisa, escolha essa que permeia a minha escrita, escrita-ensaio realizada a partir de uma produção de novos sentidos e caminhos a serem seguidos.

1.3 PROCESSOS DE ESCRITA

...na escrita há muito mais do que a comunicação de ideias, hipóteses e conclusões. Há tensão entre as partes, variações e modulações que marcam a heterogeneidade do pensamento do escritor, suas indecisões e seus avanços. A escrita vai se fazendo nas conexões de afetos que vão forçando passagem, inventando pensamento. (BARROS, 2007, p. 30)

Refletindo sobre escrever frente às dificuldades que a vida promove, coube aqui pensar sobre o processo de escrita desta dissertação. Barros (2007), na introdução da sua tese, lembra que o escrever pode ser muito difícil, quando “um turbilhão de ideias, frases, pessoas, sons, sensações se misturavam, dando a impressão de que não acharia um caminho, não acharia um fio condutor” (BARROS, 2007, p.28). Assim, organizar a escrita de uma dissertação foi, para mim, um grande desafio. Fui seguindo linhas, teorias, reflexões para pensar sobre os processos acompanhados no *Colaí, Movimento de Cultura*. Aos poucos, a escrita foi se mostrando tanto uma atividade individual como um esforço coletivo, um processo que se constitui frente ao questionamento de autoria da pesquisadora. Essa pesquisa tem muitas autorias, porque todos os jovens participantes do *Colaí* são tão autores quanto eu.

Seguindo os caminhos e momentos, fui sendo desafiada a montar um quebra-cabeça composto pelos acontecimentos e multiplicidades na escrita desta dissertação. Perc (2009) reflete em sua obra sobre o *puzzle*, o enigma, o quebra-cabeça. As peças que compõem o jogo por si só não dizem nada; pode-se saber dos detalhes dela e até observá-las com atenção, mas é no contexto, no conjunto, que o jogo se mostra, que adquire sentido. É na possibilidade de se juntar ao conjunto que a peça perde seu sentido de parte e abre as portas para novas possibilidades de enfrentar o desafio. Cada movimento realizado para solucioná-lo já foi feito antes pelo seu construtor, pelo criador do jogo, não sendo um jogo solitário, e sim coletivo:

Todo gesto que faz o armador de *puzzles*, o construtor já o fez antes dele; toda peça que toma e retoma, examina, acaricia, toda combinação que tenta e volta a tentar,

toda hesitação, toda intuição, toda esperança, todo esmorecimento foram decididos, calculados, estudados pelo outro. (PEREC, 2009, p.14)

Pensando na pesquisa como um grande quebra-cabeça, segue agora a necessidade de apresentar as escolhas feitas e os caminhos a serem seguidos pelo leitor desta dissertação. Convido os leitores a percorrer, através das páginas deste trabalho, o percurso trilhado com o *Colaí*. Pelos CAMINHOS JUVENIS, olho para um panorama de peças teóricas que me ajudam a problematizar as vivências no campo de pesquisa diante do *Colaí*, a fim de refletir sobre as juventudes e os jovens, problematizando a sua constituição teórica, assim como as políticas públicas nessa temática no Brasil. Exploro o panorama das políticas culturais, sua constituição como tema de interesse público, tendo consciência dos conflitos e interesses em disputa no presente momento político brasileiro. E, por fim, reflito sobre os movimentos sociais e juvenis atuais, a fim de investigar experiências similares no Brasil. Tendo selecionado essas peças, foi possível contextualizar os fenômenos observados em campo, frente ao que se produz nos campos acadêmicos a respeito.

Seguindo pelos CAMINHOS METODOLÓGICOS, examino a perspectiva etnográfica adotada, retomando a origem da etnografia e sua aplicação em pesquisas realizadas no Brasil, aproximando-me de uma postura pós-moderna de acordo com os outros olhares possíveis do fazer etnográfico. Refletindo sobre a ética cartográfica que assumo, delimitando-a e explorando-a, problematizo os conceitos-chave da minha pesquisa, meus intercessores conceituais, meus operadores de pesquisa: territórios subjetivos e coletivo.

Passando por esses caminhos, apresento alguns PASSOS DA PESQUISA, seguindo uma estrada para chegar à Ilha da Pintada, explorando-a com maior cuidado frente aos estudos realizados. Ao participar do *Colaí*, olho em especial para a minha entrada em campo, problematizando as minhas implicações e meu lugar de pesquisadora diante dele. É a partir desse contexto que começo a ensaiar uma montagem do QUEBRA-CABEÇA DO COLAÍ, num exercício dialógico que almeja destacar a voz dos pesquisados nesta escrita, problematizando uma voz autoral do pesquisador onipresente, detentor do conhecimento. Nesse *puzzle*, construído a partir da imagem do *Colaí*, reflito sobre as minhas perguntas de pesquisa junto com os seus participantes, numa produção polifônica e coletiva.

Com as peças do quebra-cabeça, teóricas e vividas em campo, exploradas, reflito sobre o caminho seguido e os CAMINHOS A SEGUIR a partir desta pesquisa. Busco discutir o processo de pesquisa como um todo, olhando para as possibilidades que surgiram nesse caminho e as que ainda podem ser seguidas, restando agora a mim desejar uma boa leitura.

2 CAMINHOS JUVENIS: PANORAMA DAS PEÇAS

Quando olho para o *Colaí*, vejo jovens que se jogam na arena da cidade, no diálogo com as políticas públicas de juventude e de cultura, no embate com os modos de fazer política e na construção coletiva de experiências singulares na Ilha da Pintada. Para problematizar isso, é necessário um olhar para as peças teóricas que direcionaram o meu olhar, para as peças que constroem saberes sobre as juventudes no meio urbano, nas políticas públicas, nos movimentos sociais. Ao falar de caminhos juvenis, torna-se relevante a reflexão sobre as juventudes no contexto brasileiro, cujos esclarecimentos necessários devem ser feitos. Juventude e jovem, por mais que possam ser usados como sinônimos, são construtos que apresentam diferentes construções teóricas e sentidos distintos.

As conceituações mais gerais em torno da juventude enfatizam a importância de não considerá-la como categoria homogênea, (...) sendo importante considerar a diferenciação em torno das noções de jovens (sujeitos concretos) e juventude (GIL, 2011, p. 30).

Enquanto o uso de “jovem e jovens” aponta para a dimensão do sujeito, da condição de ser jovem, juventude é construída sob uma perspectiva sociológica, criada para dar conta da situação política, social e cultural desses sujeitos. Logo, ao usar o construto juventudes, dá-se destaque à multiplicidade das condições em que estes sujeitos se constituem. Por isso, é importante refazer alguns passos teóricos e olhar para as construções frente a esse construto, conduzindo este trabalho para a experiência vivenciada em campo.

2.1 PEÇAS: REFLEXÕES SOBRE AS JUVENTUDES

Ao pensar sobre juventudes e adentrar nesta temática, encontram-se muitos estudos de perspectivas as mais diversas. Porém, percebe-se uma grande dificuldade quanto à definição e caracterização dessa noção. O que é a juventude? Como conceituá-la? Muitos estudos debatem isso tanto na literatura internacional (BOURDIEU, 1983; PAIS, 1990, 1993; MARGULIS, 1996; FEIXA, 2006) quanto na literatura nacional (ABRAMO, 1997; PERALVA, 1997; SPOSITO, 1997, 2010; NOVAES, 1998, 2000, 2005; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2003; GONÇALVES, 2005; GIL, 2011). Será que deveria ser considerada como um período etário? A partir do contexto sócio-histórico? Uma condição histórico-cultural? O

ser jovem tem sido estudado de forma exaustiva e acaba sendo constantemente redefinido, mediante a produção das significações sociais de acordo com o contexto histórico, apresentando categorias diferentes de acordo com as configurações sociais ao longo dos anos.

Entre as produções observadas, destacam-se duas posições que compõem a noção de juventude, entendida por um lado como revolucionária, transformadora, mas também como geradora de problemas, um período da vida que exige cuidados. É ao mesmo tempo uma potência e um problema social (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009). A juventude tem se tornado um período ditado pelos discursos das políticas públicas, que acabam definindo as circunstâncias e os modos de viver dos jovens, considerando por vezes as potencialidades e os riscos a que estão submetidos, a fim de garantir o acesso e o exercício de seus direitos.

Não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias. (PAIS, 1990, p. 151).

Conforme destacado por Pais (1990) em seu texto sobre as diferentes construções sociológicas sobre a juventude, passa-se a estudar o jovem de maneira a buscar uma resposta aos paradoxos da juventude. Esse estudo do autor português influencia a produção acadêmica latino-americana. Em contraponto com Bourdieu (1983), que definiu a juventude como apenas uma palavra, baseada nas construções sociais oriundas da disputa entre pessoas de faixas etárias distintas, Margulis (1996) discute que a juventude não é um conceito unívoco, é baseado na construção histórica e social, produzido no tempo e no espaço em que se olha para a juventude. A condição jovem perpassa as condições da sociedade urbana, apresentando-se de variadas maneiras, em diversos grupos sociais ou tribos, expressando uma multiplicidade de formas de experimentar a juventude, não sendo possível igualar os jovens dentro de uma única categoria estatística.

Peralva (1997) apresenta a condição do ser jovem igualmente como construção social e como parte de um processo de crescimento de acordo com as experiências possíveis em determinado momento histórico, marcado por preceitos culturais vigentes. Com a imagem do ideal do ser jovem que tem a perspectiva de futuro pela frente, sendo um período de liberdade, prazer e experimentação, porém marcado por diversas crises e conflitos, é importante destacar o jovem como um ser social que se constitui em relação com o outro, tornando-se um ser singular (DAYRELL, 2003). Ao explorar a dimensão social da juventude, é ressaltado que esta deve ser analisada de acordo com a sua historicidade, partindo do princípio de que a

própria sociedade é constantemente construída, com regras social e culturalmente elaboradas. Além disso, é importante considerar este aspecto histórico quando percebemos que o jovem expressa diversos dilemas presentes na sociedade (NOVAES; VANNUCHI, 2004). Dependendo do tempo e do lugar em que se encontra, os conflitos juvenis são distintos, assim como as forças sociais em destaque também o são. Desse modo, o jovem pode ser compreendido como um espelho retrovisor da sociedade, transformando-se num objeto de mercado.

Ao compreender a juventude como “uma construção cultural relativa no tempo e no espaço” (FEIXA, 2006, p.28), discute-se que a sociedade atribui sentido e importância ao jovem conforme as condições sociais e as imagens culturais que produz. É necessário, assim, desnaturalizar a condição jovem, concebê-la frente à sua complexidade e não frente a uma aparente obviedade. Gil (2011) aponta que o jovem tem se destacado enquanto sujeito em construção, passivo frente aos interesses dominantes e ainda a partir de diversas manifestações e expressões culturais, considerando as suas multiplicidades. Ao enfatizar a formação das juventudes refletida pelos contrastes presentes na realidade social, é preciso considerar o jovem a partir de suas características, sem reduzi-las — levando em conta as dimensões de gênero, etnia, classe, território, geração, cotidianos e projetos de futuro —, sendo que são essas que acabam por expressar a pluralidade, a diversidade e a desigualdade da vivência dos jovens.

2.2 PEÇAS: JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Goulart e Santos (2012) destacam que nas décadas de 1960 e 1970 a juventude era caracterizada pelo seu potencial revolucionário, liberador, associado ao movimento estudantil a fim de promover mudanças significativas na sociedade. Nos anos 1980, o jovem passa a ser um produto a ser publicizado e comercializado, associado a um “ideal cultural e comercial”, celebrando as mudanças da sociedade, rompendo-se, de certo modo, com a relação juventude-estudante-movimento estudantil. A rebeldia juvenil passa a ser considerada um incômodo, não mais algo a ser celebrado; o jovem contestador cede lugar ao jovem integrado, potencial de futuro no desenvolvimento do país. A juventude perde força política, emergindo como objeto estatístico para a publicidade e para as políticas públicas. O jovem agora está sujeito à delinquência, a vulnerabilidades sociais, a problemas sociais diversos, sendo necessária a

criação de políticas públicas para “proteger o seu futuro”. Essa concepção se destaca nos anos 1990 no Brasil, momento em que o país se volta para a questão da juventude e que o Estado deve enfrentar o problema da vulnerabilidade juvenil. Nos anos 2000, passa a ganhar forma um discurso que valoriza a posição e as opiniões dos jovens, de maneira a reconquistar aos poucos uma nova força política, com participação efetiva nos espaços públicos, deixando de ser apenas uma estatística.

A visibilidade estatística do jovem de 15 a 24 anos, com propostas e relatórios elaborados pela ONU a partir de 1985, ganha contornos no Brasil para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude no contexto brasileiro. Até a elaboração do Plano Nacional de Juventude em 2004, disputava-se no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), durante toda a década de 80 e 90, a fim de garantir os direitos da infância e da adolescência e, conseqüentemente, de uma parcela da juventude também. Com o movimento internacional em defesa aos direitos humanos e com a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, em 1990 foi aprovado o ECA, propondo a valorização dos direitos e a garantia de proteção para a realização das potencialidades do desenvolvimento na infância e adolescência (BELLUZZO; VICTORINO, 2004).

Aos poucos, passa-se a olhar para a juventude como problema social, com o desenvolvimento de políticas públicas diversas, em Ministérios variados. Sendo restritos, os programas até então desenvolvidos nem sempre eram destinados especificamente ao jovem, pois acabavam enfocando períodos do desenvolvimento humano, como a infância e a adolescência, sem considerar as questões sociais e existenciais dessa etapa, geralmente relacionadas a perspectivas de um futuro. Entram em conflito as definições de criança e adolescente com a de juventude, sendo as primeiras associadas às fases de desenvolvimento biológico e a segunda construída socialmente. As políticas públicas de juventude, sem saber como se posicionar nesse campo em disputa, apresentam um caráter transitório e descontinuado nas comunidades, não considerando a multiplicidade e a diversidade das juventudes (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Apenas com as primeiras formulações do Plano Nacional de Juventude², passa-se a escutar o jovem, dando voz ativa para então lidar com a sua “problemática”. Com a Secretaria

² O Plano Nacional de Juventude tem considerável caminho até então. As tramitações de elaboração do Plano começam ainda no início dos anos 2000, tendo sido protocolado um projeto de lei em 2004 na Câmara Federal de Deputados. Com o desenvolvimento de Conferências Nacionais da Juventude, o Plano foi elaborado em

Nacional de Juventude, criada em 2005, fez-se um esforço de revisar as políticas públicas de juventude que até então estavam distribuídas em diversos Ministérios e não dialogavam ou ainda ofereciam um mesmo serviço sob nomes diferentes, sem ser efetivo e continuado. Mesmo com a fragilidade da temática na agenda pública, foi possível organizar o Conselho Nacional da Juventude em 2005 e aprovar o Estatuto da Juventude em 2013. Nesse sentido, Castro e Abramovoy (2002) apresentam a necessidade de romper com o pensamento das políticas públicas *para* juventude, defendendo o investimento em políticas *de/para/com* juventudes, considerando os jovens como destinatários dos serviços e atores estratégicos.

Frente a essa construção histórica da juventude, cabe destacar que o jovem dos anos 1960 e 1970 não é o mesmo jovem dos anos 1990 e 2000. Muitas mudanças sociais ocorreram e a condição juvenil trouxe novos contornos para o debate, sendo de interesse conhecer o jovem brasileiro mais do que como um problema social, estabelecido a partir de dados estatísticos, e sim incentivando a conceber o jovem como sua própria solução, investindo em “entender os seus códigos, as suas maneiras de agir, as suas atuações políticas específicas” (GOULART; SANTOS, 2012, p 328).

Nesse contexto, um discurso muito presente nas políticas de juventude é o do protagonismo, do jovem assumir sua posição e participar, experimentar essa ação política num ensaio de cidadania, sendo chamado para o espaço público e assumindo seu papel como ator no cenário social. Mas, muito mais que isso, esse protagonismo das políticas públicas, associado com uma lógica neoliberal, torna-se um exercício de empreendedorismo. O jovem se torna, ao mesmo tempo, ator social e empreendedor de si mesmo (GOULART; SANTOS, 2014).

É preciso valorizar a expressão própria do jovem a respeito de suas vivências, ao se experimentar nos espaços. A vida no espaço urbano lhe permite a experiência de convivência com muitos diferentes. Gonçalves (2005) analisa a cidade como um território compreendido de diversas maneiras, por estar sob influências de inúmeros conflitos simbólicos, palco em que as trajetórias de vida dos indivíduos se conectam de formas múltiplas. Nesse cenário, a juventude apresenta os seus próprios movimentos e cria sentidos variados para a cidade, configurando-a de acordo com a aproximação e o afastamento de redes de significados e de possibilidades.

conjunto com o Conselho Nacional de Juventude, que é composto por integrantes da sociedade civil e representantes do governo. Apesar de avanços, esse debate segue em pauta, sem ter sido aprovado e sancionado.

Ao experimentar a vida na cidade, o jovem reconstrói o tecido social em inúmeros rituais de solidariedade e de expressividade. Com isso, atribui novos sentidos aos espaços das cidades, promovendo uma juvenização dos espaços. Ao refletir sobre os sentidos sociais e culturais das relações sociais em que o sujeito está imerso, é possível compreender o processo de formação de modos de ser juvenil (CARRANO, 2003). O jovem vive em esferas de sociabilidades e num contexto de experimentação intensa, o que promove a produção de subjetividades através de convívio cidadão nas esferas públicas. Entendendo os espaços da cidade como sendo uma arena cultural, um *lócus* privilegiado para a prática da cidadania, composta por diálogos multiculturais entre sujeitos heterogêneos, sua complexidade deve ser compreendida por sua dimensão comunicacional dialógica, tendo em vista que é no espaço público que se fazem experimentações e se constroem sentidos sociais e culturais da subjetividade.

2.3 PEÇAS: POLÍTICAS CULTURAIS³

Abramo (2001), em fala na Câmara Municipal de São Paulo, destacou que é a temática da cultura e do lazer que motiva os jovens a se colocar no espaço público, a participar do debate público e político. Mesmo que as políticas culturais sejam desprestigiadas, com poucos investimentos, é nesse espaço que se articulam os grupos de jovens, que buscam novos meios de se expressar, inventar, intervir e participar da dinâmica social. Cabe aqui destacar muitas vezes o uso populista das políticas culturais, que podem ser entendidas como medidas compensatórias a serviço das estratégias governamentais (BARBALHO, 2012). Porém, um papel importante delas está ligado ao processo de democratização da cultura, tornando-a acessível à população, associado com princípios de participação popular e de construção de espaços públicos.

Para refletir sobre as políticas culturais, deve-se pensar primeiro sobre a cultura contemporânea e nos processos que a definem atualmente (RUBIM, 2007). Num contexto marcado por uma politização da cultura e uma culturalização da política, estamos envoltos

³ Cabe aqui destacar os rumos que esta temática tem assumido no cenário atual, com a extinção e reinstauração do Ministério da Cultura no governo interino de Michel Temer. No entanto, na construção deste texto, não foi possível analisar os possíveis efeitos produzidos por essas medidas neste trabalho.

num processo de mercantilização e tecnologização da cultura, com o desenvolvimento complexo das indústrias culturais⁴, assumindo um lugar central em nossas vidas e ao mesmo tempo transversal em âmbito global. Logo, é necessário pensar na política cultural como sendo mais que ações concretas, surgindo de um processo de produção de discurso, sendo criativa e propositiva (BARBALHO, 2007). Deve-se problematizar a produção de uma nova política cultural que promova a quebra da homogeneidade, sendo múltipla e orientada por valores processuais (BARBALHO, 2006).

Ao retomar as origens das políticas públicas culturais no Brasil a partir de 1930, Rubim (2007) afirma que a construção delas é marcada por uma "triste tradição", uma grande instabilidade, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios que ainda devem ser encarados. Nos períodos autoritários brasileiros desde então (Era Vargas [1930-1945] e Ditadura Militar [1964-1985]), foram alcançados os maiores avanços políticos na agenda cultural, não tendo continuidade nos períodos democráticos intermitentes. Com o intuito de formar uma identidade cultural que mascarasse a falta de liberdade individual, os períodos autoritários brasileiros investiram em políticas culturais que valorizassem o nacionalismo e a brasilidade, investindo fortemente em estruturas estatais que garantissem a disseminação cultural.

Com o fim da Ditadura Militar, tivemos um período democrático de consolidação da temática e do Ministério da Cultura, marcado pela alternância de responsáveis pela pasta em cada ano. Porém, mesmo com o Ministério da Cultura estabelecido, houve um período de mercantilização dessas políticas culturais, sem grande interesse pelo Governo Federal. Aos poucos, com o governo Lula [2003-2010], foi estabelecido um responsável pela pasta por mais de um ano e buscou-se o desenvolvimento de uma política cultural abrangente que levasse a cultura a todos os cantos do país. No entanto, com baixo orçamento e má distribuição de pessoal, há ainda regiões marcadas pela ausência de políticas culturais estabelecidas (RUBIM, 2008).

Ao analisar os períodos de maior expressão das políticas sociais, Barbalho (2007) percebe que há duas questões que mobilizaram a agenda cultural: da identidade e da

⁴ Aqui não aprofundarei a temática da indústria cultural, conceito criado a partir dos estudos de Adorno e Horkheimer, a respeito do avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos, postulando o papel do capital na produção e circulação da cultura. Menciono este conceito aqui, a fim de exemplificar a complexidade da cultura contemporânea numa sociedade que atualmente promove um processo de culturalização da mercadoria vinculada à economia e indústria criativa.

diversidade. Quanto à primeira, durante os regimes autoritários, na Era Vargas e na Ditadura Militar, buscava-se uma identidade una e coletiva, sendo a cultura elemento central na garantia da nacionalidade, incentivando a criação de uma nação e buscando uma integração nacional. No período democrático, no governo do Fernando Henrique Cardoso [1995-2002], houve um incentivo à criação de um mercado para bens culturais, ampliando a disponibilidade de produtos culturais a serem comercializados. Apenas com o governo Lula [2003-2010] é que percebemos um incentivo à diversidade e à pluralidade nas políticas culturais, com processo de descentralização da cultura, em que se buscou “revelar Brasis” e as múltiplas manifestações culturais. Já no governo Dilma [2011-2014], há um maior esforço com a institucionalização de políticas culturais como políticas de Estado, combatendo as descontinuidades, estabelecendo o Sistema Nacional de Cultura, a fim de estabelecer um sistema federativo para as políticas públicas específicas (BARBALHO, 2014).

Ao investir no desenvolvimento de um Sistema Nacional de Cultura, criaram-se conselhos, conferências, planos, mapeamentos/censos, legislações e fundos de cultura. Vêm-se conquistando espaços de participação popular a fim de “reconhecer a diversidade de interesses (...) fazendo circular discursos e ações dos diferentes segmentos e atores, visando ao enriquecimento cultural por meio da afirmação das diferenças” (BARBALHO, 2012, p.161). Uma das principais dificuldades está no planejamento orçamentário para as políticas culturais, para a implementação de uma democracia cultural. Em alguns municípios, o Orçamento Participativo (OP) junto aos Conselhos de Cultura tem se configurado como principal ferramenta de gestão, beneficiando a cultura de acordo com o interesse da população⁵. Com amplo nível de participação das comunidades, recursos disponíveis para as suas deliberações e com controle social sobre as demandas realizadas, o OP tem atuado na linha da frente entre políticas democratizantes e lógicas neoliberais. Enquanto a primeira é pautada pela participação das comunidades no desenvolvimento de políticas culturais, a segunda é marcada pela transformação do cidadão em consumidor de cultura, estabelecendo um mercado que busca lucrar a partir das expressões culturais.

⁵ Para pensar mais sobre o assunto, a coletânea “Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural”, do Instituto Pólis, traz alguns artigos sobre as experiências dos conselhos e do orçamento participativo.

Neste embate, as políticas culturais não têm encontrado maneiras de trabalhar as diferenças. Bezerra e Weyne (2013) percebem o desafio da construção de uma nova política cultural democrática que assegure liberdade para as diferenças, os dissensos, os conflitos e até antagonismos. É preciso buscar uma política criativa, não engessada pelo aparato burocrático, que se move dinâmica e imprevisivelmente. Uma política cultural que tenha a possibilidade de criação e interação, estimulando a cultura da diferença, a convivência com a diferença e o desenvolvimento de novas éticas. É necessária, assim, uma mudança do foco das políticas públicas de cultura, aproximando-se de ações realizadas por movimentos sociais, que produzem práticas culturais que repercutem politicamente, produzindo novas formas de participação política, movimentos sociais estes que, conforme Goldman (2007), atuam em defesa do direito à diferença, vinculando dimensões culturais às dimensões políticas, sendo necessário olhar aproximado para as suas experiências, práticas e ações.

2.4 PEÇAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENIS

Pensando na participação do jovem, é necessário refletir sobre o contexto de muitas manifestações culturais no espaço público em que estamos inseridos. Gohn (2014) nos ajuda a pensar as manifestações que ocorreram em 2013, cujos efeitos ainda estão presentes em nosso cotidiano, em que a população brasileira foi às ruas para protestar pelo aumento da qualidade da vida urbana, influenciada por protestos que ocorreram ao redor do mundo desde 2008. Uma característica das manifestações foi a organização descentralizada delas, com autonomia dos participantes, sem seguir uma liderança formalmente reconhecida, demonstrando uma indignação contra o uso de verbas públicas e a não conformidade com uma política representativa com altos graus de corrupção, debatendo sobre o direito de se manifestar em espaços públicos. Enquanto se manifestam contra as instituições políticas, que não respondem às demandas sociais de forma convincente, as maneiras de se manifestar se multiplicaram, abrangendo e legitimando as mais diversas formas, ocupando as ruas com novas ações coletivas e ressignificando o fazer político.

Foram espetáculos artísticos, “bicicletadas”, carnavais globais, festas de rua, reclamações e protestos, invasões de terrenos estatais ou edifícios de escritórios para atividades construtivas e não lucrativas, marchas, músicas e cantorias, danças, teatro de rua, discursos, distribuição gratuita de comida, feiras de escárnio e maldizer, oferta de empréstimos não lucrativos à porta de grandes bancos (como a proposta de fazer da Bolsa de Barcelona um espaço de cultura e lazer), bloqueios de ruas,

encerramento de instituições, sabotagem, destruição ou interferência na infraestrutura capitalista. Cada evento ou ação foi organizado autonomamente por um grupo ou por possíveis coligações existentes entre grupos, indivíduos e movimentos em nível local, regional e nacional. (SOUSA, 2004, p.461)

Castro (2008) acrescenta que a política é sentida como um modo de vida e maneira de compreensão das relações sociais. Assim, a participação política tem emergido como uma demanda subjetiva, conectada ao pertencimento à comunidade, o que permite uma reinvenção da própria política e da convivência em sociedade. Considerando a cidadania uma noção abstrata e tradicional, como um conceito que vai além da dimensão política presente no relacionamento com o território, Boghossian e Minayo (2009) percebem uma participação efetiva do jovem em diversos grupos, como instituições de trabalho voluntário, entidades estudantis, Organizações Não Governamentais (ONGs), mobilização de contestação e redes de solidariedade, que promovem manifestações e acontecimentos políticos. Demonstrando atenção às questões sociais, os jovens têm agido de forma localizada, apresentando aversão à política tradicional, promovendo uma possível repolitização ao agregar a dimensão cultural à política.

Quando Barbalho (arquivo digital, s/d) olha para o protagonismo juvenil, é possível perceber modos diferentes de participação. Ora pode ser inspirada em movimentos sociais que concebem propósitos coletivos e confrontativos à lógica dominante, ora pode ser de um projeto neoliberal do Terceiro Setor⁶, de associações, de fundações ou de ONGs, que possuem uma perspectiva individualizada e moralista sustentada pelo ideal do voluntarismo, responsabilidade social e participação solidária. Porém, ao associar novos sentidos à dimensão política, novas formas de ser, novas configurações, novas subjetividades, é possível olhar para esta atuação em novas lógicas, sem ser associada a uma visão política partidária. E é essa participação política que se percebe nos coletivos jovens, que se tornam um novo ator social, um protagonista ativo na arena política.

Em várias cidades brasileiras grupos de jovens vêm se organizando para criar e difundir suas visões de mundo, seja mediante linguagens artísticas, seja recorrendo aos meios de comunicação, ou confluindo arte com tecnologia midiática. Uma grande parte dessas organizações assume a forma de ONGs e atua de modo

⁶ O Terceiro Setor atua na esfera pública não estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Refere-se a uma divisão da sociedade civil, composta por organizações sem fins lucrativos (com identidade jurídica de associação ou fundação) formadas com o objetivo de prestar serviços de caráter público ou executar atividades de utilidade pública, com o ideal de chegar aonde o Estado não consegue, ajudando nas questões sociais, fazendo ações solidárias.

sistemático e institucional, compondo o amplo leque de movimentos sociais presentes na esfera pública contemporânea. (BARBALHO, 2006, p.8)

Neste sentido, é possível perceber que muitas ações parecidas estão sendo desenvolvidas pelas periferias do Brasil. Almeida (2013) destaca a ação dos jovens que realizam o CineCampinho, local em que passam filmes num campinho da comunidade da periferia de São Paulo que estava abandonado, desenvolvido a partir da ideia de um grupo de jovens que se reunia para assistir a vídeos nas suas casas. Os grupos juvenis têm promovido um espaço de novas experiências de pertencimento e reconhecimento social. Ao mesmo tempo, discute-se que as formas associativas têm produzido o jovem-ator e o recolocaram no cenário público de disputas políticas (SOUSA; DURANT, 2002). Atuando de forma localizada em comunidades e em bairros da cidade, criam novas formas de se organizar politicamente, como a produção de espaços de encontro e atuação em rede, usando as redes sociais e a internet como canais de comunicação, promovendo variadas atividades culturais.

Um exemplo no Brasil é o surgimento do Grupo Cultural Afro-Reggae (GCAR). Coelho e Durão (2011) refletem sobre como os eventos violentos que ocorreram nas favelas do Rio de Janeiro motivaram uma reatualização de movimentos sociais a fim de promover atividades culturais ao combate da violência, como alternativa ao tráfico de drogas. Promovendo eventos, os projetos do GCAR eram vinculados a motivações pessoais, muito mais que a ênfase política e militante, associando o movimento social a uma possibilidade de profissionalização.

Muitos estudos se dedicam a grupos de jovens, associando estes às ações coletivas que promovem. Ao olhar para as atividades do coletivo Aparecidos Políticos em Fortaleza, Mourão (2012) destaca a articulação que eles fazem entre arte e política. Inserindo o artista no espaço urbano, desenvolvem intervenções através de ressignificações dos locais em que atuam, problematizando assuntos referentes a resquícios da ditadura civil-militar no Brasil.

Almeida (2006) faz um levantamento das pesquisas produzidas na pós-graduação no período de 1999-2006. Foram encontrados poucos estudos que discutem o jovem como ator relevante na esfera pública pela mediação de práticas culturais. Sposito (2010) discute que as pesquisas realizadas sobre os coletivos juvenis em suas dimensões culturais desenvolvem suas análises em perspectivas transversais e interdisciplinares, a fim de compreender a composição das ações coletivas dos jovens e sua configuração com os tempos e os espaços das vidas destes.

Quando se fala em ação coletiva, referimos a mais do que ações realizadas em grupos ou movimentos sociais. É importante considerar que nem toda ação coletiva culmina em mobilizações contestatórias, sendo possível uma amplitude de maneiras de engajar-se, mobilizar-se e associar-se a diversas causas (Silva, 2010). Devem-se considerar as ações coletivas frente a diferentes abrangências, diferentes finalidades, diferentes temporalidades. Ainda, muitos destes trabalhos abordam apenas o campo da ação, reduzindo a ação coletiva às estratégias de lidar com determinada situação. Nesta pesquisa usamos a noção de *coletivo* elaborada por Escóssia (2014), que o conceitua como um plano de relações subjetivas, distinto de uma coletividade, um agrupamento de pessoas, buscando a superação da dicotomia indivíduo e sociedade, sem reduzi-la, dando visibilidade às forças presentes neste plano de relações, a fim de constituir uma rede coletiva⁷.

⁷ No capítulo 3, o conceito será melhor discutido, como intercessor da análise que proponho nesta pesquisa.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Pesquisar é um ato, uma prática, baseado nas formas de pensar e de sentir, que se configura de acordo com a postura do pesquisador (LOBO, 2012). Neste processo, fui seguindo pistas que surgiam, moldando um caminho em que pudesse produzir um novo olhar, um novo conhecer para além da representação do objeto, acompanhando seu processo de constituição, construindo um caminho a seguir a partir das escolhas ético-políticas feitas (PASSOS; BARROS, 2009). Assumindo uma perspectiva metodológica etnográfica aliada a uma postura ética cartográfica, fui sendo levada pelo processo, pelo desejo, seguindo os caminhos indicados pelos territórios habitados. Ao adotar um percurso etnográfico com um *ethos* cartográfico, o processo acompanhado demonstra a riqueza e a complexidade que podem emergir das ações do coletivo estudado.

No entanto, ao fazer essa escolha epistêmica-metodológica, me desafio a realizar um diálogo entre essas duas correntes metodológicas. Adoto a etnografia, a partir de sua construção teórico-metodológica de entrada no campo, para vivenciar as culturas do coletivo em que estou me inserindo. Aliada a essa abordagem, associo uma ética cartográfica à minha postura de pesquisadora ao me permitir experimentar este campo, ao problematizar o que consigo observar e o que não consigo, ao estar atenta às minhas implicações e minhas afetações, ao buscar cartografar os processos, desenhar um mapa composto pelas linhas de força que permeiam os acontecimentos.

Nesta ousada costura, volto à minha pergunta de pesquisa: **Como o coletivo *Colaí*, *Movimento de Cultura* tem construído territórios subjetivos a partir das experiências promovidas na Ilha da Pintada, em Porto Alegre?** Tendo acompanhado o grupo de novembro de 2014 até o final de 2015, ingressei nele inicialmente para observar atividades e discutir com seus integrantes a possibilidade de realizar a pesquisa, e nesse trajeto outras questões foram surgindo:

- Como o coletivo dialoga com os cenários locais?
- De que forma o *Colaí* tem se organizado? Como tem se constituído como coletivo? Como tem organizado suas ações?
- Como as experiências propostas são planejadas e executadas? Como o *Colaí* constrói estratégias no plano econômico?
- O *Colaí* sente repercussões políticas das posições que assume? E das ações que promove?

Essas perguntas tomaram forma nessa dissertação como pontos de análise a serem refletidos. Porém, é importante ressaltar quais são os meus intercessores, meus operadores da realidade (DELEUZE, 1992). Quando falo desses intercessores, destaco o que me faz pensar, tendo sido construídos pelos encontros e experiências em minha vida, e apenas com eles é que penso, problematizo, invento, crio, pesquisa.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas (...) mas também coisas, plantas, até animais (...). Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso dos meus intercessores para me exprimir. E eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando ainda não se vê. (DELEUZE, 1992, p.156)

Borges (2010), em reflexão sobre o pensamento de Claudio Ulpiano, destaca que, ao se produzir problemas de pesquisa, é preciso desenvolver a sua própria topografia, ou seja, os operadores conceituais, as articulações e as desarticulações teóricas necessárias para esta pesquisa. Assim, é importante retomar algumas questões. Afinal, o que são territórios subjetivos? Como se configura este coletivo o qual me proponho conhecer? O que quero dizer quando opto por utilizar práticas etnográficas aliadas a uma ética cartográfica? Ao pensar sobre esses questionamentos, realizo uma reflexão sobre a tradição etnográfica adotada, afirmando que preceitos cartográficos adoto. Com isso, é possível revisitar e explorar os intercessores desta pesquisa.

3.1 PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis (VELHO, 2003, p.18).

Ao pensar a etnografia, sou remetida a estudos antropológicos, estudos sobre o homem e sua cultura. Tendo sua trajetória marcada pelas experiências de viajantes e exploradores, a etnografia surgiu com processos de imersão em culturas indígenas, trazendo em sua origem o exercício de estranhar, desnaturalizar, reconhecer a alteridade presente em outras comunidades.

Porém, foi com Malinowski que a tradição etnográfica na Antropologia começou a tomar forma. Em sua obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, Malinowski (1976)

introduz o método etnográfico como método científico, propondo normas e critérios delimitados em sua construção. É necessário o uso de técnicas reconhecidas a fim de se coletar e registrar dados que suportem as conclusões científicas, muito mais do que estar imersos na cultura do outro. Com um treinamento científico anterior à imersão no campo, é possível desenvolver um mapa mental para se orientar pela cultura local e definir um caminho de pesquisa. É preciso que, ao experimentar o campo, leve questões problemáticas, com uma postura disciplinada do pesquisador, para que ele seja capaz de moldar as suas teorias e expectativas frente aos fatos observados. Apenas com documentação concreta da experiência, de depoimentos e de narrativas, registro da vida real num diário etnográfico e elaboração de materiais quanto à organização cultural e mentalidade nativa do grupo estudado, é possível uma compreensão da complexidade do sistema social, produzindo uma boa etnografia.

As contribuições de Malinowski instituíram a tradição científica na Antropologia, seguida por diversos outros antropólogos. Muitas escolas antropológicas⁸ foram desenvolvidas seguindo esses autores, construindo tradições etnográficas distintas, diversificando as concepções teórico-metodológicas. Entretanto, a prática etnográfica traz consigo algumas características e correntes teóricas, e uma das que mais se destacou foi a antropológica interpretativa.

Geertz (2008), importante autor neste campo, defende a Antropologia como uma ciência interpretativa frente a um paradigma semiótico, compreendendo a cultura como uma intrincada teia de significados, públicos e compartilhados. Ao considerar o comportamento humano como ação simbólica, a cultura pode ser compreendida sem reduzir as suas particularidades, situando o autor na pesquisa desenvolvida, associando-a com a experiência pessoal do etnógrafo.

Fazer uma etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito com exemplos transitórios de comportamentos modulados (GEERTZ, 2008, p.20).

Com interpretações, constrói-se em seu texto uma ficção, cabendo ao autor escrever o discurso social com a finalidade de registrar os fenômenos observados, lançando mão de uma descrição densa. Essa descrição densa defendida por Geertz pode ser considerada como

⁸ Neste trabalho, não busco desenvolver um mapa das escolas antropológicas, seja de tradição americana, francesa ou inglesa. No entanto, na seleção de autores realizada para esta pesquisa, muitos deles dialogam com a escola americana, optando a refletir mais sobre a prática etnográfica desta.

um tipo de esforço intelectual que envolve técnicas e processos a fim de apreender a complexidade do sistema social, em que se torne possível compreender os sentidos presentes nas interações sociais, nos gestos, nos comportamentos, nas posturas adotadas, enfim, num conjunto de símbolos compartilhados. É nessa descrição densa que é possível interpretar os caminhos do discurso social, olhando para as ações e questões específicas da pesquisa antropológica.

No Brasil, a tradição etnográfica já não está apenas no campo disciplinar da Antropologia, é um objeto que transcende os limites disciplinares. Fonseca (1999), ao perceber que muitas disciplinas têm utilizado a metodologia etnográfica erroneamente, reflete sobre o encontro produzido entre o individualismo metodológico e a perspectiva sociológica na etnografia, produzindo o apelo dessa corrente metodológica. Partindo da interação do pesquisador e do pesquisado, é importante dar ênfase ao cotidiano e à dimensão subjetiva, concebendo os aspectos sociais que modificam o comportamento humano. Na antropologia semiótica, percebe-se a complexidade do processo comunicativo, em que se busca entender, através do que foi dito pelos participantes da pesquisa, todo um sistema social para além do indivíduo, abrangendo o geral.

Neste sentido, pensando a prática da pesquisa etnográfica, destaca-se a importância de questionar constantemente as diferentes maneiras de ver o mundo, escolhendo o campo de estudo e levando perguntas que poderão ser modificadas de acordo com o contato com o sujeito. Cada caso e cada pesquisa têm suas particularidades, marcados pelo contexto histórico-social em que se encontram, sendo necessário saber usar essa abordagem a fim de aprofundar a análise, distanciando-se do universo familiar para construir contribuições sociais e culturais relevantes. E é na relação entre os atores da pesquisa que se apresentam os maiores desafios e as maiores riquezas da pesquisa, sendo a etnografia uma interessante ferramenta para que se possa refletir sobre a interação com o material empírico, situando-se na pesquisa como ator social. Fonseca (1999) desenha, assim, cinco passos para fazer uma pesquisa etnográfica: estranhamento de fenômenos, esquematização de fatos e teorias, desconstrução de estereótipos, comparação entre sistemas sociais e sistematização dos achados.

É importante compreender a etnografia como método constituído pela Antropologia com contribuições de diferentes contextos teóricos, devendo ser utilizado com o devido cuidado metodológico (MAGNANI, 2012). É necessário conhecer boas etnografias, consultar bibliografia, manter empenho e dedicação no desenvolvimento de um bom projeto, ir ao campo de acordo com o cronograma. Com essa prática etnográfica e com a experiência do

encontro com o outro, é possível utilizar o método em sua complexidade, sem cair na armadilha de ir a campo com uma teoria pronta.

Oliveira (2006) discute sobre os meios de apreensão dos fenômenos sociais, pelo exercício de olhar e ver, de escutar e ouvir, do pensar e escrever, baseado na imersão no campo, no estar lá, e no movimento de escrever na academia, trabalhar aqui. Ao associar o olhar e o ouvir como faculdades complementares do processo de perceber, é preciso discipliná-los, construindo-os frente a esquemas conceituais que permitem observar os fatos sob um prisma teórico, promovendo um espaço compartilhado de encontro a fim de melhor potencializar esse movimento de pesquisa. Ao levar o que foi observado para o plano do discurso, realiza-se um processo de tradução e interpretação, construindo o pensamento no ato da escrita, partindo da realidade percebida.

Nesta pesquisa etnográfica, o ofício do etnógrafo passa por sistematizar as teorias e as práticas num movimento de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico, relativizando fenômenos sociais generalizados, a partir da relação estabelecida com o campo, intelectual e afetiva (DAMATTA, 1978). Muitos antropólogos, frente a essas concepções, passam a fazer etnografias urbanas de mundos privados.

Gilberto Velho (2003) desenvolveu uma construção teórica sobre a etnografia urbana, estudando seu contexto social. Em seu exercício de fazer uma etnografia em seu prédio, reconhece a diferença como elemento constitutivo da sociedade, considerando a cidade como importante objeto de pesquisa na Antropologia, em que se busca entender os sistemas e redes de relações e os processos sociais mais amplos. Porém, é necessário, neste contexto, considerar as dualidades de proximidade-distância e familiaridade-estranhamento. Percebendo a multidimensionalidade do mundo real, os sujeitos constituem-se em sistemas sociais a serem investigados em sua complexidade.

Velho (2013) desenvolve o argumento de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo, sendo importante relativizar as contribuições de DaMatta, que o exótico também pode ser conhecido e o familiar não é necessariamente conhecido. Cabe ao pesquisador pôr-se no lugar do outro, refletindo sobre seu lugar na sociedade, percebendo que não necessariamente conhecemos o ponto de vista do outro, já que o ponto de vista do observador sempre possui um filtro.

O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Em princípio, dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes e afastadas. Isso não significa que mesmo

ao nos defrontarmos como indivíduos e pesquisadores com grupos e situação aparentemente mais exóticos ou distantes, não estejamos sempre classificando e rotulando de acordo com princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados (VELHO, 2013, p.74).

Cabe ao observador estranhar o familiar, considerando os indivíduos em suas singularidades, percebendo-os como sujeitos de uma rede de significados, como interlocutores, como intérpretes de mapas e códigos socioculturais. É necessário criticar e problematizar as noções e imagens estereotipadas que possuímos ao pesquisar o familiar, não o concebendo como exótico, mas como parte de uma realidade complexa reproduzida pelos códigos pelos quais fomos socializados, sendo crucial a capacidade do pesquisador de confrontar intelectual e emocionalmente as diferentes versões e interpretações do sistema social.

Com o uso da observação participante, o antropólogo experiencia um convívio prolongado com os grupos sociais distintos do seu, estranhando os fenômenos sociais de acordo com as vivências restritas e particulares do pesquisador, sendo possível experimentar outras culturas devido à diferenciação da sociedade. Logo, é importante discutir a lógica da especificidade da experiência de um sistema cultural particular, já que a vida social e cultural se dá em múltiplos planos e realidades que podem se tangenciar, se cruzar ou se manter paralelas a outros, plenos de significados (VELHO, 2013).

Magnani (2002), por sua vez, propõe uma etnografia “de perto e de dentro” da cidade contemporânea, sendo um desafio não percebê-la de forma fragmentada, apreendendo padrões de comportamento de conjuntos múltiplos e heterogêneos de atores sociais cuja vida transita pela cidade e estabelece encontros nas mais diferentes esferas desta. Ao defender uma antropologia na cidade, busca-se uma imersão na comunidade estudada dentro de uma grande metrópole, a fim de identificar regularidades e padrões de comportamentos dos atores sociais, considerando o espaço em que interagem e o uso que fazem deste. Em seu trabalho, Magnani (2007) enfatiza o uso do espaço pelos jovens e seus comportamentos na cidade. Com esse método, estabelece categorias como pedaço, mancha, trajeto e circuito, a fim de auxiliar estudos na área, categorias estas que sejam usadas como instrumentos de trabalho, que se adaptem, se ampliem, que se encolham, que sejam testadas e experimentadas de acordo com a construção da pesquisa (MAGNANI, 2012).

3.1.1 Outros Olhares Possíveis do Fazer Etnográfico

Frente a essa construção teórico-metodológica, venho destacar alguns autores que têm problematizado a etnografia interpretativa, desenvolvendo uma prática pós-moderna. Foi com *Writing Culture* (CLIFFORD, 1986), livro que resultou de um seminário realizado nos Estados Unidos em 1986, que se abriram outras dimensões para a pesquisa etnográfica, na tentativa de promover uma desdisciplinarização da Antropologia. Considerando o etnógrafo como a mão que escreve, encontra-se o lugar das dimensões poéticas e políticas no processo de escrita, num processo em que se mistura o gênero literário e acadêmico. Ao destacar que a etnografia está situada entre poderosos sistemas de significação, percebe-se essa metodologia como fenômeno emergente e interdisciplinar, podendo ser considerada como uma forma de arte, uma ficção, devido à construção artesanal de sua escrita, ao uso habilidoso de artifícios textuais, ou ainda à criação de algo fabricado, inventando coisas que não são realmente reais, sendo parciais, uma visão da realidade.

Frente às relações de poder e pressões históricas, a Antropologia passa a se reposicionar quanto ao objeto de estudo, com uma mudança conceitual importante para novos estudos. Por que estudar do topo da montanha, a fim de mapear os modos de vida humana e os padrões de comportamento pelo quais se representam? Neste sentido, percebe-se que os modos de vida humana cada vez mais influenciam, dominam, traduzem e subvertem um ao outro, cuja análise cultural depende dos movimentos de poder. Com esses questionamentos, passa-se a explorar novas possibilidades de escrita, a etnografia passa a explorar novos espaços, se repatriando e reconstruindo através das forças em jogo (CLIFFORD, 1986). Não se busca mais a verdade com esse método, compartilha-se a visão de uma etnografia complexa, problemática, parcial, transformando-a em uma atividade textual híbrida que atravessa gêneros literários e disciplinas teóricas diversas. A etnografia torna-se um fenômeno interdisciplinar emergente.

Clifford (1992) ainda discute a autoridade etnográfica frente ao trabalho de campo, cuja técnica da observação participante desafia os etnógrafos a experimentar o campo de maneira pessoal, intensa, num exercício intelectual e corporal, num trabalho sensitivo cuja análise científica é feita a partir uma complexa subjetividade. A escrita realizada sob a tarefa de traduzir a experiência na forma textual é um processo complicado devido à ação de múltiplas subjetividades e construções políticas presentes. É preciso garantir a visibilidade da polifonia do campo, em que o etnógrafo tem sua linguagem afetada por outras subjetividades

e por ressonâncias contextuais específicas, de um processo dialógico em que os interlocutores negociam uma visão compartilhada, sendo quem escreve apenas um interprete literário.

Caiafa (2007), em suas aventuras das cidades, pensa a pesquisa etnográfica como um tipo de investigação e um gênero de escrita, ao mesmo tempo que caracteriza a pesquisa etnográfica como um trânsito de multiplicidade. Afinal, tanto no campo como no texto, ao compartilhar nossas experiências, devemos estar disponíveis para a experiência singular e a experimentação da escrita, sempre recontando o que vimos e ouvimos assim como o que nos foi dito, numa atividade coletiva, engajando-nos numa atividade criadora, com a sua singularidade.

Em crítica à antropologia interpretativa, Caiafa (2007) enfatiza a necessidade de uma etnografia dialógica ou polifônica, a fim de evitar cometer erros quanto à recusa da perspectiva histórica, à tendência generalizante, totalizante, simplificadora, redutora da vida social, aos perigos da identificação ao se apoiar no reconhecível. A pesquisa etnográfica deve dar voz aos informantes, experimentar um estilo não cristalizado de escrita e estar aberta à experiência, à viagem, ao estranhamento, à desfamiliarização, de maneira a produzir agenciamentos de subjetivação.

...no trabalho de campo há uma produção subjetiva que pode ser tanto mais interessante para os objetivos da pesquisa quanto o etnógrafo se deixe ingressar nos acontecimentos, se afastando das armadilhas da identidade, em suas diversas formas. Para que a pesquisa se realize, o etnógrafo precisa deixar-se afetar. (CAIAFA, 2007, p. 156)

Sendo uma pesquisa qualitativa, que lida com a produção de dados diversos, e que mobilizam diversos sentidos, é importante levar em consideração as impressões e informações dos encontros no campo, utilizando o diário de campo como um recurso central da atividade etnográfica, ao registrar as impressões da pesquisadora, os detalhes da experiência vivida. Vivenciando um trabalho de campo intensivo, similar aos viajantes, assumo uma postura aberta às diferenças, com vistas a compartilhar as experiências e elaborar este texto a partir de uma produção coletiva, conforme nos provoca Caiafa (2007) quanto à pesquisa etnográfica. Como atividade de campo, é necessário se permitir experimentar, num processo de observação participante, na condição de observar-participar, estando lado a lado e de forma atuante, tomando cuidado de não me distanciar dos acontecimentos, ao mesmo tempo que se avalia o risco da proximidade e identificação. Esses cuidados têm como intuito garantir o olhar à singularidade do outro e o processo de estranhamento necessário na produção do

encontro frente à disponibilidade de se deixar afetar, acompanhando os processos envolvidos, compondo uma postura ética cartográfica.

3.2 ÉTICA CARTOGRÁFICA

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (...) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 22)

Frente à perspectiva etnográfica com que trabalho, associa a uma ética cartográfica, a uma ética da multiplicidade, uma ética rizomática. Deleuze e Guattari (1995a) formulam a cartografia como princípio metodológico do rizoma, em contraponto ao decalque, à fotografia estática, abrangendo múltiplas possibilidades de composição. Nesse rizoma, as linhas de força se cruzam constantemente, ora se superpõem, ora seguem seu caminho, ora são interrompidas. E é neste movimento que surge a cartografia, num movimento de experimentação, na composição num mapa amplo, sendo necessário dar ênfase à processualidade na construção de novos meios de entender.

Rolnik (1989) aponta o antiprincípio extramoral da cartografia, uma atitude do cartógrafo de se deixar afetar pelo vivido, de forma a redefinir seu olhar nos encontros, nas paisagens em formação. Mergulhando na geografia dos afetos, habita os territórios existentes, ciente do seu grau de abertura ao sensível, “com um desafio constante ao considerar a coexistência vigilante entre a macropolítica e a micropolítica, complementares e indissociáveis na produção da realidade psicossocial (ROLNIK, 1989, p. 69)”.

A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto de pesquisa, o pesquisador e seus resultados (PASSOS; BARROS, 2009, p.17)

Pimentel e Fares (2011) apontam que métodos cartográficos incorporam traços da etnografia ao considerarem a diversidade de representações simbólicas dos sujeitos da pesquisa. Enquanto a atenção do etnógrafo está no “entre-lugar” da observação, a cartografia busca pistas na experiência e nos agenciamentos para compor novos mapas, sendo possível compor uma prática de pesquisa aberta, acompanhando o cotidiano e habitando territórios,

num processo de imersão no campo e de afetação nos encontros com o outro. Barros e Kastrup (2009) afirmam que a pesquisa cartográfica se aproxima da pesquisa etnográfica, fazendo uso de suas técnicas de pesquisa, como a observação participante, estando junto, observando e participando dos acontecimentos e agenciamentos. Assim, cabe à cartógrafa “desenhar a rede de forças a qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS; KASTRUP, 2009, p.57).

Andrade (2009) afirma a cartografia como aquela que busca mapear o momento presente e singular, mapear o campo de forças que acompanha determinada situação, que surge entre as coisas, entre os encontros. Para compreender a complexidade deste momento, é preciso considerar a cartografia feita deste encontro, que abarca o inusitado, como prática de pesquisa suja, implicada, distante do ideal da pesquisa positivista, neutra, limpa (COSTA, 2014). Cartografar é conhecer-fazendo, é estar num território, disponível e aberto para enxergar o movimento, o processo, o seu encontro com as coisas. É importante assumir a cartografia como atitude de pesquisa, em que a cartógrafa atua diretamente com a matéria a ser pesquisada, sem saber os efeitos e itinerários a serem percorridos.

Ao experimentar os espaços em que o *Colaí* atua, ao habitar tais espaços, promove-se um engajamento afetivo e receptivo de modo a conhecer os interlocutores (ALVAREZ; PASSOS, 2010). Assim, a cartógrafa-aprendiz deve acompanhar os processos, de modo a se permitir experimentar, promovendo a implicação da aprendiz-cartógrafa para que consiga “saber com” em vez de “saber sobre”. Promove-se um mergulho na experiência, no campo de pesquisa, num território que vai se tornando próprio, constituindo um mundo comum. Desse modo, uma observação participante se torna um ato de participar dos eventos de maneira que se renuncia aos pontos de vista preconcebidos, de se deixar afetar pelas intensidades compartilhadas e passando a visibilizar as resistências, os jogos, os encontros (AGUIAR; LIMA, 2012).

É importante problematizar a visão de observação participante muitas vezes utilizada nas pesquisas. Passos e Eirado (2009) discutem que a cartografia deve promover uma desnaturalização da realidade do objeto, concebendo-o frente à sua composição, promovendo um rearranjo das fronteiras inicialmente estabelecidas entre sujeito e objeto. Cabe ao cartógrafo estar atento às suas implicações, adotando um olhar de contemplação da coemergência sujeito e mundo, em que não haja separação entre subjetivo e objetivo, a fim de promover uma observação sem ponto de vista, em que o ponto do observador não traga uma

autoridade e dite a representatividade da pesquisa. A cartografia se configura avessa aos princípios unificadores, interpretativos, e aos pressupostos da representação, buscando a produção de uma nova forma de se fazer pesquisa, problematizando os ideais objetivistas e cientificistas, ao acompanhar processos que não conhece de antemão, estando aberta aos imprevistos.

Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, (...) é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial(...). O cartógrafo, assim, vai criando corpo junto com a pesquisa. (POZZANA, 2013, p.336)

Quando afirmo seguir uma ética cartográfica, estou buscando sustentar a minha própria atitude de pesquisa, afirmar uma vinculação com os referenciais teóricos adotados. Com isso, se sustenta uma atitude de abertura para o processo de pesquisa, que parte de questionamentos para seguir um caminho desconhecido, mas que me provoca e desafia, causando problematizações constantes que realçam as múltiplas relações e sentidos presentes. Nesta construção metodológica, estou atenta à postura adotada e aos possíveis perigos associados, buscando construir parcerias com os participantes da pesquisa e estratégias de validação do trabalho realizado com eles. Considerando o trabalho de pesquisa para além da escrita desta dissertação, realizo movimentos a fim de aproximá-los do resultado final, levando o texto para ser discutido e questionado pelos jovens, tornando a sua autoria uma construção coletiva. Ao buscar acessar o plano coletivo das forças, volto meu olhar à minha postura etnográfica, permitindo que este trabalho seja um resultado de experiências singulares vivenciadas no campo junto com os jovens que compõem o *Colaí, Movimento de Cultura*.

3.3 INTERCESSORES: TERRITÓRIOS SUBJETIVOS E O COLETIVO

Considerando a origem da palavra território, *territorium*, é a palavra em latim que deriva do vocábulo terra e significa pedaço de terra apropriado. Pensar sobre território é extremamente complicado porque traz em si múltiplos significados, nas diversas áreas de conhecimento. Aliado a isso, no debate da geografia crítica, Milton Santos (1994) apresenta que o uso do território é o objeto de uma análise social, afinal as formas do território trazem consigo objetos e ações da comunidade que o habita, configurando-se num espaço humano. Carrion e Costa (2010), em pesquisa na região das ilhas em Porto Alegre, destacam que

trabalhar com a noção de território a partir de bases geográficas não é possível nesta região. Devido à grande movimentação de pessoas entre as ilhas, é importante considerar o território da região como uma rede de relações sociais.

Neste sentido, Guattari (1985) apresenta a necessidade de distinção entre os conceitos de espaço e território, já que muitas vezes estão associados entre si. Para ele,

...os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca como a subjetividade que o delimita. (GUATTARI, 1985, p. 110)

É possível associar os territórios relativos ao espaço vivido, em que os seres existentes os articulam e os delimitam de acordo com o sistema em que se sentem “em casa” (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Esses territórios são resultados de subjetivação, projetos e representações que influenciam os comportamentos, ditam os investimentos, são determinados pelos contextos sociais, culturais, estéticos e cognitivos em que a pessoa está associada. Nesses territórios que busco habitar, é importante delimitar o conceito de subjetividade com que estou trabalhando. Guattari (1992) define subjetividade como um

...conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (GUATTARI, 1992, p. 19).

Neste sentido, Ferreira Neto (2011), ao olhar sobre o território subjetivo, percebe que a subjetividade pode ser entendida como emergência histórica de processos, não determinados pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, midiáticos, urbanos, ecológicos que participam de sua constituição e de seu funcionamento. Baseada nos escritos de Guattari e Rolnik (2005), tomo como intercessor o conceito de território subjetivo, entendendo por este tanto o espaço vivido quanto o modo como os sujeitos circulam, se inserem e criam estratégias de relações e de vida nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e afetivos. Muito mais que um conceito voltado a uma lógica dura, representacional, é um construto que nos leva a problematizar a produção de múltiplas subjetividades, que são afetadas pelas experiências e situações vividas nos espaços, tempos e relações estabelecidas.

A constituição de territórios é efeito de movimentos de territorialização e de desterritorialização, processo em que subjetividades, modos de ser e estar no mundo se

atualizam. No momento em que consideramos a subjetividade em movimento, sendo afetada pelos fluxos que perpassam os territórios fixados, promovendo desterritorializações e reterritorializações constantes, concebemos a subjetividade sob uma face sensível, quase como mapas de sensações, não redutível ao indivíduo, mas sim composição de fluxos, de encontros envolvendo pessoas, coisas, discursos, ações, experiências, elementos materiais e imateriais. Um grupo de jovens em ação em determinada comunidade se faz coletivo, constituindo e/ou experimentando territórios, posições-composições que dizem da circulação dos jovens participantes e dos encontros que agenciam. Marcado por processos de subjetivação que permitem olhar para as constituições dos sujeitos a partir dos saberes e poderes constituídos, o grupo de jovens surge no espaço entre as dimensões individuais e sociais, em processo de construção constante, produzindo novos saberes e poderes (BARROS, 2007).

Concebendo que a subjetividade “não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (GUATTARI, 1986, p. 32), é possível perceber a presença de atores políticos, econômicos, tecnológicos, ecológicos e semióticos nessa dimensão subjetiva, destacando movimentos de desindividualização, rompendo com a ideia de que a subjetividade é individual, de pessoa a pessoa. E esses processos de subjetivações são marcados pela disputa de pluralidade de forças, pela multiplicidade e polivocidade, tornando-se impessoal e coletivo. Este coletivo deve ser concebido para além da coletividade localizada no agrupamento de pessoas, conforme destacado por Guattari (1990):

...o termo coletivo deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade desenvolvendo-se para além do indivíduo, do lado do socius, como também aquém da pessoa, do lado das intensidades preverbais, relevando mais uma lógica dos afetos que de uma lógica de conjuntos de bens circunscritos (GUATTARI, 1990, p. 8).

Olhando para coletivos juvenis, Maheirie et all (2012) abrem a discussão afirmando que os coletivos podem se configurar tanto por uma unificação transitória e momentânea quanto pela constituição de grupos organizados. Afirmando que os coletivos são diferentes entre si devido às diversas possibilidades de constituição, conceitua o coletivo como “configurações reais e/ou virtuais que sujeitos estabelecem em determinado contexto concreto, a partir de tempos e espaços que se definem em torno de um tema ou questão” (Maheirie et all, 2012, p. 152). É preciso, com isso, levar em conta o contexto histórico, cultural, político e os processos subjetivos que o constituem.

Assim, esse coletivo, com o qual dialogo como intercessor, deve ser concebido para além de uma visão dicotômica indivíduo-sociedade. É necessário pensar o coletivo a partir da possibilidade de coexistência e indissociabilidade entre a dimensão individual e social nos processos de subjetivação. Escóssia (2014) constrói uma discussão sobre esse conceito a partir das contribuições teóricas de Veyne (1982) quanto à noção de práticas em Foucault e sua filosofia da relação, de que só se conhecem os objetos quando estes estão em relação; da discussão sobre as segmentaridades molar e molecular, flexível e dura, fluxos e linhas, micropolítica e macropolítica de Deleuze e Guattari (1996); e, por fim, das contribuições de Latour (1994) ao conceber a rede coletiva híbrida, mutante, heterogênea, plural, movente, diferenciada, de maneira a ser constituída como uma versão empírica e não dicotômica do rizoma. Esse coletivo é distinto de uma coletividade, de uma ação coletiva, de uma dimensão social.

Ao compreender o coletivo como um plano de forças, pode-se perceber os movimentos ou repousos dentro de uma rede coletiva, num plano relacional em que ocorre a produção de subjetividades. Assim, neste plano coletivo, estão sempre ocorrendo relações, num processo de subjetivação coletiva, sem ser somente individual ou social (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005). Este coletivo pode ser visto nos grupos e na comunidade assim como no plano dos afetos impessoais e no diagrama de forças. Pode ser considerado como um campo de singularidades e intensidades, como uma dimensão transindividual, como plano não totalizável, não substancial e não representacional, como um campo de cruzamento de crenças e desejos, forças que esculpem e modelam o social, e ainda como plano de coengendramento e de criação do indivíduo-meio e do sujeito-mundo, indicando um caminho para a superação das visões dicotômicas.

Ao conceber o coletivo como um plano produtor de mundo e de sentido, este surge como um plano ético-político que se desdobra numa ética coletiva e numa política do comum, do impessoal e das multidões. Aqui destaco que o comum não é dado, não está sempre disponível, é algo que pertence a todos, é algo produzido nas relações. Estar em comum é estar uns com os outros, é estar entre dois. Teixeira (2015) volta-se para as contribuições de Spinoza ao pensar o comum como um conjunto de composições de relações para criar um novo corpo singular, o qual se articula pelas relações subordinadas às partes que o compõem ao produzir o comum, ocasionando a produção de potências. Ao mesmo tempo que se explica o comum a partir das singularidades que surgem das relações com os outros, a constituição do comum articula-se com o reconhecimento com o outro.

Afirmando que o coletivo se torna uma política do comum e das multidões, destaca-se uma concepção de constituição de um mundo comum como um processo de composição de relações e de conexões, constituído pouco a pouco a partir de experiências coletivas. É essas conexões que “fazem funcionar a potência do comum, o que se constitui no próprio ato de constituição da multidão, da comunidade não fusional e não totalizada, e no mundo comum cosmopolítico (ESCÓSSIA, 2014, p. 193)”. Aliada às reflexões de Negri (2005), a produção do comum é realizada a partir de uma atividade produtiva de singularidades que compõem a multidão, um conjunto de singularidade cooperante, definida pela sua multiplicidade de ação com o potencial coletivo.

É importante destacar aqui a opção teórica quanto ao estudo deste coletivo frente à postura ética cartográfica adotada, não o considerando apenas a partir das suas ações coletivas concretas, as ações de coletividades, e sim a partir de um plano relacional, impessoal, em que se passa a dar visibilidade aos acontecimentos, sendo apreendido a partir do plano das formas e das forças. Escóssia (2009) nos ajuda a pensar numa política do coletivo como “uma experiência coletiva permanente de problematizações, identificações de perigos e escolhas ético-políticas”, de maneira a perceber este coletivo no plano de imanência de produção de subjetividade nos territórios subjetivos. A noção de agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) parece dar suporte a essa política do coletivo. Não se trata de coletividade, mas sim da composição entre elementos heterogêneos, encontros entre corpos de natureza diversa, materiais e imateriais, diferentes máquinas de expressão que se agenciam.

Operar com essa noção de coletivo, problematizando a construção de territórios subjetivos em práticas de um grupo de jovens, nos força ao tensionamento do próprio modo de olhar, escutar e adentrar no campo. Não se trata de observarmos os jovens nas suas individualidades ou apenas nas suas interações, nem recortarmos descritivamente suas atividades; tentaremos, ao acompanhar o *Colaí*, cartografar processos, desenhando a composição das forças que constituem tal experiência.

4 PASSOS DA PESQUISA

Nossa Porto Alegre. Seja bem-vindo à capital dos gaúchos! Cidade de muitas faces e múltiplas culturas, Porto Alegre tem em seu DNA o espírito democrático que acolhe, que busca a inclusão social e estimula a participação de seus cidadãos na construção de sua história. Uma corrida no Gasômetro, na contraluz do vermelho do pôr do sol. Mate no Parque da Redenção. Caminhada no Parcão. O viaduto Otávio Rocha, perfeitamente simétrico, engole a luz dos carros que cortam a velha Avenida Borges de Medeiros à noite. Um barco costeia o Cais do Porto, enquanto jovens confraternizam nos bares da Cidade Baixa e senhoras compram peixes no Mercado Público⁹.

De Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado localizado no sul do Brasil, muito pode se falar. Cidade envolta pelo lago Guaíba, apresenta muitas características, algumas destas contraditórias, até a imagem “vendida” pela prefeitura da cidade. Com o Centro Histórico localizado às margens do Guaíba, a cidade se expande para o sul, norte e leste. No Guaíba, ponto turístico pouco aproveitado, é possível ver algumas ilhas, pedaços de terras, ocupadas e não ocupadas pela população. Porto Alegre se liga a elas por uma ponte, e é por esse caminho que sigo nesta pesquisa, almejando chegar à região das ilhas.

Quando alguém decide sair do centro de Porto Alegre em direção à Ilha da Pintada, há duas opções quanto ao transporte: uma linha de ônibus ou de carro, seja de carona, táxi, táxi clandestino, seja com seu carro próprio. Nos finais de semana há um barco turístico, que sai do Gasômetro, mas ele não tem permissão para ser usado como meio de transporte para os moradores da região, devido a licença pública vinculada a atividades turísticas. Saindo do Centro, é possível ir pelas ruas da cidade, pela Avenida Farrapos, ou por uma avenida expressa até a Ponte do Guaíba, como é conhecida pelos porto-alegrenses, sob a imagem do vão móvel.

Ao acessar o complexo rodoviário da Ponte do Guaíba, é necessário seguir a estrada, passando pela Ilha do Pavão (onde se veem postos da Polícia Rodoviária Federal meio abandonados, meio ocupados pela população), seguindo pela Ilha dos Marinheiros (onde encontramos uma grande quantidade de casas e conseguimos ver um grande posto de saúde) e, por fim, seguindo pela Ilha das Flores. A estrada na Ilha das Flores é ladeada por uma grande parede de árvores, com casas de madeira escondidas entre elas. Percebe-se que a estrada foi construída num percurso elevado, porque de ambos os lados há um significativo

⁹ Descrição da cidade no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/?p_secao=3>.

desnível de terra. Segue-se por baixo de uma passarela, mas vemos pessoas atravessando na “faixa” pela estrada, entre os carros e caminhões. Nesse caminho, é possível perceber diferenças entre as ilhas pelas quais se passa. No entanto, constituem-se como comunidades pobres, com casas de madeiras, casebres, puxadinhos, sem muita infraestrutura.

Quando chegamos ao final da Ilha das Flores, vê-se uma grande ponte, a mais alta até agora, a ponte sobre o Rio Jacuí, que demarca que já se está quase chegando à Ilha da Pintada. No início da ponte, uma placa que muitas vezes passa despercebida indica o limite municipal entre Porto Alegre e a cidade de Eldorado do Sul. Logo na descida da ponte, sem sinalização aparente, há uma saída à direita, em que se segue para chegar à Ilha da Pintada, por uma pequena estrada, ladeada por árvores e banhado. Com casas de madeira, similares às das outras ilhas, segue-se uma estrada até uma rótula, que indica o caminho para a Ilha da Pintada, o retorno para Porto Alegre e as indicações sobre as partes nortes e sul do bairro em que estamos, chamado Picada, da cidade de Eldorado do Sul. Seguindo em direção à Ilha da Pintada, passando por debaixo da ponte do Jacuí, a paisagem começa a se alterar, há comércios, uma escola, um posto de saúde e casas diferenciadas. Na margem do rio Jacuí, à direita, começam a aparecer muros altos, com casarões protegidos por grandes portões, e, à esquerda, casas mais discretas, em meio ao comércio local, algumas de madeira, algumas com dois andares, algumas com puxadinhos. A diferença entre um lado e o outro da estrada é desconfortante, de maneira a demonstrar uma desigualdade social. Segue-se a estrada, cheia de quebra-molas, com cachorros, gatos, vacas e cavalos em sua extensão, com pessoas andando pela própria estrada, já que não há calçadas por toda a extensão.

Ao final da estrada, chega-se a uma pequena ponte, a qual, sem alarde, demarca o limite territorial da Ilha. Aqui, voltamos para Porto Alegre, chegamos à Ilha da Pintada. A partir dessa ponte, segue-se a rua principal, denominada Capitão Coelho, com algumas casas grandes à beira do rio, mas que não se comparam com as casas que já se passaram. Nessa rua, asfaltada e com árvores grandes e antigas por toda a sua extensão, passamos por uma igreja, um salão paroquial, uma escola estadual, uma praça, até chegarmos a uma rotatória. Dessa rotatória, é possível seguir por uma rua à esquerda (a beira do Guaíba), ao centro (a rua principal), ou à direita.

Seguindo à direita, passamos por duas quadras e chegamos ao final da rua. Há comércios, locadora, uma peixaria e um antigo Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Ao final da rua, seguimos em direção ao bairro e encontramos uma escola de educação infantil. No

entanto, a rua não tem saída, e a única opção é voltar à esquerda, chegando novamente à rua principal.

A rua principal, no centro da rotatória, Rua Presidente Vargas, segue asfaltada em toda a sua extensão, com as paradas da linha de ônibus em sua extensão, com saídas para outras ruas e becos, passando por uma escola particular de ensino infantil e fundamental, uma farmácia, um posto de saúde, uma escola estadual de ensino fundamental, um comércio com um caixa 24 horas. Segue-se por essa rua até o prédio que parece abandonado, em que se lê Rádio Guaíba, com uma grande antena de transmissão, construída sob alicerces para evitar danos com eventuais enchentes. Após a rádio, a paisagem tem outras características, com casas mais simples, com uma ONG que promove um Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE) conveniado com a prefeitura, com serviços de lavar carros e alguns comércios. Ao chegar ao final da rua, encontramos um estaleiro, que se une à rua à esquerda, à beira do rio, e segue um caminho até uma pequena ponte. Essa ponte demarca a Ilha Mauá, que faz parte do território físico da Ilha da Pintada, mas que, no entanto, por haver uma conexão via ponte devido a uma entrada do rio, a população desta se considera outra ilha, a Ilha Mauá. Ao lado dessa ponte, há um espaço grande para os ônibus manobrem, tendo em vista que ali se encontra o final da linha.

A rua que segue pela esquerda na rotatória, a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, acompanha a margem do rio, sem que haja casas junto ao rio. Ao seguir a rua, percebe-se que grande parte dela está asfaltada, com alguma calçada na rua, com carros estacionados, com pessoas caminhando pelo meio da rua. Na margem do rio, há barcos, alguns deques, dos mais simples a alguns mais chamativos. Passamos por casas, marinas, igrejas, comércios e, aos poucos, a rua vai se estreitando. Não há mais o asfalto. As casas agora são mais humildes, suspensas em alicerces para o caso de enchentes, e então chegamos à Rádio Guaíba. Na Rádio, encontra-se com a rua principal para seguirem caminhos distintos logo em seguida, e nesse trecho se percebe grande diferença: a rua não possui asfalto, não tem saneamento, as casas parecem mais simples, seguindo em toda a sua extensão. Perto do estaleiro, encontramos um deque e uma parada, feitos pela prefeitura para eventual transporte via Catamarã, um projeto de transporte marítimo defendido pela comunidade e que se encontra parado na prefeitura devido aos trâmites burocráticos e legais.

Dessa imagem, compreendem-se algumas características da Ilha da Pintada, em que no início há uma espécie de centro, junto à praça da comunidade, onde há uma classe média mais estabelecida. Quanto mais adentramos na Ilha, mais próximos chegamos da Ilha Mauá, e

as características se alteram. Há com isso uma divisão implícita da comunidade, que às vezes aparece de forma clara entre as populações das chamadas “ilha de cima” e “ilha de baixo”. Essa divisão é marcada pela divisão territorial marcada pelo prédio da Rádio. Ficam claras algumas características da divisão: na parte de cima da Ilha, encontra-se o centrinho da comunidade, com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Ensino Médio Almirante Barroso; na parte de baixo da Ilha, temos a Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde e alguns comércios. Essa rivalidade também está presente entre a população escolar de ambas as escolas da comunidade.

4.1 ILHA DA PINTADA

Para introduzir esta discussão para além da construção histórica, realizo um exercício descritivo e etnográfico de criar uma imagem do campo de pesquisa com este texto. Uma imagem que apresenta uma visão do trajeto para se chegar à comunidade estudada. Uma imagem que apresenta a sua historicidade ao mesmo tempo que dialoga com a construção do passado. Uma imagem que apresenta a comunidade da Ilha da Pintada num território material, espacial, enfim, uma paisagem complexa. Com essa imagem construída, é importante localizar o campo de pesquisa frente a Porto Alegre, afinal, essa imagem deve dialogar com outros contextos para que se compreenda o lugar estudado.

Figura 2 - Mapa de Porto Alegre com destaque para a Ilha da Pintada



Fonte: <http://geossistema.blogspot.com.br/2012/02/mapa-turistico-de-porto-alegre.html>

Tendo feito uso de instrumentos etnográficos no início deste capítulo, descrevendo o lugar estudado em detalhes, considero importante analisar um mapa com a caracterização espacial deste. Na Figura 3, apresento o acesso à Ilha da Pintada, destacando-o em amarelo, e o centro da cidade com um ponto azul. A linha azul-claro demarca um curso de água que serve como divisa entre a cidade de Eldorado do Sul e a Ilha da Pintada, em Porto Alegre.

Figura 3 - Mapa do Bairro Arquipélago com vias terrestres destacadas em amarelo



Fonte: <http://s1153.photobucket.com/user/reneilhadasflores/media/Map/Passeiodebarco-caminho.png.html>

Por apresentar topografia favorável, a Ilha da Pintada foi a primeira ilha a ter ocupação urbana. Não se sabe ao certo o porquê do nome Ilha da Pintada, porém várias versões se mantêm vivas na comunidade: “a casa pintada”, “a mulher pintada”, “a onça pintada”, “os peixes pintados”. Seja pelas casas pintadas dos açorianos, que chamavam a atenção dos barqueiros, seja pela mulher com pinturas espalhadas pelo rosto e corpo, que era líder de uma tribo de índios, seja pela abundância do peixe pintado que existia na região, seja pela onça pintada que se escondia nos matos, o que se sabe é que essas histórias permanecem vivas na comunidade.

Localizada na cidade de Porto Alegre, a Ilha da Pintada compõe o bairro Arquipélago com outras 15 ilhas, oficializado como bairro desde 1959. Destas 16 ilhas, apenas 4 são ocupadas: a Ilha do Pavão, a Ilha Grande dos Marinheiros, a Ilha das Flores e a Ilha da Pintada. A Ilha da Pintada é uma espécie de centro do Arquipélago. Formado por banhados, as ilhas apresentam mata nativa protegida pelo Parque Estadual do Delta do Jacuí, que engloba mais de 30 ilhas. As partes habitadas são consideradas Zonas de Ocupação; as partes não habitadas, Áreas de Preservação Ambiental. Com a criação do Parque Estadual, o governo assume o desafio de evitar a degradação ecológica e disciplinar a ocupação da região (PECK *et al.*, 2009). Justificado pela necessidade de se preservar considerável área verde próxima a Porto Alegre e manter a qualidade das águas, o Parque surge como uma medida de proteção contra as cheias, na manutenção da produção de pescado e opção de lazer à população num ambiente natural.

As ilhas são circundadas pelas águas dos rios Jacuí, Caí, Gravataí e Sinos e pelo lago Guaíba, ligadas à cidade de Porto Alegre pela construção da Travessia Régis Bittencourt, em 1958, e pelo complexo rodoviário da BR 116-290. Conhecida como a Ponte do Guaíba, foi constituída uma ligação terrestre entre o centro de Porto Alegre e as ilhas, o que antes era feito apenas por meio de transporte fluvial. Gorczewski e Soares (2014) olham para o bairro Arquipélago de Porto Alegre frente às especificidades e complexidades de sua ocupação. Por sua configuração geográfica, é isolada, esquecida e segregada do contexto da cidade, sendo necessária a busca de formas de fortalecimento da experiência coletiva.

Com ocupação anterior a esse complexo rodoviário, há indícios de ocupação por populações de origem indígena desde o século XVI. Aos poucos, a coroa portuguesa foi concedendo terras para pessoas que não eram beneficiadas com grandes latifúndios, com registros datados desde 1773. Assim, índios, lavradores, negros e descendentes de escravos, desertores do exército e pequenos comerciantes foram os primeiros a povoar as Ilhas, seja pelas doações de terras ou pela simples posse do espaço (GOMES *et al.*, 1995).

No século XIX, as ilhas abasteciam Porto Alegre com seus produtos agrícolas e oriundos da pesca, além de propiciar trocas de experiências e de vivências. A pesca se tornava a principal atividade dos ilhéus, principalmente na Ilha da Pintada, onde foi criada a Colônia dos Pescadores, em 1921, a fim de proteger, reger e fiscalizar as atividades pesqueiras. A importância e a necessidade de barcos, tanto para a pesca quanto para o transporte fluvial, fizeram surgir uma mão de obra naval qualificada, com o estabelecimento de estaleiros, que desempenharam importante papel nas atividades econômicas da Ilha. Até metade do século

XX, não havia carros nas ilhas, que foram introduzidos a partir da construção das pontes e estradas a partir de 1952, diminuindo o uso do transporte fluvial, principal meio de transporte até então.

Aliado a isso, com o declínio da pesca artesanal, foram sendo desenvolvidas outras atividades econômicas, voltadas para o turismo, comércio e serviços (BRANCO FILHO, 2010). Atualmente o estaleiro remanescente na Ilha só realiza atividades de reparo de embarcações e pequenas fabricações, ao mesmo tempo que a Colônia de Pescadores Z-5 tornou-se uma espécie de sede da comunidade, buscando manter as tradições da comunidade, incentivando a gastronomia local e as iniciativas de artesanato em escama de peixe. Com população próxima a 4.000 habitantes¹⁰, é composta por 3 Unidades de Desenvolvimento Humano¹¹, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, associada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil.

Com uma ocupação consolidada e tradicional, possui uma infraestrutura social e comercial urbana, com a sede de um Centro Administrativo Regional da Região das Ilhas (CAR-Ilhas), escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, cooperativas e associações, restaurantes, comércios e mercados, casas de artesanato, farmácia, posto de saúde, instalação de energia elétrica, fornecimento de água encanada, transporte coletivo. O CAR-Ilhas é o direto representante da prefeitura nas ilhas, com quadro funcional reduzido, composto principalmente por pessoas em cargo de comissão, de acordo com o governo municipal, a fim de gerir as demandas da comunidade no OP.

De acordo com Maio (2006), a Ilha da Pintada apresenta um modo de vida que lembra uma cidade do interior com as profundas ligações com a pesca artesanal, apesar de estar situada na capital. Mesmo com forte ligação com as águas do rio, quase a sua totalidade de ruas está pavimentada; configura-se como um espaço residencial, sem edifícios, com características de uma pequena cidade do interior. Ainda, em 2015, foi inaugurado um museu de rua, com exposição permanente, cuja ideia é apresentar a memória do bairro em painéis instalados em 14 pontos históricos da Ilha. Idealizado por uma moradora, buscou parceria

¹⁰ De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010.

¹¹ As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) são áreas dentro das regiões metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A homogeneidade socioeconômica é o que define os limites das UDHs, que são formadas a partir da agregação dos setores censitários do IBGE.

com a UFRGS, para tornar possível este resgate e mergulho da história num percurso pelas ruas da comunidade.

Araújo (1998) apresenta a Ilha da Pintada como um bairro residencial, calmo, em que quase todos se conhecem, em que os moradores se sentem ao mesmo tempo porto-alegrenses e “pintadenses” por terem um duplo sentimento de pertencimento, à cidade e à comunidade. Os moradores mais jovens, ao conhecerem novas pessoas da comunidade, tendem a se identificar pelo parentesco ou pela localização de moradia, devido à familiaridade da população. Também a autora distingue modos de sociabilidade e atividades entre os homens e mulheres. Associa aos homens a pesca e o lazer, e as mulheres à casa e ao cuidado com os filhos, o que demarca uma comunidade com características machistas.

É possível perceber que a comunidade se sente esquecida pela cidade, estando desligada da malha urbana de Porto Alegre. Pensando a cidade como lócus privilegiado de produção de subjetividade (BERRI; ZANELLA; ASSIS, 2015), é necessário refletir sobre a posição que a comunidade da Ilha ocupa na relação com a cidade. Considerando que há diversos modos de perceber a cidade, cada pessoa percebe de seu jeito, cabendo o cuidado de compreendê-la em sua complexidade, sem a reduzir. Possuindo uma ampla rede de circuitos e interações sociais em sua trama, a cidade é construída por uma complexa rede dinâmica do social e têm presentes diversas vozes, múltiplas vivências e experiências, diferentes condições sociais, culturais e econômicas, assim como os mais diferentes modos de ver, ouvir e sentir.

Consideramos as cidades como habitadas, polissêmicas, polifônicas, sendo constituídas pela manifestação dos territórios de vida do ser humano. A cidade possui diversas possibilidades de singularização, que trazem em si uma relação íntima e indissociável entre os sujeitos e o espaço, entre a cidade e a subjetividade (ZANELLA *et al.*, 2012). Assim, pensando que a cidade é formada pelas pessoas e suas histórias, e tem a sua memória marcada nos corpos de seus habitantes (BAPTISTA, 1999), o esquecimento sentido pela comunidade é reflexo do isolamento que experimentou até a construção do complexo rodoviário. Até então, muitas pessoas não conheciam a cidade de Porto Alegre, devido à dificuldade do acesso hídrico ao centro de Porto Alegre.

Com a crescente valorização do espaço urbano, a ocupação nas ilhas tem ocorrido de maneira desordenada, por pessoas de classe baixa e de classe alta, tornando-se cada vez mais povoada, com o ingresso de moradores sem relação com a comunidade. Os espaços de lazer

vêm sendo ocupados, casas foram construídas nos antigos campos de futebol, mantendo-se apenas a praça em que se situa o CAR-Ilhas, ao lado de uma das escolas.

Pensando no processo de expansão das cidades brasileiras, que teve como característica a falta de um método e de regulamentação, coincidindo com a expansão da indústria automobilística, é importante demarcarmos que um aspecto crucial para a cidade é a circulação. Caiafa (2007) pensa na aventura própria da cidade, uma experiência expandida pela diferença e alteridade, pela abertura subjetiva advinda da mistura urbana que a compõe. A cidade reúne um fluxo constante de pessoas diferentes, estranhos e desconhecidos, promovendo oportunidades atrativas a estrangeiros, sendo um lugar de encontro, de permanência, de configuração local. Constitui-se como exterioridade, exposição, público, acolhendo estrangeiros numa experiência de alteridade e transformação, a partir de um investimento constante de diferença e singularização. Apresenta fluxos que se territorializam e desterritorializam, que produzem marcas constantemente redistribuídas em seu espaço, afinal a cidade não cessa de ser atravessada por momentos, pontos de conexão ou convergência de trajetórias. Marcada pelo inesperado, pelo imprevisível, a cidade se constitui, assim, a partir desta diferenciação entre seus habitantes, como um regime singular de integração local, espaço de exterioridade.

As ilhas parecem viver esse processo de expansão da cidade de Porto Alegre com certos paradoxos: maior proximidade do centro, mas marginalizada como periferia; maior acesso aos recursos da cidade, menos investimento nos recursos locais; maior mobilidade, menor circulação. Com poucos espaços de lazer e de convivência de uma comunidade cada vez mais povoada, a sensação de segurança foi sendo perdida com a ocorrência de alguns roubos e a crescente presença das drogas e armas na comunidade. Muitas famílias passam a evitar a praça e o espaço público e se resguardam em suas casas, retirando-se da experiência da alteridade, da diferença, do imprevisível.

4.2 COLANDO-ME AO COLAÍ

Diante dessa caracterização do espaço físico da pesquisa, da comunidade da Ilha da Pintada, reflito sobre a minha entrada em campo. Inicialmente procurei grupos de jovens no centro de Porto Alegre, mas nem sempre fui acolhida ou não obtive respostas; fui então me

aproximando do *Colaí, Movimento de Cultura*, que conheci pelo *Facebook*, quando amigos e primos confirmavam presença nos eventos realizados na praça da comunidade.

Entrei em contato com o *Colaí* e marquei uma reunião com um integrante do grupo no centro comunitário. Peguei-me pensando o que seria o centro comunitário, porque até o momento sabia que a comunidade não tinha uma associação e não conhecia nenhum espaço desse tipo. Na reunião, que ocorreu num anexo da prefeitura na praça da Ilha, me foi explicado que o prédio foi construído para ser um centro comunitário; porém, como não havia associação reconhecida, a prefeitura não teria para quem passar o prédio, ficando sob a responsabilidade do CAR-Ilhas. O prédio branco e com aparência malcuidada é apelidado pela comunidade como elefante branco por ter sido construído com alto custo sem ter sido fiscalizado. Foi construído na tentativa de diminuir o espaço ocioso da praça, que estava sendo utilizado para o consumo de drogas. Em seu interior, há divisórias e aparenta estar meio em construção ainda, sem que esteja finalizado, com problemas no teto, sem forro. O CAR-Ilhas cede o espaço para comunidade de acordo com o solicitado, acontecendo neste prédio as reuniões do Fórum do Orçamento Participativo (FROP) da região das Ilhas, o Pró-Jovem, atendimentos da assistência social e qualquer atividade solicitada pela comunidade. No entanto, não tem sido muito utilizado e está vazio e fechado muitas vezes. Havia o projeto de abrigar uma cozinha comunitária, sendo construída a fundação para uma cozinha, porém o mesmo nunca saiu do papel. O *Colaí* possui uma sala neste prédio, para armazenamento de materiais e realização de suas reuniões.

Nesse primeiro contato, conheci um participante, que se apresentou como presidente do *Colaí*. Questionei-o sobre a organização do grupo, e ele me explicou que eles se reúnem uma vez por semana, à noite, das 22h às 00h. Ele tem o cargo de presidente por questões burocráticas da Prefeitura, que solicita ofícios referentes às atividades e eventos organizados pelo grupo. Expliquei a ele os objetivos da pesquisa, que buscava pesquisar um coletivo de jovens que realizasse ações de ocupação no espaço público, naquele momento, e tinha a intenção de participar de suas atividades. Ele me apresentou um pouco da sua história e como eles se organizavam. Explicou-me que o *Colaí* surgiu em outubro de 2012 da iniciativa de um grupo de amigos que queria se reunir nos domingos à tarde, no final do mês, e fazer ações voltadas à juventude da Ilha como alternativa ao consumo de drogas, ocupando a praça da comunidade, que estava abandonada até então. Queriam participar de um projeto social na Ilha, a fim de contribuir com a comunidade em que cresceram, de maneira a produzir bons exemplos a serem seguidos, novos porta-vozes para a juventude da Ilha, que muitas vezes não

teria espaço e encontrava-se abandonada. Explicou o nome do coletivo, proposto na tentativa de atrair a comunidade, no sentido de que todos se colassem, se somassem às ações promovidas. Disse que levaria minha proposta de pesquisa ao grupo para que este decidisse se eu poderia fazer a pesquisa ou não.

Ao mesmo tempo que elaborava o projeto de pesquisa, refletia sobre a escolha de realizar a pesquisa com o *Colaí*. Conhecia a comunidade, cresci nela e tinha grande família que lá morava, o que me garantia certa facilidade de pesquisa com eles. Porém, esta escolha não foi sem receios. Receios por minha segurança, com reuniões de noite na praça da comunidade, receios por pesquisar a comunidade em que cresci e em que minha família vive, receios devido a preconceitos que a minha família tinha. Mesmo sendo moradora da comunidade, nem sempre estive envolvida no seu dia a dia, não conhecendo as pessoas que compunham o coletivo.

Com a resposta positiva, comecei a participar do *Colaí*, frequentando as reuniões semanais e ajudando nas ações promovidas pelo grupo, a fim de conhecê-lo melhor e avaliar a possibilidade da realização da pesquisa. Notei uma mudança das primeiras reuniões que acompanhei para as demais, tendo em vista que nas primeiras reuniões eles não sabiam que eu tinha família na comunidade, achando que eu era apenas mais uma pesquisadora da UFRGS que ia fazer pesquisa com eles. Quando os questioneei sobre essa fala, me informaram que outras pesquisas foram realizadas na Ilha, pelo que eles sabiam, mas que nunca tinham retorno das mesmas, que “o pessoal da UFRGS” só ia lá, fazia a pesquisa e depois desaparecia. Enfatizei garantias de que esta pesquisa não seria como as demais, que, sendo moradora da Ilha, queria apenas pesquisar sobre os processos que estavam envolvidos nas ações que eles desempenhavam. Após essa conversa, e com os participantes sabendo de quem eu era parente na comunidade, já que conheciam meus tios e primos, as reuniões se modificaram, as ações e os discursos tornaram-se mais espontâneos, como se antes houvesse um filtro das conversas na minha presença.

Neste primeiro momento, o *Colaí* era composto por um grupo de 10 homens, com idades variando dos 18 aos 35 anos, ensino médio completo, alguns com ensino técnico ou cursando ensino superior. Todos eram moradores da comunidade e trabalhavam no centro da cidade, em comércios e escritórios. Nenhum tinha participado de projeto social antes, porém eram interessados e envolvidos no desenvolvimento da comunidade. Tinha havido algumas mudanças recentes no grupo, com alguns membros saindo e outros entrando e assumindo algumas novas atividades. Antes da minha participação, a constituição do grupo que criou o

Colaí já tinha sido diferente, com pessoas que também eram mobilizadas com alguma causa na comunidade. Deste grupo fundador, dois membros seguiram o trabalho com o *Colaí*, que por vezes tinham uma voz mais presente nas reuniões do *Colaí*. As reuniões eram bem descontraídas, regadas a piadas e conversas sobre as suas vidas, regadas por “fococas” da comunidade. Às vezes eles faziam piadas e eles mesmos se corrigiam em minha presença, por ser pesquisadora e por ser mulher.

Conhecendo mais o grupo, passei a participar das reuniões de maneira a contribuir com as discussões realizadas quando necessário, percebendo o lugar em que eles me colocaram: eu estava lá para ajudar a pensar o coletivo. Nas primeiras reuniões de que participei, percebi que as discussões eram de planejamento das ações para o ano, e discussões quanto à formulação de uma missão e valores para o coletivo, assim como a escrita dos projetos e ações a serem realizadas. Ao contribuir, discutíamos sobre o coletivo, sobre as expectativas de todos e as perspectivas, sobre o planejamento das ações e escolhas políticas frente a elas.

Elaborando meu projeto e pergunta de pesquisa, fui percebendo aos poucos que, para o grupo, a discussão sobre o espaço público não era tão presente quanto esperava, modificando meu olhar para o que mobilizava o grupo, a sua própria organização e as dimensões políticas de suas ações. Apareciam nas reuniões disputas entre grupos e pessoas da comunidade, disputas entre o “pessoal de cima” e o “pessoal de baixo”, dificuldades de organização e financiamento das ações. Estes foram alguns dos conflitos testemunhados, mudando assim meu enfoque e ponto de vista da pesquisa. Segui o caminho que foi surgindo durante a minha participação no grupo, olhando para o *Colaí* como foco da pesquisa. Que forças estavam em jogo? O que emergia como questão para eles? O que mobilizam as suas ações? Que relações eram estabelecidas? Estas foram questões que serviam de lentes para o meu olhar da pesquisa perante o *Colaí*.

Com a aprovação da pesquisa pelo Conselho de Ética da UFRGS, os membros do *Colaí* consentiram em participar da pesquisa, assinando Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Durante o período da pesquisa, saíram cinco membros, que se desligaram das atividades por motivos pessoais, entraram outras pessoas, todos consentindo em participar da pesquisa. Com essas mudanças, entraram duas mulheres num grupo que era composto só por homens até então, o que gerou certos conflitos. Interessante aqui destacar que o grupo não tinha mulheres quando comecei a participar, sendo a minha presença como pesquisadora um possível fator de tensão nessa questão.

Esses novos membros foram convidados a participar, muitos deles afirmando que não conheciam o que o *Colaí* fazia mesmo. Isso chama a atenção, tendo em vista que todos se conheciam anteriormente, moravam na Ilha. Conheciam os eventos, compartilhavam momentos na praça e se espantavam com a quantidade de burocracia e de trabalho envolvido para a realização dos projetos. Por vezes se questionavam em convidar mais pessoas para as reuniões, porém afirmavam que seria difícil imaginar a reunião fluindo com mais pessoas se com apenas doze pessoas já era difícil às vezes se comunicar e focar na pauta da reunião. Os membros do grupo foram assumindo novos subprojetos, ampliando as ações do *Colaí*, cabendo aos membros mais antigos uma dedicação à formação da liderança dos novos membros, para que “vestissem a camiseta do grupo” e assumissem a responsabilidade das novas atribuições.

Participando não somente das reuniões semanais, mas também das ações realizadas, fui conhecendo mais o grupo de dezembro de 2014 ao final de 2015. Registrei todas as observações em meu diário de campo, ora fazendo anotações durante as reuniões, ora revisitando os movimentos destas posteriormente num momento de escrita e reflexão assim que possível. Levava algumas questões para o *Colaí* nas reuniões seguintes e tirava dúvidas quanto ao funcionamento do grupo e dos movimentos coletivos. Inserida no grupo do *WhatsApp*, pude acompanhar os movimentos semanais dos membros quanto ao que era discutido e levado para as reuniões e também salvar os registros digitais das conversas, que foram usados para a construção analítica deste trabalho.

Mesmo com quase dez pessoas se reunindo todas as quintas à noite — e às vezes na terça também —, o grupo contava com a ajuda de outras pessoas da comunidade em suas ações e projetos: pessoas que se somavam nas ações dos subprojetos, pessoas que davam ideias para novas possibilidades para os eventos, pessoas que auxiliavam prestando serviços e fazendo doações para o *Colaí*. Por isso, a visibilidade do *Colaí* é muito importante, com integrantes responsáveis para a atualização das redes sociais em que se encontram: *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, *Blogger*.

Vários projetos foram executados durante a pesquisa, de maneira que foi elaborado o Quadro 1 para elucidar os tipos de eventos realizados. Foram organizadas 15 ações diferentes em 2015, executadas pelo *Colaí* durante o processo de pesquisa, com a finalidade de proporcionar atividades de cultura, esporte e lazer na comunidade. Dentre essas ações, cabe destacar que a maioria já vinha sendo realizada antes da pesquisa, sem que se pudesse

acompanhar o processo de criação; no entanto, algumas foram elaboradas durante o ano em que participei das atividades, quando pude participar de forma mais atuante.

Quadro 1 – Eventos realizados durante a pesquisa

Evento	O que é?	Quando?
<i>Colaí na Praça</i>	Shows de música ou arte na praça, divulgação de talentos locais, jogos de vôlei, entre outras coisas.	Último domingo do mês
<i>Colaí no Cinema</i>	Exibição de filme brasileiro com distribuição de pipoca e discussão	1 vez por semestre
<i>Colaí na Avenida</i>	Bloco de carnaval de rua do <i>Colaí</i>	De setembro a março
<i>Colaí na Pelada</i>	Campeonato de futebol-7	De 1 a 2 vezes por ano
<i>Colaí de Rua</i>	Campeonato de futebol de duplinha	De 1 a 2 vezes por ano
<i>Colaí na Batalha</i>	Batalha de rimas de rap ou hip hop	1 vez por semestre
<i>Colaí na Escolinha de Futebol</i>	Oficina de futebol para crianças ofertada pelo <i>Colaí</i> em parceria com a escola	1 vez por semana ¹²
<i>Colaí no Vôlei</i>	Jogos de vôlei na praça	Sempre que houver interessados
<i>Colaí no Podcast</i>	Programa de rádio on-line com tema especial e divulgar trabalhos	2 por semestre
<i>Colaí na Oficina de Violão</i>	Oficina de violão cuja verba foi disputada no OP	De agosto a dezembro
<i>Colaí na Campanha de Agasalho</i>	Arrecadação e distribuição de agasalhos	De maio a outubro
<i>Colaí na Visitação</i>	Projeto de visitação a entidades beneficentes em comunidades carentes	Sempre que possível
<i>Colaí na Escola</i>	Parceria com as escolas da região para promoção dos eventos	Sempre que possível
Divulgação	Registro de fotos e vídeos dos trabalhos realizados	A cada ação/evento realizado
<i>Colaí no FROP</i>	Participação do <i>Colaí</i> no OP e das reuniões na comunidade	Quinzenalmente

¹² De acordo com o calendário escolar.

Muitas atividades envolveram coleta de doações de alimentos e agasalhos para o auxílio de instituições assistenciais apoiadas pelo grupo, em que são promovidas atividades de visitação com membros da comunidade. Dessas ações, a principal é o *Colaí na Praça*, evento oriundo da criação do coletivo. Aos poucos, o enfoque do grupo foi se expandindo a fim de diversificar as suas ações e proporcionar melhores eventos para a comunidade, como a exibição de filmes ao ar livre na praça. Criaram um bloco de carnaval e compuseram uma música de carnaval (Quadro 2).

Quadro 2 – Música do *Colaí*

MÚSICA DO COLAÍ

Foi na Ilha da Pintada que o *Colaí* nasceu
Agitando seu domingo, divertindo a sua família
E nos surpreendeu...

Nosso domingo era sempre uma rotina, procurando o que fazer
Apareceu um movimento nos chamando para a praça
Ele estava a nascer
Na pelada, na rua, no cinema
Aqui não tem problema, tu também pode chegar
Traz seus amigos, seus vizinhos, sua família
Vem ouvir música boa
E atrações pra te alegrar
Pode chegar, pode chegar, pode chegar
Que o *Colaí* já chegou no bloco você vai entrar

Com esse amplo leque de ações realizadas, a reunião semanal é o momento da organização do grupo. Nessas reuniões se destacam as forças presentes na relação com as pessoas, eventos, setores, ações e temáticas. Quando se constitui como coletivo, o grupo passa a dar destaque a acontecimentos, sendo subjetivados por lógicas capitalísticas, comerciais e discursos por vezes moralizantes.

5 QUEBRA-CABEÇA DO COLAÍ

Acompanhando, observando, participando do *Colaí* por mais de um ano, a escrita é o que me causa mais apreensão. Como escrever sobre este coletivo de modo a não despotencializar os acontecimentos? De que modo destacar questões problematizantes e agenciadoras num processo da pesquisa? Num quebra-cabeça, frente a peças individuais, solitárias, pode ocorrer certa inquietação. Começa-se a montar pelo meio? Pelas pontas? Pelas imagens visualizadas? Pelas peças que têm as mesmas cores? E é nessa inquietação que fui pega, pensando sobre o *puzzle* a ser montado, criado. Um jogo polifônico, com inúmeros interesses em disputa na constituição desse coletivo. Um quebra-cabeça próprio, criado em conjunto, seguindo movimentos de readequar peças, modificar o jogo, redesenhar o *Colaí*.

Neste capítulo, desenham-se os movimentos realizados na composição deste *puzzle*. De complexa formação, passa-se a pensar no processo de pesquisa com um olhar problematizador: o que emerge como questão para o *Colaí*? O que mobiliza as suas ações? Como o *Colaí* tem se constituído como coletivo? São perguntas que vão permeando esta autora, que vai desenhando e ensaiando esta escrita. Inquietações que se somam com as perguntas da pesquisa que buscam refletir sobre como o *Colaí* tem construído territórios subjetivos a partir das experiências promovidas na Ilha da Pintada.

Neste processo de escrita, a partir dos diários de campo e diálogos das reuniões, ensaio uma escrita dialogada com o *Colaí*, conversando com um personagem coletivo, formado pelas falas registradas durante a pesquisa. Relendo o diário de campo e as conversas digitais armazenadas, foi possível perceber um corpo de texto que destaca as questões da pesquisa com a linguagem própria da comunidade. Assim, ao tentar traduzir esta linguagem para um texto acadêmico, autoral, questionei-me se essa tradução não perderia sentidos expressos pelo grupo. Nessa inquietação, surgiu a ideia de promover um diálogo entre uma voz mais acadêmica com um personagem *Colaí*, que expressa as falas dos participantes do grupo, em momento algum associando essa voz com um indivíduo, tendo-a construído de maneira impessoal, com falas presentes de todos os membros do grupo. Neste diálogo, discuto questões levantadas por eles, num exercício de oportunizar espaço para que as vozes dos participantes da pesquisa se somem com a voz da autora, na tentativa de produzir um texto polifônico.

5.0 COMEÇANDO...

Acho importante introduzir este diálogo com uma pequena apresentação. Afinal, o que estou falando quando assumo a posição de estabelecer um texto dialógico e polifônico?

Colaí – Na verdade, não entendi muito bem. Que personagem Colaí é esse?

É você. Nesta escrita, vou conversando com o *Colaí*, que, na verdade, é um personagem criado como instrumento analítico para este trabalho, desenvolvendo assim uma linguagem própria, com expressões idiomáticas características, juntando todos os registros do período da pesquisa, organizando-os em falas como um processo de diálogo entre pesquisadora e membros do *Colaí*. Eu, como pesquisadora, trago minhas impressões e reflexões, além de questionar e direcionar um pouco a conversa. O personagem criado, nomeado de *Colaí*, traz falas que acompanhei e registrei para a construção deste texto, sem ser a expressão de uma única pessoa, e sim organizadas de maneira a expressar as opiniões de todos os membros do *Colaí*. Essas falas adotam um tom mais coloquial, que pode apresentar contradições por vezes, sendo decorrente do movimento grupal, em que as opiniões de todos nem sempre convergiam. Sua leitura pode parecer quase como a de uma entrevista, porém foi construído a partir de um grande esforço analítico frente às questões que surgiram durante a pesquisa.

Colaí – Falas que acompanhou e registrou? Falas organizadas? Entrevista? Então, aqui vamos só conversar sobre o Colaí? E vai nos perguntar sobre o quê?

Sim, as falas em *itálico* são compostas por excertos dos meus diários de campo. Nessa escrita-diálogo, busco trazer a riqueza encontrada nos caminhos da pesquisa de maneira diferente. Quando me inseri no *Colaí*, no final de 2014, fui aceita muito bem pelo grupo como pesquisadora e aos poucos fui sendo integrada como participante. Nesse movimento, vejo-me implicada com as vivências em campo, de maneira a problematizar a minha posição no grupo. Tendo muitos registros das reuniões e ações do *Colaí*, escrevo de maneira dialogada, organizando em falas conversas e encontros promovidos em campo. Motivada a olhar como o coletivo *Colaí, Movimento de Cultura* tem construído territórios subjetivos a partir das experiências promovidas na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, muito se problematizou, muitas questões surgiram e ressurgiram.

Colaí – Então, como responder a essas perguntas de pesquisa?

Não busco encontrar uma única resposta. Aqui, almejo dividir pistas que nos ajudem a pensar sobre a constituição de territórios subjetivos do coletivo *Colaí*. E entre essas pistas, novas perguntas se formaram. Como o coletivo dialoga com os cenários locais? De que forma o *Colaí* tem se organizado? Como tem se constituído como coletivo? Como tem organizado suas ações? Como as experiências propostas são planejadas e executadas? Como o *Colaí* constrói estratégias no plano econômico? O *Colaí* sente repercussões políticas das posições que assume? E das ações que promove? E agora é o momento de parar e pensar sobre elas. E com elas ir montando e criando nosso *puzzle*, o quebra-cabeça desta pesquisa.

5.1 PROCESSOS ORGANIZATIVOS DO COLAÍ

Figura 4 - Peças do Quebra-Cabeça 1



Colaí – Então, por onde começar?

Acho que uma questão muito debatida nas reuniões e que mobilizava as ações do grupo eram discussões sobre a organização do *Colaí*. Como organizar o grupo de maneira a se tornar mais eficiente? Como promover eventos mais atrativos para a comunidade? Um embate nos discursos dos participantes partia de concepções quanto à própria constituição do *Colaí*. Seria ele uma empresa ou movimento social? Há diferença? Como seguir em frente com o projeto? Esta questão moveu o grupo o ano inteiro, afinal, depois de três anos de atividade, o *Colaí* enfrentava o desafio de continuar a fazer o que vinha sendo feito ou de se reinventar.

Colaí – Sim, desde o final do ano de 2014 e durante todo o ano de 2015, começamos um esforço para organizar nossas ações: escrever os projetos delas, desenvolver uma missão e visão para o Colaí, rever nosso regulamento interno e reelaborar o nosso estatuto de acordo com a legislação do terceiro setor. Queremos ver o Colaí crescer e se tornar uma referência

para a gurizada da Ilha, que os moradores possam nos procurar pelo trabalho que realizamos.

É interessante pensar sobre isso. Tudo isso foi muito debatido ao longo do ano, num movimento intenso e numa construção coletiva no grupo. Porém, são quatro processos interligados, mas que devem ser olhados com mais atenção em suas particularidades, pois apresentam as suas características próprias frente a uma organização geral do *Colaí*. Podemos começar olhando para a escrita dos projetos. Como isso surgiu como questão mobilizadora para o grupo?

Colaí – Desde antes de participarmos da pesquisa, estivemos participando dos espaços proporcionados pela prefeitura, como, por exemplo, o projeto Porto Alegre Resiliente, desenvolvido pela Fundação Rockefeller em parceria com a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL) de Porto Alegre. Esse projeto percorreu todas as regiões do OP da cidade, promovendo oficinas para conhecer as forças e as fragilidades das comunidades, construindo uma rede na cidade e promovendo auxílio na identificação do que as regiões precisam para melhorar os problemas encontrados e quem pode ajudar. Nessas oficinas, conversando com os participantes, percebemos que é importante ter o projeto escrito das ações para promover o Colaí, já que muitas vezes não se tinha o que mostrar para as pessoas das nossas atividades. Tínhamos realizado muito com três anos de atividade, mas não tínhamos registros além das fotos que publicávamos no Facebook, o que não nos ajuda para solicitar apoio de organizações e empresas.

Esse é um bom exemplo para começarmos a pensar sobre como o *Colaí* tem se organizado. Lembro-me dessas discussões nas reuniões, até fizemos encontros para aprender como fazer um projeto, o que faz parte de um projeto. Mas por que esse registro de projeto se tornou tão importante?

Colaí – É que até então fazíamos as nossas atividades de acordo com as ideias que compartilhávamos nas reuniões. Aprendemos que, para qualquer atividade, temos que enviar um ofício para os órgãos da prefeitura responsáveis, seja a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), a Secretaria de Meio Ambiente (SMAM), ou ainda a Brigada Militar. Fazemos essa solicitação do uso dos espaços públicos via o CAR-Ilhas, que envia esses ofícios para nós, sendo nosso representante da prefeitura na comunidade. Após participarmos do projeto Porto Alegre Resiliente, percebemos que há empresas que podem nos ajudar financeiramente a melhorar nossos eventos. Percebemos que temos gente e

vontade de fazer mais, mas nos falta conhecimento de como estabelecer parcerias com empresas, por exemplo. Então, para começar, é necessário projeto escrito do que é o Colaí e das ações que realizamos.

Essa escrita do projeto então foi uma demanda externa ao grupo, pelo que estou entendendo, não meramente uma necessidade do Colaí por si mesmo. Será que pode ser por isso que até o final do ano de 2015 os projetos ainda não conseguiam ter sido escritos? Até que ponto essa demanda externa mobilizou as ações? Pelo que me lembro das reuniões de que participei, muito se discutiu sobre a importância da escrita dos projetos, mas pouco se produziu. Tentou-se fazer um projeto do Colaí como um todo, elencando os projetos e ações e indicando responsáveis pela sua organização, dividindo as tarefas entre os integrantes do grupo a fim de responsabilizar integrantes pela escrita e execução dos eventos.

Colaí – É verdade, não conseguimos elaborar os projetos durante o ano de 2015, daí um de nós tomou para si a responsabilidade de começar a escrever eles e passar para o grupo aprovar e propor alterações. A partir deste projeto inicial que fizemos, ao elencar as ações e indicar responsáveis, conseguimos nos organizar bem melhor. Sabemos agora que, se tiver que falar sobre o Bloco do Colaí, temos que falar com o X, sobre a Escolinha de Futebol, com o Y ou o Z. Fizemos isso, pois é assim que as empresas funcionam, quando cada um sabe o que tem que fazer, fica mais fácil de nos cobrar quando não se veem os resultados. Por isso que tentamos desenvolver uma missão e visão, a fim de nos assemelharmos com as empresas em que trabalhamos e tornar claro nosso processo de trabalho no Colaí.

Com isso, é possível ver que se foi adotando um formato empresa no Colaí, o que lembra as reflexões de Costa (2009) sobre a cultura do empreendedorismo e a constituição de um indivíduo microempresa, sendo definido como

... um indivíduo estranho, ainda mal elaborado, cujo corpo, por exemplo, já não seria mais mecânico-orgânico, mas cibernético, pós-orgânico, pós-humano; e que por outro lado, um indivíduo cuja identidade, cujo Eu, cujas maneiras de pensar, de agir e de sentir, já não são, apenas e tão somente, constituídas por uma normatividade médico-psi, mas cada vez mais produzidos por uma normatividade econômico-empresarial (COSTA, 2009, p. 180).

Esse indivíduo microempresa pode apresentar características como proatividade, flexibilidade, com habilidades para inovação e invenção, com senso de oportunidades, com capacidade de provocar mudanças, entre outras tantas. Em um contexto em que cada vez se dá mais destaque à cultura do empreendedorismo, os sujeitos contemporâneos estão sendo produzidos por uma normatividade econômico-empresarial, em que se formam indivíduos em

relação com as práticas neoliberais correntes, com a construção de novas maneiras de ser e de pensar uma nova visão de mundo. E acho que é por este cenário que as mudanças do *Colaí* se passam. Ao estarem inseridos nesta lógica neoliberal, assumem as práticas de gestão que dão certo nas empresas no desenvolvimento de suas ações, não se questionando quanto às implicações que elas geram. Afinal, por que o *Colaí* precisa de uma missão e visão?

Colaí – Quando pensamos em desenvolver uma missão e visão, estávamos olhando para outras organizações das quais conhecemos o trabalho, como a AfroReggae (GCAR), que possui um manifesto que orienta as suas ações. Queríamos desenvolver isso para o Colaí, para consolidar nosso trabalho e orientar os novos integrantes.

Porém, no final não conseguimos chegar a uma missão e uma visão, não é? Ficamos discutindo isso por quase um mês e seguiu-se a executar as práticas e os projetos que estavam sendo idealizados para o ano.

Colaí – Isso foi porque as discussões quanto à missão e visão foram bem difíceis. Afinal, cada um contribuía com uma nova ideia. Paramos essa discussão ao nos encontrarmos num dilema: percebemos que, como projeto social, queremos ser uma referência para a comunidade, principalmente para o público jovem da Ilha da Pintada; porém, para isso, era necessário tornar os nossos eventos mais atrativos, deixar de fazer sempre a mesma coisa e proporcionar novas experiências para a comunidade. Precisávamos olhar para cada projeto e ação em detalhe para depois olhar para o todo do Colaí.

Então, voltando-se para as ações, para cada uma foi escolhido um responsável, cada participante do *Colaí* com sua tarefa para a realização dos eventos. E como ficavam as reuniões semanais?

Colaí – Nas reuniões semanais, cada membro fala sobre o processo de construção dos projetos, o que falta organizar, o que já foi feito e conversamos sobre o que fazer nos próximos. Aos poucos fomos percebendo que era preciso nos organizar melhor, para que, se alguém não fizesse alguma coisa, os outros não ficassem sobrecarregados com o que tem que ser feito. Por exemplo: para o Colaí na Praça, temos que marcar bandas ou outras atrações e divulgar o evento antes da data. No dia, temos que ir mais cedo para a praça, varrer ela, colocar o nosso banner (figura 4) e as nossas placas nas árvores, colocar as nossas lixeiras e sacos de lixo (figura 5), montar o gazebo para as atrações, instalar o sistema de som em

parceria com a ViaSom¹³, colocar a rede de vôlei e a rede de proteção da pracinha das crianças, encher a bola de vôlei e levar bancos e cadeiras para a praça.

Figura 5 - Banner



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura

Figura 6 - Lixo e Placas do Colaí



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura

¹³ Empresa de um participante do Colaí, morador da Ilha, que apoia as ações e eventos com serviço de sonorização gratuita.

E depois do evento, desmontar e guardar tudo. Se alguém fica de fazer alguma coisa e não faz, acumula tarefas para os demais. Por isso, temos que nos organizar melhor e é nas reuniões que conseguimos pensar sobre isso. Uma das coisas que fizemos quanto a este quesito foi rever nosso regulamento interno e acrescentar alguns pontos a fim de organizar as nossas reuniões, as nossas ações e ainda as nossas responsabilidades com o Colaí.

Foi interessante acompanhar essas discussões por se configurarem como uma organização de um grupo de trabalho, porém, ao mesmo tempo, num processo de atualização do Colaí depois de três anos de atividade. Aos poucos, percebi que, mesmo considerando-se como movimento cultural, o Colaí almeja um funcionamento mais empresarial.

Colaí – Não sei se empresarial, pois, como projeto social, não geramos lucro. Somos um movimento de cultura, mas almejamos um dia conseguir trabalhar apenas com isso, ter uma sede própria, ganhar a vida com o Colaí. Por isso, procuramos reelaborar o nosso estatuto, com ajuda de um advogado¹⁴, a fim de nos tornarmos uma ONG.

Ao analisarem a constituição do GCAR, Coelho e Durão (2012) pensam sobre a presença de contos morais na sua formação, associada ao exemplo dos líderes do GCAR, que saíram do morro para tocar essa iniciativa cultural. Produzindo uma lógica moral que se refere às visões locais sobre uma pessoa do bem, o GCAR assume preceitos morais junto os jovens associados a eles, construindo com isso um senso de responsabilidade para com os outros. Com esses preceitos, várias organizações locais, criadas e acionadas por jovens de comunidades, concebem as suas ações como possibilidade de profissionalização pessoal, visualizando um caminho do bem como parte da construção de meios para os seus futuros. E, nesse quesito, associo essas reflexões ao Colaí. Ao se engajar com o coletivo, podem-se perceber projetos morais dos membros dos grupos, seja advogando para a constituição de uma visão caridosa, seja pelo exemplo que os membros tentam dar para os jovens da comunidade. Nesta tentativa de tornar-se ONG, seguem os passos do GCAR, tentando constituir-se como núcleo cultural, articulador de atividades culturais na comunidade, batalhando por recursos financeiros para melhorar as suas atividades.

Colaí – Sim, queremos nos tornar uma ONG para disputar financiamentos públicos. Participando do FROP, já conquistamos algumas oficinas e apoios financeiros para as atividades com a comunidade, mas ainda queremos mais, queremos atrair mais gente para os

¹⁴ Advogado que ofereceu ajuda por sua filha frequentar os eventos do Colaí.

eventos, parar de fazer sempre a mesma coisa e nos tornar atrativos. Porém, ainda estamos longe de nos tornar uma ONG. Mesmo com o apoio de um advogado que tem laços na comunidade, temos muito que crescer e nos organizar. Rever nosso regulamento interno e reelaborar nosso estatuto tornaram-se prioridade, já que pensando sobre eles é possível projetar o futuro do Colaí.

Segundo a orientação do advogado, foi importante a leitura sobre a legislação em vigor sobre o terceiro setor para a constituição de uma associação, uma ONG. A partir dessas discussões, concordou-se que o Colaí deveria se tornar uma associação, organização reconhecida juridicamente, sendo considerada uma ONG pelas características de suas atividades de fins públicos, sem estarem vinculadas a governos. Para isso, o advogado orientou que se procedesse a uma atualização do regulamento interno e do estatuto. Essa atualização nos levou a reuniões longas mas pouco efetivas, muito se falava da importância deles, mas pouco a discussão entre todos progredia.

Colaí – É verdade. As discussões foram difíceis. Não sabíamos por onde começar a repensar o estatuto e o regulamento e, mesmo com o material dado, pelo advogado, todos trabalhamos durante todo o dia e não conseguíamos ler com atenção. Pensamos um pouco sobre como nos motivar mais. Não conseguíamos avançar, seja porque alguns não se sentiam à vontade de participar e contribuir com as suas ideias, seja porque nos distraíamos, brincando e conversando sobre outras coisas na reunião. Aí, alguns dos nossos membros começaram a escrever individualmente em suas casas regras e ideias que, nas reuniões, discutíamos e aprovávamos elas. A partir daí, ficou um pouco mais fácil o processo.

Por mais que esse fosse um tema considerado importante, o grupo pouco produzia nessas discussões, mas produziram-se estratégias para lidar com isso. A partir disso, como seguir em frente com o projeto?

Colaí – Ficamos discutindo sobre o Colaí, sobre o estatuto e regulamento interno, mas não podíamos parar de tocar nossos projetos, realizar os eventos, aproveitando as oportunidades que surgiam e dando nosso melhor em nossas ações. Afinal, se não realizarmos nossos eventos, quem vai promover espaços de convivência aos finais de semana na comunidade?

5.2 AÇÕES E EVENTOS EM 2015

Figura 7 - Peças do Quebra-Cabeça 2



Durante o ano de 2015, muitas ações e eventos foram realizados. Como o grupo planeja e executa as suas ações? Como vocês avaliam as ações desenvolvidas neste ano?

Colaí – Ao mesmo tempo que se discutia sobre o Colaí, não podíamos ficar parados. Só em 2015, realizamos seis Colaí na Praça, dois Colaí no Cinema, dois Colaí na Pelada, um Colaí de Rua, três Colaí no Podcast e um Colaí na Batalha. Começamos a Escolinha de Futebol do Colaí, com a parceria da Escola Estadual Almirante Barroso, e uma oficina de violão com apoio de um músico da comunidade e verbas do OP. Saímos no Carnaval com o Colaí na Avenida e organizamos ensaios do Bloco do Colaí para o próximo Carnaval. Participamos da campanha do agasalho, de visitas em entidades carentes e das reuniões do OP na região. Foi bastante coisa, mas poderia ter sido mais. Muitos dos eventos fizemos “nas coxas”, organizando-os de última hora.

No entanto, mesmo com dificuldades, conseguiu-se fazer muitas coisas esse ano. Por mais que tenha sido organizado de última hora, promoveram grandes atividades. Como foram as ações? Como é o planejamento desses eventos? Quem sabe olhamos um por um, começando pelo Colaí na Praça.

Colaí – Temos que parar de fazer sempre o mesmo e fazer algumas coisas diferentes. Este ano, o Colaí na Praça foi bem difícil. Estava sempre tudo igual, sem ser atrativo, sabe? Mas, além disso, nem conseguimos trazer muitas atrações este ano. Não conseguimos trazer nenhuma peça de teatro nem alguma coisa diferente. As bandas que confirmavam presença davam para trás às vezes um dia antes e precisávamos correr para ver o que fazer no lugar. A divulgação desses eventos foi bem fraca, mesmo que seja nossa moeda de troca com as bandas: elas tocam no evento sem ganhar nada em troca de divulgação e fotos deles tocando.

Conseguimos para o final do ano brinquedos infláveis para as crianças, o que foi legal. Teve um evento que foi no mesmo dia do GreNal¹⁵, em que conseguimos um telão para ver na praça com todos os que quisessem. Mas em compensação teve um que quase não conseguimos bandas, apenas uma da região e no lugar promovemos um campeonato de vôlei na praça.

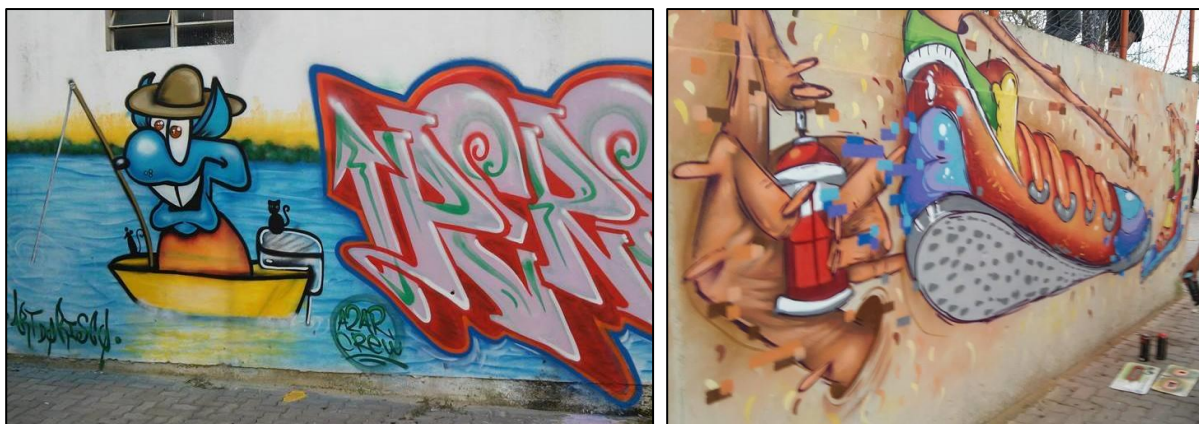
Então algumas coisas foram diferentes este ano, não? Tiveram algumas ideias e conseguiram desenvolver novas atividades. Será que as outras ações não exigiram mais do Colaí nesse sentido criativo?

Colaí – É, mais ou menos. No Colaí na Praça, não conseguimos fazer tudo o que queríamos, inovar e atrair mais gente para o evento. Mas, em compensação, com o interesse de uma guria aqui da Ilha, conseguimos organizar o primeiro Colaí na Batalha.

E como é que foi isso?

Colaí – Ela nos procurou para fazer um evento similar à batalha de rimas que ocorre em outros lugares de Porto Alegre. Ela participava e achava que ia ser show fazer junto com o Colaí aqui na Ilha. Houve alguns conflitos com a ideia, mas conseguimos nos organizar atrás de patrocínio para prêmios, chamar um bom DJ, mobilizar o público das batalhas e grafiteiros. E o evento foi muito bom, superinteressante, com material apresentado muito legal, por mais que alguns de nós estivéssemos com alguns receios. Com os grafiteiros, foi dada cor para a praça, que antes era pintada toda de branco.

Figuras 8 e 9 - Grafites feitos na praça



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura

¹⁵ Jogo clássico do futebol gaúcho entre o Grêmio Futebol Porto-Alegrense e o Internacional Sport Club.

O evento foi tão legal que convidamos ela para participar integralmente do Colaí, indo às reuniões e ajudando em outros eventos, sendo ela a responsável pelo Colaí na Batalha. Tentamos organizar outro ainda no final do ano, mas agendar esse evento é difícil, porque tem que ver quando tem outras batalhas marcadas, encontrar uma data que não tenha nenhuma, combinar e divulgar para o pessoal se organizar para ir. Esse evento, diferente dos demais, não é voltado especificamente para a comunidade da Ilha, porque o pessoal que participa já participou de algum outro antes. Mas é uma maneira de apresentar outras culturas à comunidade.

E pensando nas demais ações, como foram?

Colaí – Então, o Colaí no Podcast gravamos na nossa reunião. Combinamos um tema e falamos sobre ele de maneira descontraída. A dificuldade encontrada foi de organização e desenvolvimento dos podcast, afinal depende da participação do pessoal. Não dá para todo mundo falar ao mesmo tempo e a conversa tem que fluir. Às vezes, por estar gravando, o pessoal não falava direito, ficava inibido, sem ter o que falar. Quanto ao Colaí no Cinema, fizemos dois neste ano. No primeiro, fizemos parceria com outra organização para exibir um filme sobre o racismo, organizando nós mesmos, definindo o dia e nos comunicando com essa outra organização, que só ficou responsável por levar e montar o material multimídia para a exibição. No segundo, ao coincidir com a Semana Farroupilha, apresentamos o Tempo e Vento, no velho CTG da comunidade, mas não éramos os únicos responsáveis por ele, fomos inseridos na agenda do CAR-Ilhas, no meio da semana. Conseguimos um bom público, porque abordamos a saída da escola para levar o pessoal para ver o filme. Sempre é importante ter alguma coisa para oferecer e, no cinema, sempre distribuimos pipoca.

Por que é importante oferecer alguma coisa?

Colaí – Porque é um atrativo para o pessoal sair de casa. Por exemplo, a parte do esporte. Sempre que fazemos o Colaí na Pelada ou o Colaí na Rua, pensamos em fazer uma narração com microfone e um prêmio legal. Esse é nosso atrativo, é com isso que o pessoal se empolga, com um prêmio legal, de que a gurizada vai lembrar e querer guardar. Daí, no decorrer dos jogos, fomos vendo que tem muita gente talentosa e pensamos em montar uma escolinha de futebol. Nosso oficineiro já tinha tido uma escolinha na Ilha, mas que teve que fechar por diversos motivos. Quando abordamos ele com essa ideia, combinamos que íamos cuidar de toda a parte burocrática — da autorização do uso da quadra da escola nos finais de semana, da inscrição dos participantes, do acompanhamento dos jovens — para que ele só

se preocupasse com as aulas. E acho que deu certo, é muito legal ver a gurizada sábado de manhã aparecendo e jogando. O único custo é um quilo de alimento por mês, para que pensem e sintam que tem um investimento, para que sintam que é por uma escolha que eles estão lá. E como sabemos quem tem maior dificuldade de fazer essa doação, conversamos com eles para que, se estiver difícil, não precisem “pagar” esse quilo de alimento.

E o que fazem com esses alimentos?

Colaí – Assim que recebemos, armazenamos na nossa sala. Quando tiver uma boa quantidade, procuramos para quem doar. Neste ano de 2015, doamos para uma entidade que cuida de crianças acamadas, para uma casa de passagem de crianças, para um SASE aqui das ilhas, e principalmente para as famílias da Ilha que sofreram com as enchentes deste ano. O mesmo fizemos com os agasalhos que recolhemos para o inverno: distribuímos para as famílias que perderam tudo nas enchentes, ou doamos para instituições com as quais estávamos em contato. Primeiro precisamos ter alimentos e agasalhos para depois poder ver a quem ajudar, para onde doar.

Vocês participaram de muitas frentes. Como foram essas entregas?

Colaí – Tentamos ir com meninos da escolinha junto, mas nem sempre conseguimos, por ser meio complicado encontrar dia em que todos possam ir e em que as instituições estejam abertas. Tentamos fazer a nossa parte, ajudar a quem precisa. Por isso tentamos participar de tudo que pudermos na Ilha, seja do OP, das reuniões com o CAR-Ilhas, enfim, queremos tornar nosso bairro um lugar melhor.

Mas então o ano foi bem agitado, fizeram muitas coisas.

Colaí – Sim, normalmente não paramos, estamos sempre envolvidos de uma forma ou de outra com o Colaí. Paramos as nossas reuniões em janeiro apenas, para descansarmos um pouco, mas com a organização do bloco do Colaí na Avenida para o Carnaval Comunitário, sempre estamos envolvidos em alguma coisa de alguma forma. Este ano conseguimos nos organizar com o bloco. No Carnaval de 2015, não conseguimos nos organizar muito bem, conseguimos instrumentos emprestados e conversando com o pessoal da Ilha conseguimos sair e fazer bonito. Nisso, plantamos a semente do desenvolvimento do nosso bloco e trabalhamos neste ano para isso. Produzimos abadás e um estandarte, fizemos rifa e vendemos bolos nos eventos para conseguir o dinheiro para melhorar nossos instrumentos.

5.3 ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS

Figura 10 - Peças do Quebra-Cabeça 3



Dinheiro sempre foi um motivador de discussões e busca de soluções. Lembro-me desde as primeiras reuniões de que participei de que a discussão sobre o dinheiro mobilizava o grupo. Por quê?

Colaí – Acho que por sermos um projeto social e não termos uma fonte de renda. E, mesmo assim, todas as ações e eventos que o Colaí promove têm algum custo financeiro, seja em sua organização ou execução, além de todo o esforço realizado pelos membros do Colaí para a execução do projeto.

E o que é um projeto social para vocês?

Colaí – Quando afirmamos ser um projeto social, queremos dizer que não estamos pelo lucro. Queremos fazer alguma coisa para o pessoal da Ilha, para a comunidade, que, por vezes, é muito acomodada, só participa do que lhe interessa, só se preocupa quando alguma coisa a afeta. Queremos fazer um trabalho que seja relevante para a gurizada da Ilha, ajudar eles a seguir um bom caminho.

Aqui, percebe-se novamente uma forte moralidade do Colaí, em que buscam produzirem-se como exemplo na comunidade. Mas só por ser um projeto social, não necessariamente significa que não há fonte de renda. Como se mantêm? Como constroem estratégias no plano econômico?

Colaí – Então, para algumas atividades conseguimos ajuda com a prefeitura, outros pelo OP, outros ainda vemos com os comércios da comunidade. Na comunidade, conseguimos ajuda com as pessoas que nos emprestam materiais ou ainda os doam, nos apoiando. Depende muito do que precisamos. Antes, costumávamos cobrar uma “mensalidade”, mais como uma contribuição mensal dos participantes do Colaí. Alguns pagavam, outros não. Estava ficando difícil, tínhamos um “tesoureiro” no grupo e ele passou a ficar desconfortável com esse

papel de cobrar os demais. Daí começamos a pensar em outras possibilidades. Não queríamos cobrar financeiramente as atividades e eventos realizado, por ser contra o nosso entendimento de projeto social.

Pensando sobre essas discussões em torno da mensalidade, no momento que ingressei no *Colaí*, estranhei esse funcionamento da mensalidade. Compreendi ser uma contribuição mensal dos participantes para um caixa que seria utilizado no momento necessário. No entanto, essa obrigatoriedade mensal de pagar ao grupo me desacomodava como participante. Tendo participado de outros projetos e outros espaços, era uma estratégia do grupo que não entendia. Afinal, todos doavam seu tempo para o *Colaí* e cabia a um integrante cobrar dinheiro, numa transição financeira que se esvaziava de sentido. Demorei a entender de onde vinham os gastos do coletivo, já que o equipamento de som a ser utilizado, e o que seria mais oneroso nos eventos, era de um apoiador do *Colaí*. Mas vi que emergiam como gastos as premiações nos campeonatos de futebol e na batalha de rima, manutenção do material do *Colaí*, entre outras coisas.

Colaí – Além da mensalidade, ainda conseguíamos algum dinheiro com a prefeitura. Teve um ano que a Secretaria Municipal de Esporte (SME) nos concedeu medalhas para o Colaí na Pelada; um outro que a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA) nos ajudou com os primeiros abadá para o Colaí na Avenida, e ainda que a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) nos concedeu um pequeno cachê por participar do Carnaval de Rua na Ilha, através da Coordenadoria de Descentralização da Cultura. Às vezes, ainda, conseguimos doações de comércios e empresas relacionadas com a comunidade para prêmios das competições. Mas, ainda assim, não podíamos sempre contar com essas doações ou ainda com o poder público, já que nem sempre podiam nos ajudar. Daí começamos a pensar em alternativas, como a mensalidade e possível venda de produtos nos eventos.

Sim, lembro que uma das primeiras reuniões que acompanhei era sobre a venda de cerveja nos eventos ou ainda no Carnaval, no início de 2015. Na época, estavam pensando sobre promover eventos de preparação para o carnaval e juntar dinheiro para mandar fazer abadá.

Colaí – Pensamos e discutimos muito sobre isso, sobre os riscos e benefícios do evento, onde realizar e do que precisaríamos, e ainda sobre as responsabilidades que teríamos. Afinal, fizemos uma votação e ganhou a não venda de cerveja, por sermos um projeto social voltado

ao público jovem e ainda pelas complicações que poderiam ser originadas se vendêssemos para algum menor de 18 anos de idade, ou se fizessemos perto do rio ou alguém caísse bêbado sem querer, além da concorrência que poderia surgir com comércios que dependem dessas vendas.

Porém, desde o início dos ensaios do bloco, em outubro de 2015, essa ideia voltou com força e, por mais que nos eventos que ocorrem de tarde não se venda para a comunidade, nos ensaios do bloco à noite tem-se vendido. Essa decisão passou pelo grupo? Como foi isso?

Colaí – Tentamos vender uma rifa, vender bolo, vender abadás, e assim fomos vendo outras maneiras. Mas ainda assim estava difícil conseguir o valor de que precisávamos. Então, para consertar os instrumentos e fazer um bom Carnaval em 2016, o grupo responsável pelo Carnaval decidiu vender cerveja só nos ensaios para o pessoal que sabíamos ter mais de 18 anos.

É interessante esse movimento, essa decisão. Afinal, quando comecei a participar era um único caixa e todos organizando juntos as ações, por mais que alguns fossem os responsáveis. Agora que o Colaí cria novos subgrupos sob responsabilidade dos membros que participam das reuniões semanais do Colaí, estes tomam decisões independentemente.

Colaí – Não é bem assim. Sim, separamos os caixas pelo fato de que o bloco do Colaí tinha mais gastos e precisava achar um jeito de mobilizar as pessoas da comunidade, organizar-se e ainda conseguir sair na avenida com bons instrumentos. O subgrupo pode até decidir sobre as suas ações, porém tem que ser comunicado a todos nas reuniões semanais o que está acontecendo. Assumimos essa maneira de nos organizar de acordo com o que conhecemos, como funcionam empresas e lojas. Não adianta todos fazermos juntos e ninguém fazer.

Lembro, com isso, as reflexões de Costa (2009), novamente, a respeito do indivíduo microempresa. Pensando na sua constituição nessa cultura do empreendedorismo,

... esse mesmo indivíduo se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo — ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício — e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (COSTA, 2009, p. 177).

As relações, assim, pautam-se nos investimentos a serem realizados para alcançar seus objetivos. Numa sociedade em que a lógica neoliberal promove modos de ser baseados em normatividades econômicas, o funcionamento do Colaí quanto à temática do dinheiro

apresenta contradições. Enquanto assumem-se como um projeto social, um movimento cultural, adotam uma prática de organização que segue modelos empresariais.

Colaí – Acho que mais que contradições, com o passar do tempo fomos aprendendo com o que fizemos, e se quisermos crescer, temos que nos organizar melhor, ter metas e maneiras de atingir nossos objetivos. Só assim conseguiremos que o Colaí seja uma referência na comunidade, cujo trabalho é levado a sério.

5.4 RELAÇÕES COM PÚBLICO - COMUNIDADE

Figura 11 - Peças do Quebra-Cabeça 4



Falando na comunidade, ela sempre esteve presente no discurso e nas ações do coletivo. Por ser uma comunidade em que quase todos se conhecem, muitas considerações do grupo são decorrentes do diálogo com o público do projeto.

Colaí – Para nós, a comunidade é muito importante. Conversamos com muita gente, com o pessoal das escolas, de outras organizações, de outras associações, das outras ilhas. Queremos saber como a comunidade vê o Colaí, se conhece nosso trabalho. Por ser uma comunidade pequena, por vezes parece que apenas nossos amigos conhecem e participam das atividades, por isso tentamos fazer parcerias com os negócios da comunidade, como foi na campanha do agasalho. Deixamos caixas nas lojas da comunidade e recolhemos depois. Ainda, no final do ano de 2015, conseguimos levar artesãos para nosso evento, para expor e vender seus produtos, e um barbeiro para cortar o cabelo de quem quisesse.

Essa interação com a comunidade é muito interessante. Ao mesmo tempo que se divulga o Colaí na comunidade, também se abre espaço para os trabalhos de outros moradores, comerciantes, trabalhadores.

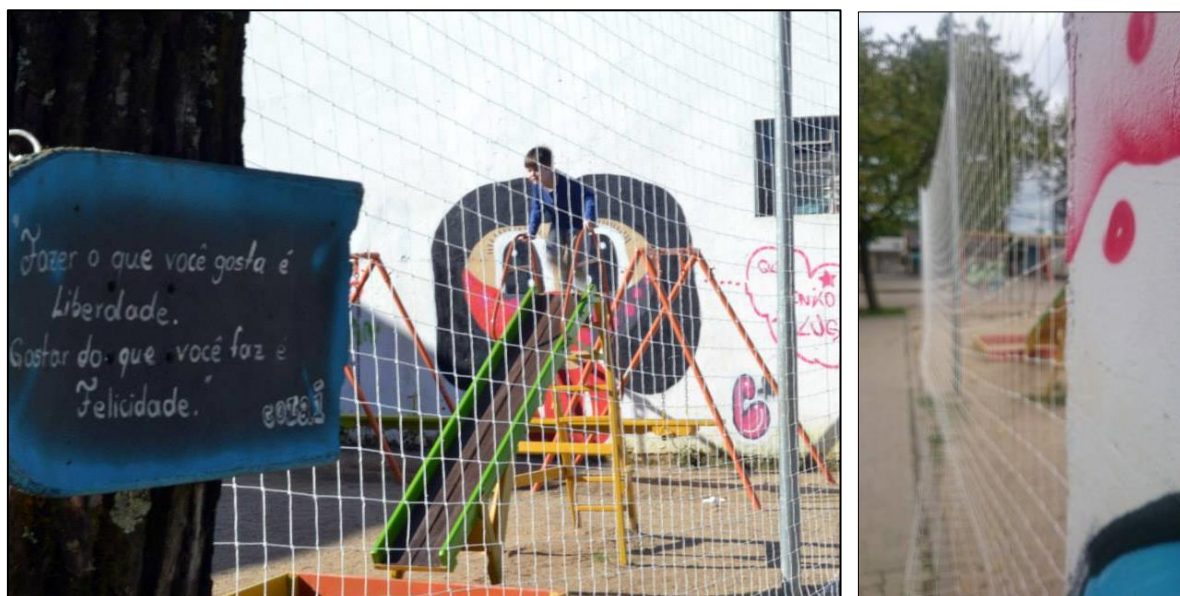
Colaí – Isso que é importante para nós. Sabemos que a maior parte das nossas ações o pessoal da Ilha não conhece. Quem conhece são as pessoas próximas aos membros do Colaí

mesmo e a gurizada que participa de alguma ou outra ação. Por isso que cada evento tentamos divulgar ainda mais pelo Facebook e nossos canais de comunicação.

Sabe de uma coisa que chamou bastante a minha atenção? Foi a rapidez com que se providenciou uma rede de proteção para as crianças pequenas.

Colaí – Então, isso foi muito show. Normalmente montamos a quadra de vôlei na parte detrás da praça, ao lado dos brinquedos para as crianças menores (escorrega, balanço, entre outros). Num evento do início do ano, um amigo nosso chamou atenção que a bola de vôlei estava indo nas crianças e que era perigoso. Conversando com ele, pensamos em fazer uma rede de proteção para colocar entre a quadra de vôlei e os brinquedos, e pensamos numa outra pessoa da Ilha que faz rede de pesca. Fomos ver com ele, que se dispôs a fazer uma rede para nós. No próximo evento, já colocamos ela, e ficou muito boa.

Figuras 12 e 13 - Foto da rede de proteção à pracinha



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura

Isso foi muito interessante. Como vocês conhecem muita gente na Ilha, muito se consegue conversando com amigos e conhecidos, o que pode ser mais difícil em comunidades não tão próximas. Mas, ainda assim, preocupa vocês a extensão das ações de vocês, não?

Colaí – Bom, é que tem um pessoal que acha que a gente é uma molecada, às vezes, que só conversa e brinca, não faz muita coisa. E não é bem assim, trabalhamos muito para sermos reconhecidos. Por isso, tentamos nos fazer presentes e participar de tudo que podemos.

Sim, lembro que no final de 2014, nas primeiras reuniões de que participei, se falava de uma ONG que queria fazer um projeto na Ilha da Pintada com as lideranças e o apoio da comunidade. Conseguiram mobilizar a comunidade inteira nessa ação, mas que não seguiu em frente, não?

Colaí – Ah, sim. Essa ONG fazia projetos levantando os desejos das comunidades e tentando realizar esses sonhos para melhora da comunidade. Tentamos participar levando ideias e mobilizando a comunidade em participar, mas sem muito sucesso. No final, a escolha desse “sonho” a ser realizado foi feita por lideranças comunitárias. Conseguimos colocar um representante nosso nesse projeto e foi eleita a construção de um prédio ao lado do posto de saúde para servir de sede de uma associação comunitária, sendo assumido pelas organizações e ONGs da Ilha. No dia em que íamos construir, não conseguimos finalizar, marcando para outro dia. Nesse meio tempo, entre um encontro e outro, choveu muito e destruiu o que tinha sido feito. A ONG decidiu não continuar com o trabalho pela baixa adesão da comunidade. Mas muitos conflitos surgiram com essa ação deles. Sem querer, essa ação atizou a rivalidade entre o “pessoal de cima” e o “pessoal de baixo”. Muito se discutiu sobre isso nas reuniões de início de ano, já que perdemos uma grande oportunidade de ter uma associação comunitária na Ilha. Mas também havia outras prioridades a serem consideradas, e tendo o prédio anexo do CAR-Ilhas, não se precisaria de outro ao lado do posto de saúde, “lá embaixo”.

Essas disputas em comunidades são esperadas em trabalhos similares, afinal é necessário realizar um trabalho anterior, com as lideranças e a comunidade, para garantir a realização de algo que tenha significado para todos e realizar um bom trabalho. Não acompanhei muito esse projeto, me inserindo no grupo ao final deste, apenas pude acompanhar as discussões decorrentes dele, que demonstravam incômodo e disputa de alguns membros do Colaí, ao mesmo tempo que se defendia o trabalho realizado pela ONG. Nem dentro do próprio grupo todos compreendiam o trabalho proposto. Mas, mesmo assim, nas festas da comunidade, as associações e lideranças da comunidade trabalham juntas.

Colaí – Verdade. A associação lá de baixo tem uma escola de samba e no Carnaval saímos todos juntos. Também, como fazemos eventos da praça, tentamos sempre pensar em ações diferenciadas em datas especiais. Já falamos do Colaí Especial de GreNal, em que exibimos o jogo na praça. Fizemos parte também da Páscoa, Natal, Semana Farroupilha, entre outras ocasiões especiais.

Que tipo de ações ocorrem nessas ocasiões especiais?

Colaí – Então, em 2015, conseguimos doações de chocolates para distribuir para as crianças na Páscoa. Participamos da abertura da Feira do Peixe, que ocorre anualmente no Z-5, com representante do Colaí no concurso de Rainha da Festa do Peixe de Porto Alegre e organizamos um evento com o apoio da CAR-Ilhas para a inauguração da praça reformada, conquista do OP. Nas festividades da Semana Farroupilha, em setembro, participamos da festa e promovemos o Colaí no Cinema, com a exibição do filme O Tempo e o Vento, baseado no romance de Érico Veríssimo. Fizemos um Colaí especial das crianças, levando brinquedos infláveis para elas e doando brinquedos que conseguimos através de doações. No Natal, o CAR-Ilhas tinha verba do OP para o Natal na Praça, em que ajudamos na organização e execução. É muito importante participarmos de eventos assim.

No trabalho de Coelho e Durão (2012), elas destacam que “ONGs locais bem conectadas (...) podem conquistar amplo poder de influência (COELHO; DURÃO, 2012, p. 907)”. Elas ainda acrescentam que, realizando um trabalho em rede, articulando-se com a comunidade e com o poder público, o GCAR conseguiu encontrar caminhos para conquistar seus objetivos. De modo semelhante, o *Colaí* busca, neste campo, desenvolver parcerias com a comunidade e com o poder público.

5.5 REPERCUSSÕES POLÍTICAS

Figura 14 - Peças do Quebra-Cabeça 5



Colaí – Realmente, é nessa articulação com a comunidade e com o poder público que conseguimos fazer nossas ações e eventos. Realizamos parcerias com a Secretaria Municipal de Juventude (SMJ) e com a SMC, através da Coordenação de Descentralização da Cultura. Com a SMJ, em reuniões com o secretário, ele tinha ficado de nos ajudar a legitimar a nossa situação, para que possamos melhorar nossos eventos com o apoio da Secretaria. Não deu muito certo, ele se fez de político, prometeu e prometeu, mas não cumpriu. Quando ele saiu da SMJ, descobrimos que ele nem poderia fazer o que tinha nos prometido. Com a

Descentralização da Cultura, nossa parceria é muito legal. Como somos representantes da temática da Cultura e Juventude da região das Ilhas pelo OP, trabalhamos juntos nas demandas feitas, para promover atividades culturais nas Ilhas.

A relação do coletivo com as políticas públicas e o poder público mobiliza muito as ações do Colaí. Mas, para entendermos melhor essa relação, é importante destacar o cenário político da Ilha da Pintada neste momento.

Colaí – Bom, é complicado. Não sei nem por onde começar. Na Ilha da Pintada, mora um político filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), de maior relevância na cidade de Porto Alegre. Fora isso, muitas pessoas fazem campanha e são filiadas a partidos. No entanto, quem aparece nesse cenário político local são aqueles que estão envolvidos nos processos participativos, seja concorrendo para o Conselho Tutelar, seja participando do OP, seja trabalhando junto ao CAR-Ilhas. E, entre esses, há maus exemplos de políticos. Tivemos na coordenação no CAR-Ilhas uma pessoa que abusou da sua posição em benefício próprio. E ainda um candidato ao Conselho Tutelar que estava ligado com denúncias de agressão, roubava luz e água e organizava um serviço de táxis clandestinos. Eles eram ligados a partidos políticos, disputavam eleições e estavam em evidência pelo bem que faziam às ilhas. Quando começamos o Colaí, queríamos distância de pessoas assim. Adotamos uma postura de não participar de ações políticas. Nas eleições, buscaram nosso apoio durante a campanha e fechamos que não iríamos apoiar nenhum partido, garantindo uma posição para o Colaí como apartidário. Com troca de governo, houve uma mudança de coordenação do CAR-Ilhas, e com isso conseguimos nos aproximar um pouco mais, estabelecer um diálogo. Começamos a participar das reuniões do OP, disputamos verbas para a reforma da praça e outras demandas.

Então, por mais que sejam apartidários, vocês têm uma participação política, isso?

Colaí – Não é bem assim. Toda ação do Colaí pode ser política, mas não estamos querendo disputar esse poder na Ilha. Queremos fazer nossos eventos e ser referência na Ilha, sem entrar nesse jogo político partidário. No início do Colaí, não tínhamos isso bem definido, tínhamos outros participantes que queriam participar dessa política, e acabamos nos dando mal. Acabamos brigando e tivemos que pedir para ele sair. Agora em 2015, ele estava concorrendo ao Conselho Tutelar e percebemos, pelas atitudes dele, os desejos de participar desse jogo político.

Sim, lembro que em muitas reuniões se falava das contribuições dele com o *Colaí*, a respeito de suas atribuições no coletivo e sua postura no grupo. Chegou-se a considerar convidá-lo novamente para auxiliar na organização e execução das ações do *Colaí*, não?

Colaí – Isso foi bem discutido na reunião, sim. Ao mesmo tempo que ele tem suas qualidades e poderia nos ajudar em algumas coisas em que estávamos pecando ou deixando de fazer, muito se discutiu sobre o que levou ele a sair do Colaí, quando se achava o dono dele. Mais tarde, durante o ano, ele declarou que iria concorrer ao Conselho Tutelar e começou em sua campanha a dizer que fundou o Colaí. Isso foi complicado, porque a fundação do Colaí decorreu de um esforço coletivo de um grupo de amigos para participarmos de um projeto social na Ilha. Porém, foram algumas ações dele que pioram nossa percepção dele. Enquanto tentava fazer o melhor para quem pedia, para quem votaria nele, manipulava verdades e tentava fazer as coisas do jeito dele, sem considerar o trabalho dos outros ao redor. Declarou que quer se fazer presente na comunidade porque almeja chegar à Câmara de Vereadores.

Entendo. Então, ao repudiar ações nesse sentido, assumem uma postura apartidária, de acordo com muitos movimentos contemporâneos. Há uma crise de representatividade nos partidos políticos, e muitos grupos e movimentos juvenis vêm adotando uma postura apartidária em suas demandas. Sousa (2005), quando analisa o Movimento Passe Livre, em Florianópolis, apresenta que movimentos como esse têm sido inspirados em práticas libertárias como as preconizadas em “Maio de 68”, destacando uma posição que não tenha partido e convidando a revoluções do cotidiano em ações contrainstituintes. A concepção política vai sendo definida a partir das estratégias adotadas, cujos grupos vão assumindo-se como

... uma militância contemporânea (...) com base na independência política e econômica dos jovens, ou seja, sua total independência das organizações partidárias e, inclusive, a vinculação a empreendimentos políticos que sejam independentes da ordem patronal capitalista (SOUSA, 2005, p.7).

Assim, é preciso refletir sobre as estratégias do *Colaí*. Pensando sobre o cenário político da Ilha, não só o habitado pela política partidária, mas também esse espaço político participativo e democrático, como que o *Colaí* tem se inserido nele? Como o grupo tem se colocado nele? Que estratégias políticas tem adotado?

Colaí – Bom, não queremos participar dessa política partidária “suja”, mas acho que temos participado de certos espaços políticos. Tentamos não nos inserir muito nas disputas, porém

é meio que difícil. Queremos participar dos espaços para conhecer como podemos fazer ações e eventos melhores. No FROP, éramos os representantes mais jovens. Os demais conselheiros eram mais velhos, eram representantes de negócios, organizações e associações tradicionais da Ilha da Pintada e demais. Pode se dizer que eram moradores mais velhos, referências na comunidade deles, que já participaram de muitas reuniões. Quando estávamos ingressando no FROP, nos olhavam com desconfiança por sermos jovens, mas tínhamos espaço de participar, falar, discutir. Aos poucos, fomos entendendo o processo participativo e assumindo posições. No início do ano de 2015, sofriamos certo boicote nas reuniões do FROP. Sempre um mesmo membro participava e suas opiniões divergiam um pouco das dos demais, não a ponto de produzir um conflito, mas tentar produzir uma discussão. A posição dele acabou ficando visada, e pensamos em investir esforços para participar em maior número, conhecendo melhor o processo. Este ano, levamos para a votação das prioridades do OP para a região quase 80 pessoas junto com o Colaí. A cada 10 votos vinculados ao Colaí, elegemos um delegado¹⁶, e queríamos uma vaga de conselheiro¹⁷ para estarmos presentes no processo. Sabíamos a dificuldade de muita gente de sair de casa e ir votar e queríamos ajudar no processo levando mais pessoas a votar nas prioridades, então fizemos um sistema de carona, em que levamos as pessoas para votar e depois levávamos para casa. Alguns conselheiros desaprovaram nossa estratégia, nos acusando de comprar votos.

E vocês sentem repercussões políticas de suas posições assumidas? Ou das ações promovidas?

Colaí – Repercussões políticas? Não sei bem, na verdade. Sofríamos uma desvalorização no FROP, por sermos mais jovens, por acharem que não fazemos nada além dos nossos eventos. Não somos reconhecidos pelo trabalho que realizamos, não somos vistos como parceiros, para contribuir na Região. Mas isso não afetou nossas ações. Tentamos trabalhar de modo a nos somar às ações do CAR-Ilhas e das organizações da Região. Nossas ações e eventos não têm cunho político, buscamos, sim, um espaço de convivência na praça. Tentamos fazer um podcast com uma temática mais política, sobre o impeachment e sobre as terceirizações, mas não para defender uma posição, e sim esclarecer o que é. Vemos muita gente compartilhando e opinando sobre coisas sem saber direito o que estão falando. Muita gente que conhecíamos queria o impeachment para assumir o Aécio, e não funciona assim. Mas não seguimos em

¹⁶ Os delegados (as) são os representantes diretos da população no processo de participação popular.

¹⁷ Conselheiros são os representantes das Regiões ou das Temáticas, que compõem o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Cada região elege dois Titulares e dois Suplentes.

frente com esses podcast, não deu muito certo. No Colaí no Cinema, apresentamos um filme brasileiro para problematizar situações de racismo e preconceito.

Será que discutir sobre impeachment, terceirização e racismo não é assumir uma posição política?

Colaí – Talvez, mas nunca foi nosso enfoque. Não defendemos nenhuma bandeira, nem militamos por direitos políticos, fazemos a nossa parte para ajudar a pensar e refletir sobre o mundo. Não imporíamos uma bandeira política tendo em vista uma diversidade de opiniões entre os membros do Colaí também.

Interessante esse posicionamento, porque estamos num momento complicado de polarização política, em que ou se é de direita, ou de esquerda. Pelo Colaí, passaram pessoas com religiões diferentes, posições políticas distintas, relações de gênero diversas, mas essa diversidade se soma ao grupo e conseguem manter o trabalho.

Colaí – Sim, até porque somos todos amigos, no final das contas. Estamos no mesmo barco, moramos na mesma comunidade. Isso ficou bem claro quando houve a enchente, em que todo mundo foi prejudicado.

5.6 SITUAÇÃO CRISE - ENCHENTE

Figura 15 - Peças do Quebra-Cabeça 6



Pois então, a enchente. Aqui acho que é importante refletir sobre uma situação que foi para além do olhar da pesquisa, a enchente que ocorreu em outubro de 2015. No mês de outubro, choveu muito no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, o que ocasionou a segunda maior cheia do Guaíba desde 1967. As chuvas, ventos e granizo ocasionaram grande dano em várias casas, mas o pior, para a comunidade da Ilha da Pintada, foi o nível da água. Estando às margens do rio Jacuí, o nível da água subiu muito. De acordo com os dados públicos

disponibilizados pelo Centro Integrado de Comando (CEIC)¹⁸, o nível normal da água na Ilha da Pintada é de 0.3 e 0.8 metros. No dia 12 de outubro de 2015, registrou um nível máximo de água de 2,45 metros, ficando acima dos 2 metros do dia 10 ao dia 25 de outubro. A água entrou em muitas casas, cobrindo a estrada que chega à Ilha, o que impediu a continuidade do transporte público, já que era possível que entrasse água no motor do ônibus quando ele passasse pela água, praticamente isolando os moradores da Ilha da Pintada. Também, os moradores ficaram sem luz e água, devido aos danos nas centrais de distribuição da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e, conseqüentemente, sem o bombeamento de água nas subestações do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), que ficaram prejudicadas pela falta de luz.

Colaí – Foi bem difícil a enchente. Já tínhamos tido outra enchente em agosto, que tinha sido ruim, mas nem se compara com essa. Percebemos que na Ilha teve gente vendendo vela muito caro para lucrar com a tragédia dos outros. Não tínhamos como ir trabalhar. Sem luz, não podíamos nem nos comunicar direito, sem telefone e nem internet. Isso foi bem complicado para conseguirmos nos organizar. Seguimos as orientações do CAR-Ilhas, ajudando no que fosse preciso: auxiliando as famílias que foram abrigadas no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, participando junto com o CAR-Ilhas da separação das doações e cestas básicas para a comunidade, distribuindo alimentos para as famílias que ficaram em suas casas mesmo sob água.

Mesmo que a água tenha entrado em suas casas, ainda conseguiram ajudar os demais. Alguns participantes saíram da Ilha e foram para a casa de parentes na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme a situação de suas casas. No entanto, os que ficaram na Ilha assumiram uma postura do Colaí junto com a comunidade.

Colaí – A água não entrou em todas as nossas casas, mas atrapalhou bastante. Sentimos falta de mais botas de plástico e capas de chuva, mas, como não tinha onde comprar aqui na Ilha, nós fomos dando o nosso jeito.

E como foi para o Colaí essa experiência?

Colaí – Pudemos aprender muito em como ajudar, muitas pessoas da comunidade passaram a nos conhecer e, ao tentar ajudar o CAR-Ilhas nas suas ações, eles também passaram a nos perceber de forma diferente. Nesse sentido, foi preciso observar um pouco do que acontecia.

¹⁸ <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php>

No Facebook, tinha um grupo de moradores da Ilha que só reclamavam e xingavam as pessoas do CAR-Ilhas, sem fazer nada para ajudar. Não queríamos ser assim. Teve outras pessoas que tentavam tirar vantagem e só pensavam nelas mesmas antes dos demais, isso também nos chamou a atenção. O maior problema de tudo isso foi a politicagem e as disputas entre a Ilha e a Picada.

Acho que é preciso explicar um pouco mais aqui. Para chegar à Ilha passa-se pelo bairro Picada, do Município de Eldorado do Sul. Em Eldorado, a enchente foi bem pior do que em Porto Alegre; em diversos bairros, alguns em situação bem mais complicada do que na Picada, e, por ser uma cidade menor e com menos recursos, não havia muito que pudesse ser feito pelas famílias da Picada. Ao mesmo tempo que as doações e a ajuda chegavam para a Ilha, moradores de Porto Alegre, essas mesmas não poderiam ser ofertadas para as pessoas da Picada, que se encontram literalmente do lado da Ilha, mais próximas que as outras ilhas do Bairro Arquipélago. E o pior: muitas pessoas da Ilha têm família e conhecidos na Picada, o que dificultava ainda mais o trabalho, porque elas tentavam conseguir ajudar as suas famílias, não importando e nem compreendendo direito o porquê desses limites burocráticos nem o seu sentido.

Colaí – A gente sabe onde é Porto Alegre e onde é Eldorado, mas ainda assim foi difícil porque estávamos todos no mesmo barco. Sempre sobe água quando chove muito, a cada ano uma ou duas vezes sobe a água, mas não tinha subido tanto assim por muito tempo. Em agosto já tinha tido enchente, quando doamos também alimentos e agasalhos, assim como fizemos novamente em outubro. Quando a água começou a descer, as coisas começaram a se normalizar. Durante a enchente, não conseguíamos nem fazer as nossas reuniões no anexo da prefeitura porque não tinha como chegar direito lá sem se molhar, pela altura que a água estava, então suspendemos as ações e eventos do Colaí até tudo se normalizar. Estava planejado um evento no final de outubro, mas cancelamos porque as pessoas ainda estavam se organizando e não seria muito legal fazer naquela hora, com os ânimos à flor da pele e muitas famílias ainda em situação bem crítica, necessitando de ajuda.

Sim, foi interessante a reunião seguinte à enchente, em que a água ainda não estava em níveis normais, estava alta, mas ainda assim já estava bem melhor que antes. Nessa reunião, chegamos até a comentar que a água ainda estava alta e não era bom, mas, em comparação com a semana anterior, já estava bem melhor. Foi uma situação que tornou a comunidade mais humilde, principalmente a comunidade jovem, que nunca tinha passado por uma enchente tão séria como essa. Um dos participantes chegou até a fazer um breve

documentário sobre a situação, que foi exibido no Fórum Social Mundial em fevereiro de 2016.

5.7 COLAÍ: GRUPO OU COLETIVO?

Figura 16 - Peças do Quebra-Cabeça 7



É importante retomar ainda uma questão necessária: como o *Colaí* tem se constituído como coletivo? Esta pergunta é vital para conseguirmos refletir sobre a construção de territórios subjetivos. Pensando o coletivo como um plano de forças, é preciso compreender que um grupo pode funcionar em momentos como grupo e em outros como coletivo, em momentos de criação, sendo difícil manter-se neste plano de força sem ter acordos e regras instituídos, sem construir territórios.

Colaí – Como assim? Somos um grupo e um coletivo?

É difícil mesmo. Para compreender melhor, é necessário refletir sobre o que é um grupo e o que é um coletivo. Grupo, agrupamento de pessoas, coletividade, pode ser configurado de diversas maneiras, seja um grupo que segue a liderança de uma pessoa, seja um grupo de trabalho, voltado a certas atividades. Barros (2007) descreve várias concepções de grupo em sua tese, problematizando a sua concepção fechada e construída historicamente respaldada em dicotomias. Também desenvolve uma concepção mais aberta, um grupo em constante movimento, sendo forjado por processos de subjetivação, o que provoca uma flexibilização de seus contornos definidos, podendo ser considerado o grupo como dispositivo, como uma rede, e que pode ser analisada a partir dos efeitos que produz. O *Colaí* constituía-se como grupo a partir dos encontros, estando aberto às vontades individuais e acontecimentos, estando permeável às linhas de subjetivação, produzindo novos territórios em que se expressam os interesses e os afetos dos participantes. Muito mais que um grupo limitado pelas atribuições de tarefas, esse grupo configura-se como um entre, encontra-se no

meio, a partir do encontro das reuniões semanais, de maneira a tentar escapar das dicotomias, quebrando os moldes representacionais da constituição clássica de grupo.

E é nas reuniões semanais do *Colaí* que essa dimensão coletiva fica em evidência. É no encontro que forças criativas emergem, produzem novos sentidos e ações. É essa dimensão coletiva que mantém o grupo para além da tarefa. Escóssia (2014), ao elaborar o conceito de coletivo, busca ir além dessas dimensões individuais e sociais, superando-as e trabalhando com a noção de plano de forças, plano este para além da realidade concreta, algo emergente, que se produz a todo instante. Pode até ser que em certos momentos o *Colaí* conseguia atingir algumas metas individualmente para depois discuti-las com o grupo, mas há uma dimensão coletiva adjacente às suas ações que não pode ser definida ou justificada por seus interesses e estratégias adotadas. Dimensão coletiva essa que emerge quando se expressa o pertencimento dos participantes à comunidade e ao *Colaí*; ou quando se afirma que, para atingir certo resultado, todos devem fazer a sua parte ou esta se acumulará para outra pessoa; ou, ainda, quando é exaltada a necessidade de fazer diferente e ser criativo nos eventos no momento que se posicionavam contrários à paralisação de suas ações. Dimensão coletiva que surge a partir da distinção entre indivíduo e sociedade, quando aspectos privados e coletivos se juntam e convergem para a construção de um plano relacional comum, perturbando a lógica dicotômica.

Pode-se ainda vislumbrar o personagem *Colaí* como expressão desse coletivo. Muito mais que a expressão de um ou outro participante, foi construído um cuja opinião e posicionamento não estão associados a uma pessoa, e sim pela multiplicidade de opiniões, produzindo-se em composição e constituindo uma dimensão coletiva. A utilização desse personagem parte de princípios que buscam destacar a emergência do *Colaí* como coletivo, em funcionamento que vai além das páginas deste trabalho, em processos que vão além das tarefas grupais e que acessam um plano de forças, criando novas ações e estratégias a serem seguidas a partir da produção de novas misturas e práticas.

Colaí – Então, quer dizer que somos uma expressão coletiva de um grupo?

É mais ou menos isso. O personagem criado para este trabalho é a voz dos participantes do *Colaí*. Pode-se ainda considerá-lo como um personagem híbrido, uma mistura das vozes dos jovens do *Colaí* e da experiência participativa da pesquisadora. Uma construção permeada pelos afetos e pelas ações do grupo, organizadas de maneira a almejar uma complexidade no texto da coletividade associada à dimensão coletiva do plano de força.

Um instrumento metodológico utilizado para apresentar os processos acompanhados na pesquisa, colorindo o texto a partir das vozes dos participantes, demonstrando o grupo criativo que atua para além das tarefas a que se propõe.

Assim, constituem-se como coletivo, sim. E também como grupo. Muito mais que afirmar uma posição em oposição à outra, quero fugir aqui do pensamento de um ou outro, de uma construção dicotômica. Não se busca uma única posição (grupo ou coletivo), e sim uma discussão sobre os processos associados a ambos os conceitos. Conforme acompanhei o *Colaí*, em muitos momentos eu o percebia como coletivo, acessando planos de força para se inventar e se reinventar a cada instante; porém, ao mesmo tempo, se construía como grupo, no entre, no meio, desenvolviam ações e atitudes rizomáticas e estabeleciam territórios, maneiras instituídas. Não podiam estar sempre se reinventando ao tentar ser reconhecidos por seu trabalho na comunidade, tinham que desenvolver um corpo de ações e eventos para divulgar o *Colaí*. As características grupais estão muito presentes nas ações e na construção de territórios, passando por momentos de criação, de desterritorialização, de acesso ao plano de força, constituindo-se novos territórios subjetivos.

Colaí – Então se constroem territórios que se desfazem em processos de desterritorialização para formar novos territórios subjetivos? Não entendi.

É necessário refletir sobre os processos acompanhados pela pesquisa. Ao propor expor a proposta de pesquisa para esta dissertação, almejava acompanhar se os movimentos coletivos do grupo *Colaí* produziam novos modos de ser e de estar neste espaço vivo da Ilha, construindo novas formas de circular e de se relacionar com a vida. Considerando os territórios subjetivos como esses modos de ser no espaço e tempo vividos, estes passam por movimentos de atualização, reinventando-se e reterritorializando-se a partir das ações coletivas promovidas pelo *Colaí*. Quando acompanhei os processos envolvidos na dinâmica das ações do *Colaí*, almejava acessar a experiência dos participantes, mergulhando com eles a fim de produzir uma pesquisa no fazer, movendo-me a transformar os pressupostos e o campo problemático de acordo com o que fosse sendo produzido no encontro com o *Colaí*. Nesta dissertação, busquei trabalhar a sua narrativa como “processo de produção do fenômeno” (PASSOS; KASTRUP, 2013, p.399), elaborando um diálogo com os participantes do *Colaí* a partir dos registros das reuniões e conversas digitais a que tive acesso.

Validar as estratégias de análise de uma pesquisa cartográfica nos leva, portanto, a perguntar acerca de seu funcionamento participativo; do estabelecimento de um plano comum com os participantes e outros grupos de interesse da pesquisa; da sua capacidade de reformulação do problema, pressupostos e desenho metodológico; dos

analisadores emergentes no processo da pesquisa e de seu uso; dos efeitos produzidos pela análise ampliada; dos interesses gerados pelo processo de investigação. (PASSOS; KASTRUP, 2013, p.398)

Em seu trabalho, Kastrup e Passos (2013) apresentam três aspectos importantes para a validação de uma pesquisa cartográfica: o acesso à experiência, a consistência e a produção de efeitos. Enquanto o primeiro aspecto diz respeito ao acesso ao plano de produção da experiência, a consistência pode ser avaliada a partir da composição de agenciamentos no campo de pesquisa. A produção de efeitos está associada à participação do pesquisador e aos processos que são disparados com os questionamentos pelo trabalho realizado. Nesse processo de validação, vários movimentos foram realizados, almejando acessar o plano comum do *Colaí*, mas, como estratégia de validação da escrita, levei esse ensaio-diálogo para discutir com os participantes do *Colaí*, o texto e os efeitos produzidos por ele, a fim de pensar sobre a construção de territórios subjetivos a partir das experiências produzidas pelo coletivo *Colaí*.

Colaí – Isso foi muito legal. Ficou interessante a construção do texto como diálogo, foi fácil de ler. Quando estávamos lendo, deu para perceber como as coisas funcionaram em 2015, por mais que já tenhamos alterado algumas coisas na nossa organização para os nossos eventos em 2016.

Nesse encontro, uma das discussões realizadas foi a respeito do futuro do *Colaí*, com as possibilidades e os embates que se apresentam. Todos os participantes buscam um reconhecimento com a comunidade pelo seu trabalho, o que motiva a sua ação e mobiliza de maneira a constituir um coletivo. As ações do *Colaí* têm ocupado um espaço que até então estava abandonado, de maneira a promover novas relações com a Praça e outros espaços públicos, com as pessoas que participam dos eventos, com as atividades propostas. Cada experiência cria novas possibilidades, tanto para os participantes do coletivo quando para a comunidade, sendo promovidas atividades culturais numa região marcada pela escassez de interesse público nessa temática, principalmente para a população jovem.

O *Colaí* é composto por pessoas que têm talentos e habilidades que podem agregar algo às ações promovidas. Normalmente o grupo convida as pessoas a participar ou ainda algumas pessoas procuram participar, estando sempre aberto a novas possibilidades. Um detalhe que chamou a atenção na constituição do grupo foi a disponibilidade e a abertura que apresentava perante os seus membros, num movimento muito livre para entrar no grupo e para sair, seja por quaisquer motivos: problemas da vida pessoal, dificuldades profissionais,

impossibilidade de disponibilizar seu tempo. Muitas mudanças acontecem no *Colaí*, e é importante observar as motivações dos que participam e quando decidem sair. Essa organização do grupo está baseada na vontade dos participantes do grupo e em princípios democráticos, princípios democráticos estes que se constituíram e se estabeleceram nessa trajetória do grupo, demonstrando um amadurecimento deles em suas reuniões, tornando-se parte integrante da construção de territórios subjetivos.

Quando reflito sobre isso, penso que esses territórios subjetivos são transpassados por inúmeras linhas em sua composição, linhas associadas às experiências no mercado de trabalho e marcadas por lógicas neoliberais e empreendedoras, linhas formadas por laços de pertencimento à comunidade e desejo de reconhecimento, linhas construídas pelas vivências num local isolado, interiorano e, ao mesmo tempo, com grande proximidade com a malha urbana da cidade, linhas afetadas pelos desejos individuais de cada participante, linhas que permeiam a constituição de um plano comum. Essas linhas, as quais apareceram durante o texto, me ajudam a pensar nos territórios subjetivos construídos pelas experiências do *Colaí*, *Movimento de Cultura*.

Colaí – Linhas? O que é que linhas têm a ver com a construção de territórios subjetivos?

Quando menciono linhas, penso em eventos, fenômenos, forças que compõem o processo de subjetivação e de territorialização. Esses processos não estão isolados, ocorrem sempre sob a influência de algo, o que, neste caso, nomeio como linhas. Esses processos não se configuram como resultados físicos, materiais, e sim modos de estar no mundo, o que não pode ser medido, mas que promove a reflexão de como se constituem. Afinal, pensar nos territórios subjetivos é analisar os processos de subjetivação produzidos a partir das experiências que o *Colaí* promove na Ilha da Pintada. De que modo os participantes passaram a se colocar nas situações da comunidade? De que modo as relações promovidas entre eles e a comunidade afetaram os seus modos de vida? Como os modificaram?

Motivada por diversos questionamentos, fui acompanhando os processos em campo e notando a abertura do *Colaí* às mais diversas linhas de subjetivação, mostrando-se permeável e atravessado por elas, percebendo as condições de liberdade e de autonomia que perpassavam a constituição de territórios subjetivos. Por ter se organizado autonomamente, responsabilizava-se por suas ações, assumindo posições frente às lógicas dominantes e hegemônicas presentes. Estando disponíveis, os integrantes se voluntariavam, doavam o seu tempo de maneira a constituir um grupo coletivo livre, que atuasse a partir das decisões tomadas. Ao mesmo tempo que estavam sob uma lógica empreendedora e capitalística,

apresentavam princípios democráticos construídos a partir de embates e discórdias em suas reuniões. Com tudo isso, pude seguir pistas e caminhos, dando passos para compreender as peças com o intuito de construir um quebra-cabeça, sempre atenta às ações e às motivações dos participantes que contribuem neste processo de construção de territórios subjetivos a partir da dimensão coletiva percebida no *Colaí, Movimento de Cultura*.

6 CAMINHOS A SEGUIR

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. (...). Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos — sou eu que escrevo o que estou escrevendo (LISPECTOR, 1979, p. 15)

Frente a tantas perguntas, com várias possibilidades de respostas, devo aqui olhar para caminhos seguidos e para os que se seguem. Cabe refletir sobre como foi a pesquisa, como foi a escrita, como meu pensar foi afetado, como me senti neste processo. Tendo acompanhado de perto o *Colaí* em 2015 para a pesquisa, percorri um processo em movimento, produzindo a todo instante uma pesquisa em transformação. Ao mesmo tempo que participava das ações, era afetada pelos acontecimentos provocados. Nesse momento, tenho um quebra-cabeça quase montado, tendo apresentado muito do que vivi em campo.

Figura 17 - Quebra-Cabeça quase Montado



Neste *puzzle* criado a cada movimento, é importante refletir sobre a sua construção. Elegi-o como instrumento de pesquisa para organizar a escrita da dissertação e como ferramenta para pensar sobre a experiência da pesquisa. Analisar a constituição de territórios subjetivos por si só já apresenta um desafio, pois cada linha que os formam pode trazer uma nova dimensão de sentidos e afetos, modificando o processo. Quando almejo questionar como o coletivo *Colaí* tem construído territórios subjetivos, a dimensão coletiva associada deve ser problematizada. Refletindo sobre as peças do *puzzle*, encontrei peças teóricas que me ajudaram na contextualização desta pesquisa na literatura acadêmica, encontrei peças empíricas vivenciadas em campo com o *Colaí*, encontrei novos caminhos, os quais percorri, e outros que ficaram a ser percorridos. Afinal, esse processo de pesquisa produziu seus próprios movimentos e efeitos, alguns ainda não foram sentidos, tornando-se essa dissertação parte de um processo maior.

Dessa maneira, foi possível apropriar-me de forma diferenciada para as experiências coletivas juvenis e culturais que têm sido realizadas, tendo em vista a efervescência dessa temática atualmente. O *Colaí* se formou a partir de um grupo de amigos que foram afirmando a sua posição como jovens na comunidade. Ao mesmo tempo que no FROP são valorizados e reconhecidos, também são considerados de modo distinto, como pessoas que têm que aprender muito sobre como as “coisas” funcionam e ainda têm que provar seu valor. Estão se tornando sujeitos e estão sendo olhados e avaliados a todos os instantes, sendo considerados por vezes como parceiros, outras, como competidores, e às vezes ainda como grupo de baderneiros. Mesmo com a ascensão das políticas públicas de juventude, garantindo espaço de participação, na periferia de Porto Alegre não se garante esse mesmo espaço, tendo que ser reivindicado a todo momento. As conquistas que se produzem partem de iniciativas pessoais, a partir de relações nas quais se buscam os seus direitos. Com a SMC, a partir da Secretaria de Descentralização da Cultura, foi possível estabelecer uma parceria, de modo a promover e desenvolver ações culturais, após as eleições da temática no FROP da Região.

Ainda que o *Colaí* não se configure como movimento juvenil contestatório, desenvolve ações de convivência comunitária, promovendo novos espaços e novas formas de manifestação a serem reconhecidas, podendo ser consideradas como ações de resistência. Resistência, aqui, compreendida como modo de enfrentar pensamentos dominantes e lugares-comuns (PARTNET, 1988), com uma concepção de que resistir é criar, considerado um movimento potente que abre espaço para lutas e que possibilita transformações. As ações do *Colaí* fogem de um lugar comum da comunidade que não ocupa a praça, não organiza espaços de convivência, que não promove espaços de socialização pública, de modo a buscar criar novos encontros na comunidade.

Sua constituição na Ilha da Pintada, comunidade marcada por valores tradicionais, deve ser destacada. Primeiro, ao olhar para a sua transformação no ano de 2015, em que mulheres passaram a participar mais ativamente das reuniões e da organização das ações. Destacando as considerações de Araújo (1998), de que cabem aos homens os espaços de lazer, e às mulheres, a casa, é interessante notar as alterações pelas quais o *Colaí* passou neste ano. A minha posição como pesquisadora mulher pode ter disparado isso, mas o grupo de homens que constituíam o *Colaí* no final de 2014 abriu espaço para as mulheres contribuírem, mesmo que algumas discussões mais acaloradas tenham ocorrido e alguns membros tenham saído em seguida.

Segundo, acho necessário olhar para a própria Ilha da Pintada, local isolado da malha urbana da cidade de Porto Alegre, por seus limites naturais. O território geográfico afeta muito os processos de subjetivação dos moradores, sendo uma linha subjetiva para a qual é necessário um maior cuidado. Estando tão próximos do centro da cidade, mas ainda assim distanciados por um difícil acesso, esse isolamento sentido pelos moradores, que afirmam morar numa cidade do interior, mesmo morando em Porto Alegre (MAIO, 2006), provoca uma motivação nos participantes do *Colaí* e a vontade de trazer o mundo para a Ilha, trazer bandas, teatro, outros produtos culturais de maneira a mostrar novas possibilidades para o público jovem. Além disso, consideram-se as situações, como a enchente, para perceber como esse território geográfico promove linhas que se somam na construção de territórios subjetivos nos moradores dessa comunidade.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a problematização e para a construção da minha postura como pesquisadora, desde a entrada em campo até a escrita desta dissertação. Mas, ainda assim, o trabalho em campo traz tanta riqueza que é importante valorizar o seu papel numa pesquisa. A experiência do *Colaí* me marcou e me ajudou a pensar de outra forma certos processos e fenômenos, complexificando meu olhar para movimentos similares. Ao mesmo tempo que segui os caminhos que percebi, outras questões emergiam. Inquietações que surgiam dos próprios membros do *Colaí* ao se perguntarem sobre o reconhecimento deles na comunidade; ou que surgiam no processo de trabalho em campo sobre a interlocução das políticas públicas com a comunidade e com o *Colaí*. Questionamentos despontaram uma necessidade de um estudo maior sobre a comunidade, sua construção histórica, sua localização peculiar, seus recursos e políticas públicas disponíveis, considerações essas que poderiam ser utilizadas a fim de inserir as ações desse coletivo num contexto mais amplo, enriquecendo o debate sobre os embates enfrentados pelo *Colaí* e suas estratégias de resistência à lógica dominante na comunidade. Porém, elaborando essa pesquisa no curso de Mestrado, tinha tempo restrito para ela, deixando essas problemáticas como motivação para novas pesquisas.

O trabalho de campo possibilitou a reflexão e problematização sobre as práticas de pesquisas. A noção de pesquisa distanciada e neutra estava muito presente nos participantes, sendo necessário um cuidado no ingresso em campo ao me posicionar quanto à minha postura ética de pesquisa. Somando-me ao *Colaí*, pude contribuir com ações e problemáticas levantadas, encontrando-me num processo de estar aberta para ser afetada e afetando constantemente. Com os participantes, marcamos as atividades desenvolvidas pelo terceiro

ano do *Colaí*, percebendo, no processo de criação de territórios, os movimentos coletivos envolvidos na reinvenção das ações em benefício da comunidade da Ilha da Pintada.

E assim é o *Colaí, Movimento de Cultura*, produzindo-se a todo momento, organizando ações e promovendo experiências na Ilha da Pintada, de maneira a habitar espaços até então esquecidos, trabalhando para a promoção de espaços de lazer, esporte e cultura na comunidade. Ao almejar ser exemplo para a população jovem, ao buscar reconhecimento pelas suas ações, ao trabalhar para se tornar uma ONG, os jovens que participam do coletivo vão desenvolvendo uma prática cidadã e democrática. Eles passam a se inserir em espaços instituídos como políticos ao mesmo tempo que defendem uma postura apolítica. Marcados por uma lógica neoliberal e empreendedora, como uma das linhas que os atravessa, sob um discurso de protagonismo juvenil e de voluntarismo, as suas ações geram um movimento de mobilização, ao promover debates de filmes, espaços para divulgação de trabalhos da comunidade, oficinas de instrumentos musicais. Ao discutir sobre as atividades realizadas em 2015, é possível perceber uma motivação de fazer mais e melhor, continuando o trabalho e a trajetória do coletivo. Ao mesmo tempo, é importante destacar que a experiência do *Colaí* é singular, por apresentar contradições e multiplicidades, por ter se desenvolvido autonomamente, a partir da livre motivação dos jovens, por se constituir como um grupo permeado pelas mais diversas experiências, não seguindo um modelo instituído, construindo-se a partir das possibilidades e das condições disponíveis.

Nesta escrita, tive momentos de apreensão, em que dois aspectos trouxeram maior dificuldade. Primeiramente, tendo acompanhado um coletivo marcado particularmente por vozes masculinas, questioneei em vários momentos a minha escrita feminina, principalmente na criação do personagem *Colaí*. Como escrever com a voz deles? Como diferenciar minha voz da voz deles? Utilizei de artifícios e da construção de uma escrita mais dialogada para buscar apresentar o *Colaí* de modo mais próximo às minhas trocas com os participantes, buscando tornar o texto mais colorido, produzido não apenas pela minha voz e sim pelas deles também. Uma experiência muito interessante foi a apresentação de partes do texto para os participantes do *Colaí*, o que me permitiu registrar reverberações do trabalho em campo e do texto com o coletivo.

Em segundo lugar, senti dificuldade de nomear e escrever sobre processos de subjetivação tão fluidos e sobre a constituição do coletivo, devido à complexidade dessas questões. Além de serem questões ainda muito debatidas por vários autores, na escrita é possível perceber uma simplificação de processos extremamente complexos, pois estes

parecem fugir das linhas constituídas de comunicação, estando num plano de imanência, para além de construções dicotômicas, constituindo-se na multiplicidade de sentidos.

Frente a tudo isso, ainda é necessário reafirmar a escolha metodológica e minha postura ética nesta pesquisa. Ao me desafiar a promover um encontro entre a etnografia e a cartografia, buscava desenvolver um diálogo entre correntes metodológicas ao acompanhar um processo, mergulhando no trabalho em campo, de maneira a problematizar a prática de um coletivo de jovens. Reafirmo aqui meu compromisso ético nesta pesquisa, ao mesmo tempo que assumo a posição de não encontrar uma resposta para minha pergunta de pesquisa. Não busquei acompanhar o *Colaí* atrás de respostas, e sim para ampliar o debate, abrir caminhos e problematizar os processos de subjetivação dos jovens da Ilha da Pintada.

E, por fim, tendo esse quebra-cabeça quase montado, tendo analisado as peças e as questões que emergiam delas, é preciso afirmar que ainda há espaço na construção desse *puzzle*. Não é possível acessar todas as experiências, acompanhar todas as linhas que compõem os processos de subjetivação e afirmar que esse é o território subjetivo que tem sido construído pelo *Colaí, Movimento de Cultura*. A minha participação me permitiu construir esta dissertação, tendo sido percorrido por mim um caminho diferente ao de qualquer outro pesquisador, frente às minhas implicações e ao meu olhar para o campo de pesquisa. E é pensando nos efeitos desta escrita perante os jovens e nos desdobramentos dos processos acompanhados que novas possibilidades e problematizações emergem, que devo encerrar essa dissertação, visualizando os caminhos seguidos e os que se seguem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel. **Juventude e Cultura**. Reprodução de parte do debate "Juventude e Cultura", realizado pela Comissão da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, em 21/06/01. Disponível em: <<http://www.mineiroptnatal.bio.br/frameset.htm>>.

AGUIAR, Katia; LIMA, Silvana Mender. Observar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci (org.). **Pesquisar na diferença**, um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. P. 163-165.

ALMEIDA, Elmir de. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**, volume 2, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006. P. 121-174

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 131-149.

ANDRADE, Laura Freire de. **O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas - MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos**. Belo Horizonte: PUCMG, 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ARAÚJO, Susana de Azevedo. **Bruxas e Bruxarias na Ilha da Pintada - Porto Alegre – RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BARBALHO, Alexandre. **Protagonismo juvenil, cultura e comunicação: disputas de sentido**, [200-?]. Disponível em <<http://pesquisaintervencoes.blogspot.com.br/p/producoes-textos-tematicos.html>>.

BARBALHO, Alexandre. No ar da diferença, Mídia e cultura nas mãos da juventude. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 8-15, jan./jun. 2006.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença**. 2007. Trabalho apresentado no III ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2007. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>>.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural e Orçamento Participativo: ou as possibilidades da democracia cultural na cidade contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 156-169, 2012.

BARBALHO, Alexandre. O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma: Continuidades e Avanços. **Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies**. Portugal, v. 2, n. 2, p. 188-207, dez. 2014.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 52-75.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A Juventude nos Caminhos da Ação Pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 8-19, dez. 2004.

BERRI, Bruna; ZANELLA, Andrea Vieira; ASSIS, Neiva de. Imagens da cidade: o projeto ArteUrbe. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 123-149, 2015.

BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. **Política Cultural no Brasil Contemporâneo: percursos e desafios**. 2013. Trabalho apresentado no IV Seminário Internacional - Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão Sistemática sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, set. 2009.

BORGES, Emanuel Tadeu. **O Pensamento em ato de Claudio Ulpiano**. 2010. Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br/ulpiano-filosofo/ensaiosobreclaudio/o-pensamento-em-ato-de-claudio-ulpiano/>>.

BOURDIEU, Pierre. A "Juventude" é apenas uma Palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. P. 112-121.

BRANCO FILHO, Cícero Castello. **A Eficácia do Planejamento Turístico Sustentável em Unidades de Conservação: O Caso do Delta do Rio Jacuí/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAIAFA, Janice. **Aventura das idades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

CARRION, Rosinha Machado; COSTA, Pedro de Almeida. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, Venezuela, v. 19, n. 4, p. 621-640, out./dez. 2010.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing Culture**, The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986. P. 1-26.

CLIFFORD, James. Sobre la autoridad etnográfica. In: GEERTZ, Clifford, CLIFFORD, James y otros. **El Surgimiento de la Antropología Posmoderna**. Compilación de Carlos Reynoso. Barcelona: Gedisa Editorial, 1992. P. 141-170.

COELHO, Maria Claudia; DURÃO, Susana. **Morais do drama urbano: violência policial, discurso midiático e produção de fábulas**. 2011. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

COELHO, Maria Claudia; DURÃO, Susana. Moral e emoção nos movimentos sociais: Estudo da "tecnologia social" do Grupo Cultural AfroReggae. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 899-935, jul./dez. 2012.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 65-76, mai./ago. 2014.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai./ago. 2009.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 23-35.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996

ESCÓSSIA, Liliana da. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 689-694, 2009.

ESCÓSSIA, Liliana; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, ago. 2005.

ESCÓSSIA, Liliana da. **O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e sociedade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FEIXA, Carles. Generación XX. Teorías sobre la juventude em la era contemporânea. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 4, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2006.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, Políticas Públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2011.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso, pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p 58-78, jan./abr. 1999.

FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, dez. 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1ª edição, 13ª reimpressão, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Jovens e juventudes: consensos e desafios. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2011.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos 'Novos Movimentos Culturais', **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1-2, p. 8-22, 2007.

GOMES, José Juvenal; MACHADO, Helena Vitória dos Santos; Ventimiglia, Marise Antunes. **Arquipélago e as Ilhas de Porto Alegre**. (Memórias dos Bairros). Porto Alegre: Unidade Editorial Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1995.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 207-219, nov. 2005.

GORCZEWSKI, Deisimer; SOARES, Sabrina Késia de Araujo. Imagens de si e do mundo incidindo e fazendo emergir composições singulares e coletivas. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; LIMA, Fernanda Deborah Barbosa (org.). **Arte jovem: redesenhando fronteiras da produção artística e cultural**. Rio de Janeiro: Gramma, 2014. P. 13-41.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Juventude e biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva e SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 127-136, mai/ago 2014.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Espaços & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990

GUATTARI, Felix. **Les annés d’hiver: 1980-1985**. Paris: Bernard Barrault, 1986.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

LOBO, L.F. Pesquisar: A Genealogia de Michel Foucault. In: In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (org.). **Pesquisar na diferença, um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. P. 13-19.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Introdução – Circuitos de Jovens. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (org.). **Jovens na Metrópole: Etnografias de**

circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007. P. 15-22.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A Etnografia é um Método, não uma mera Ferramenta de Pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira. (Entrevista). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 169 – 178, jul./dez. 2012.

MAHEIRIE, Kátia; HINKEL, Jaison; GROFF, Apoliana R.; MULLER, Flora L.; GOMES, Marcela de A.; GOMES, Allan. Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. P. 143-168.

MAIO, Ivone dos Passos. **Processos Socioculturais do Turismo na Localidade Receptora – O Olhar de Residentes sobre os Visitantes na Ilha da Pintada / Porto Alegre / RS**. Caxias do Sul: UCS, 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

MALINOVSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOVSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. P. 17-38.

MARGULIS, Mario (org.). **La Juventud es más que una Palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. P.

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque. Arte Resistência à Biopolítica: a experiência de rádio livre do coletivo os aparecidos políticos. In: OLIVEIRA, Paula Ramos de, e KOHAN, Walter Omar (org.). **Biopolítica, Escola e Resistência**: infâncias para formação de professores. São Paulo: Editora Alínea, 2012. P. 95-104.

NEGRI, Antonio. **A Constituição do Comum**, 2005. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum, Rio de Janeiro, 2005.

NOVAES, Regina. Juventude/ juventudes? **Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 50, 1998.

NOVAES, Regina. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo, Cortez/Ação Educativa, 2000. P. 46-69.

NOVAES, Regina. Juventude, Percepções e Comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**, análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 263-290.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Editora Paralelo 15/ Editora Unesp. 3ª edição, 2006. P. 17-35.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, (1993) 2003. 2ª ed.

PARNET, Claire. **O Abecedário de Gilles Deleuze**. França, 1988. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>>.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 17-31.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.).

Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 109-130.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 391-414, mai./ago. 2013.

PECK, Anderson Bremm; XAVIER, Fernando Weiss; FERREIRA, Pablo Leandro Proença; BENNET, Rodrigo; PEREIRA, Tomaz Netto. **Conflitos de gestão das Ilhas do Delta do Jacuí: os casos das Ilhas da Pintada e Grande dos Marinheiros**, 2009. Trabalho apresentado no 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, caminando en una América Latina en transformación, Montevideo, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/28.pdf>>.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 15-24, 1997.

PEREC, Georges. **A vida, modo de usar**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2009.

PIMENTEL, Daniele dos Santos; FARES, Jesobel Akel. **Cartografias poéticas e outros imaginários em literatura oral**, 2011. Trabalho apresentado no 2º Encontro Ouvindo Coisa, experimentações sob a ótica do imaginário, Santa Maria, 2011. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2012/01/Daniele-Pimentel-e-Josebel-Fares.pdf>>.

POZZANA, Laura. A Formação do Cartógrafo é o Mundo: Corporificação e Afetabilidade. **Fractal, Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 323-338, mai./ago. 2013.

QUINTANA, Mario. O Último Viandante. In: QUINTANA, Mario. **A Cor do Invisível**, São Paulo: Editora Globo, 1989. P. 12.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais entre o Possível e o Impossível. **O público e o privado**, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 33-47, jan./jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e encontros. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan./abr. 2010.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de, e DURANT, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, nº. especial, p. 163-181, jul./dez. 2002.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Juventude, Contestação e a Política de Pernas para o ar**: o Movimento Passe Livre em Florianópolis, 2005. Trabalho apresentado no XXIV Congresso da ALAS - Associação Latino Americana de Sociologia, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://mplfloripa.files.wordpress.com/2011/07/juventude-contestac3a7c3a3o-e-a-polc3adtica-de-pernas-para-o-aro-movimento-passe-livre-em-florianc3b3polisjanice-tirelli.pdf>>.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 451-470, jul/dez 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 37-52, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 93-104, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 16-39, dez. 2003.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. As dimensões da produção do comum e a saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 27-43, jun. 2015.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. P. 11-19.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Organizado por: Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

ZANELLA, Andréa Vieira; FURTADO, Janaína Rocha; ASSIS, Neiva de; BUENO, Gabriel; LEVITAN, Déborah. Jovens na cidade: arte, política e resistências. In: MAYORGA, Cláudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. P. 121-142.

ANEXO A

Fotos das placas



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura



Fonte: Facebook – página Colaí Movimento de Cultura